UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GIOVANA CAPUCIM E SILVA

**Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista:
entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)**

São Paulo
2015

GIOVANA CAPUCIM E SILVA

**Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista:
entre a proibição e a regulamentação (1941-1983)**

Versão corrigida da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História Social.

De acordo: _____

Prof. Dr. Flavio de Campos

Orientador: Prof. Dr. Flavio de Campos

São Paulo
2015

Catálogo da Publicação
Departamento de História da Universidade de São Paulo

SILVA, Giovana Capucim e
Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista:
entre a proibição e a regulamentação (1941-1983) / Giovana Capucim e Silva. – São Paulo: [s.n.],
2015.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Flavio de Campos.

1. Futebol feminino 2. Imprensa 3. Ditadura civil-militar

Nome: SILVA, Giovana Capucim e

Título: Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1941-1983)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovado em:

Banca Julgadora

Prof. Dr. Flavio de Campos (orientador)

Instituição: USP-SP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. José Paulo Florenzano

Instituição: PUC-SP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Silvana Vilodre Goellner

Instituição: UFRGS-RS

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Flavio de Campos, por todo o apoio, paciência e dedicação a esta pesquisa. Sua confiança e carinho com meu trabalho, desde os tempos da iniciação científica, fizeram-me acreditar que eu poderia superar todas as dificuldades que se colocaram pelo caminho e concluí-lo de maneira bem-sucedida. Obrigada por sempre me incentivar e dedicar um tempo imenso a esclarecer minhas dúvidas e confusões sobre os caminhos da minha pesquisa. Além do Professor Flavio, muito do meu crescimento científico decorrido ao longo do mestrado deve-se à Professora Doutora Salomé Marivoet, que me recebeu para um estágio em Sociologia do Desporto, Organização e Desenvolvimento na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em Lisboa, Portugal. Com muita dedicação e carinho, a Professora Salomé apresentou-me técnicas de uma ciência com a qual nunca havia trabalhado de maneira direta. Adquiri novos conhecimentos, leituras, aprendi a utilizar novas ferramentas científicas, ampliando minhas possibilidades de pesquisa para o futuro. Além disso, desenvolvi com ela um estudo que me permitiu dimensionar o quanto a proibição do futebol feminino, objeto de estudo desta dissertação, tem reflexos no processo de estruturação desta modalidade no Brasil e as diferenças em países, como Portugal, em que ele não é muito incentivado, mas tampouco teve a marca da interdição em sua história. A Professora Salomé também me auxiliou ao dar diversas indicações sobre a cidade de Lisboa, assim como as formas de tratamento e escrita adequadas a essa língua tão diferente da nossa que é o português utilizado em Portugal. Agradeço também ao vice-coordenador do LUDENS, Professor Doutor Marco Antonio Bettine de Almeida, não só pela simpatia das trocas e apoio à minha pesquisa, como também por me pôr em contato com a Professora Salomé, contribuindo para viabilizar meu estágio em terras lusitanas.

Quero agradecer à minha banca de qualificação, composta pela Professora Doutora Fátima Antunes e pelo Professor Doutor José Paulo Florenzano, pela leitura atenta, interessada e minuciosa cujas críticas e sugestões feitas me permitiram engrandecer minha pesquisa e colocar nos eixos aquilo que estava fora deles. Além disso, os elogios que recebi me deram mais segurança sobre o meu trabalho, o que foi essencial para prosseguir-lo. À Professora Doutora Silvana por sua importância ímpar em minha trajetória. Ela, acredito, não saiba, mas foi a partir da participação no Simpósio Temático organizado por ela e pela Professora Doutora Miriam Adelman, em 2010, no Seminário Internacional Fazendo Gênero, em Florianópolis (UFSC), que comecei minhas primeiras reflexões sobre o tema que hoje se

apresenta na forma desta dissertação de mestrado. Fui para este simpósio, pois no mês de maio daquele mesmo ano havia assistido às apresentações cujo tema era “futebol, gênero e sexualidade” no I Simpósio de Estudos sobre Futebol, organizado por meu orientador e tantos outros grandes nomes, dentre os quais se destacam os professores que compuseram minha banca de qualificação. Foi naquele momento que resolvi mudar meu tema de pesquisa, que até então vinha sendo as relações entre a Imprensa e a Copa de 1970. Devo agradecer a essas pessoas também por isso. Sem essa iniciativa, este trabalho não teria sido realizado.

Além desses marcos em minha trajetória, devo agradecer também às professoras que contribuíram para a construção dessa pesquisa nas disciplinas da pós-graduação: Professora Doutora Heloísa Buarque de Almeida, do Departamento de Antropologia, e Professora Doutora Kátia Rubio, do Departamento de Pedagogia do Movimento Humano. Elas, juntamente com meu orientador, Professor Doutor Flavio de Campos, que também lecionou uma disciplina que cursei na pós-graduação, leram os primeiros textos produzidos sobre minha pesquisa, ainda em seu breve início, contribuindo para que ela encontrasse seu caminho. As leituras e debates nessas quatro disciplinas (curvei duas com a Professora Katia Rubio) serviram de base teórica para muitas das reflexões trazidas nesta dissertação.

Fora das linhas institucionais um dos grandes fomentadores da minha formação foi o GIEF (Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol). Agradeço a todos os companheiros e companheiras deste grupo pelos anos de trabalho. Nas melhores e piores fases que tivemos, lutamos para que pudéssemos seguir estudando e contribuindo para o crescimento de todos os que participavam conosco de nossas reuniões. Um “obrigada” especial a: Sergio Settani Giglio, Diana Mendes Machado da Silva, Max Nigro Rocha, Paulo Henrique do Nascimento, Marcel Diego Tonini, Tiago Rosa Machado, Vitor Canale, Diego Marques, Marina Oliveira, Marco Lourenço, Marco Antunes de Lima, Marcos Marques dos Santos Junior, Vitor de Leonardo Figols, Enrico Sapggiari, Luciana Angelo e Ricardo Richter. Muitos desses amigos e colegas passaram a integrar o LUDENS (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas). Desde a fundação deste núcleo de pesquisa, muitas outras trajetórias se cruzaram com a minha. Gostaria de agradecer a todos os membros deste grupo: professores, pesquisadores, monitores, estagiários e ao nosso grande secretário, Willian Maranhão. O contato com tantas experiências e olhares que compõem a diversidade deste núcleo, os projetos incríveis realizados por ele, além de sua pequena, mas fantástica biblioteca, certamente ampliaram minhas maneiras de ver meu objeto de estudo.

Pensando em minha trajetória, há pessoas que não podem ficar de fora. Um agradecimento enorme à minha ex-professora e hoje amiga, Marta Gouveia de Oliveira Rovai,

minha querida Martinha. Esta pesquisa também não estaria concluída sem a ajuda, apoio, leituras e críticas de minha companheira, Paula Botafogo. Além de contribuições diretas para o meu texto, a Paula foi minha incentivadora mais cotidiana, me dando forças para continuar nas pequenas crises do dia a dia, sempre resolvidas com muito carinho, além de toda a compreensão e paciência da minha necessidade de estudo. Na verdade, acho que não há palavras que bastem para descrever o quanto a Paula foi uma figura essencial para que esta pesquisa pudesse ser concluída. Tampouco poderia tê-lo feito sem o apoio dos meus pais que sempre acreditaram em mim e investiram em minha educação, além de sempre me cobrarem excelência acadêmica, mas sem perder a ternura. A compreensão deles nos momentos em que eu precisava me ausentar para me dedicar à pesquisa também serviu de grande incentivo. Seu amor e dedicação, ao longo dos anos, certamente não cabe aqui. Por falar em amor, não posso deixar de agradecer à minha irmã, Natalia Capucim e Silva, por ser uma artista para o mundo, mas nunca deixar de ser a minha irmãzinha. Agradeço também a todos os meus familiares que mesmo longe nunca deixaram de me incentivar. Gostaria de nomear cada um dos meus amigos que celebraram a vida comigo ao longo de todos esses anos. No entanto, não vou nomeá-los para não cometer injustiças, mas vocês estão todos sendo lembrados e representados aqui com muito amor.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos funcionários da Universidade de São Paulo, em especial aos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, aos atenciosíssimos funcionários da Biblioteca Mario de Andrade, em especial aos da Hemeroteca. Também aos servidores do Arquivo Público do Estado de São Paulo e da biblioteca do Comitê Olímpico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

Resumo

Esta pesquisa trata dos discursos da imprensa paulista acerca do futebol praticado por mulheres durante o período da ditadura civil-militar em que este era proibido no Brasil (1965-1983). Faz-se esta análise em cinco periódicos – *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Placar*, *A Gazeta Esportiva* e *A Gazeta Esportiva Ilustrada* – para apontar de que maneiras o futebol feminino era retratado – ou silenciado – na imprensa, assim como identificar as diversas práticas de futebolis e pontuar os fatores que motivaram os marcos que separam os capítulos desta dissertação: a proibição (1965), a revogação (1979) e a regulamentação do esporte (1983).

Palavras-chave: Futebol feminino; imprensa; ditadura civil-militar brasileira.

Abstract

This research analyzes the discourses of São Paulo's press about the football played by women when it was banned during the civil-military dictatorship in Brazil (1965-1983). This examination is done in three journals and two magazines - *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Placar*, *A Gazeta Esportiva* and *A Gazeta Esportiva Ilustrada* - pointing to the ways in which women's football was seemed - or silenced - in this press, and identify the various practices of footballs and scoring the factors that motivated the landmarks that separate the chapters of this dissertation: the prohibition (1965), the repeal (1979) and the establishment of the rules for this sport (1983).

Key-words: Women's football; press; brazilian civil-military dictatorship.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: A proibição do futebol.....	9
Capítulo 2: O futebol proibido	38
Capítulo 3: O futebol clandestino	80
Considerações Finais.....	114
Bibliografia	117
Fontes	119
Legislação	119
Periódicos.....	119
Entrevista	120
ANEXO A: Tabela de equipes de futebol amador (1965-1983) *	121
ANEXO B: Imagens das equipes e atletas do futebol amador (1965-1983).....	130

Introdução

“O Brasil é o país do futebol!”. Esta afirmação já foi tão exaustivamente repetida que nada nela se estranha. De fato, não há como negar que seja este nosso esporte nacional. No entanto, para quem, de alguma maneira, convive com o futebol feminino, algo nesta frase causa certo incômodo, já que nada nela define que o Brasil seja o país do futebol de homens. Quando se afirma tal máxima é omitido todo o processo de exclusão das mulheres, não só de sua prática, mas de se estabelecerem como seres legítimos dentro de qualquer dinâmica de sociabilidade cujo eixo central seja o futebol. No trabalho, no bar, no estádio, na família, na sala de aula, o olhar que se lança sobre a mulher que se posiciona com relação ao futebol é de estranhamento, como se algo estivesse fora do lugar. O futebol não é entendido como um espaço de possível afirmação da mulher. A própria prática exercida por mulheres é fruto de longa e intensa luta, mas vista, muitas vezes, como uma concessão de espaço feita pelos homens, donos da bola (e do esporte).

Esta dissertação se debruça sobre as narrativas construídas sobre o futebol feminino na imprensa paulista justamente durante o período da história brasileira entre a proibição do futebol feminino e sua regulamentação (1965-1983). Os capítulos dividem-se no tempo cronológico, conforme as mudanças que a legislação com relação a esta prática ocorriam, e analisa o desenrolar dessas transformações, assim como a construção de narrativas sobre a prática do futebol feminino em cinco periódicos. São eles, dois jornais diários, de grande circulação e que cobriam uma ampla gama de assuntos, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*; um jornal esportivo, *A Gazeta Esportiva*, e duas revistas esportivas: *A Gazeta Esportiva Ilustrada* e a *Placar*. Os três primeiros foram publicados durante todo o período estudado; a *Ilustrada* foi consultada de modo a conhecer os antecedentes da proibição do futebol feminino e a última foi fundada em 1970, por ocasião da Copa que traria o tricampeonato masculino para o Brasil¹. Além disso, analisam-se os boletins *ChanaComChana* produzidos pelo GALF – Grupo de Ação Lésbico-Feminista - dos anos de 1980-1983^{2 3}.

¹ Cf. CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980; MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo: 1921-1981**. São Paulo: Impres, 1980.

² Na busca de um posicionamento do movimento feminista acerca da proibição do futebol feminino, esta foi a única publicação encontrada.

³ Agradeço a gentileza da Prof. Dr. Patrícia Lessa, do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá, por disponibilizar tal documentação.

A construção de narrativas pela imprensa e as modificações normativas presentes na trajetória do futebol praticado por mulheres, discutidas nesta pesquisa, estavam relacionadas diretamente à diversidade e às transformações da compreensão social sobre o que se entendia como mulher, futebol e a relação entre estas duas concepções. Esses olhares perpassam todas as fontes, provocavam convergências, às vezes, contradições, ora de maneira clara, ora bastante dissimulada. Por todo o período estudado, em geral, o futebol era essencializado como um esporte masculino e um espaço de afirmação de masculinidade. Mesmo nas vozes de mulheres, foram raras as vezes que este princípio foi posto em xeque ou, ao menos, relativizado. Por sua vez, em relação à naturalização do “feminino”, apesar da existência de uma normatização hegemônica do ideal de mulher que referenciava outras elaborações – para negar ou reafirmar -, têm-se um quadro mais plural no qual outras formas do ser mulher circulavam, geralmente, disseminadas pelas próprias.

O futebol, assim como a própria noção de Esporte Moderno nasceu no século XIX. Nesse período, deu-se o estabelecimento de regras universais para a prática de cada modalidade, as competições, a criação de instituições com o fim de organizá-los, assim como a separação entre o público e os atletas. Anteriormente, havia a prática de atividades físicas e modalidades lúdicas que se pode classificar, de forma geral, como *jogos*⁴. Esse processo foi idealizado por homens como um espaço criado para a afirmação de sua masculinidade, um local onde os valores de bravura, agressividade e força física poderiam ser exibidos livremente ao público⁵. Essas características eram, segundo a mentalidade da época, designadas pela natureza de cada sexo e devidamente embasadas nas verdades postas pela ciência. Desta maneira julgava-se que era a natureza que determinava que os esportes fossem formas de lazer inadequadas às mulheres, pois além de expor seus corpos no espaço público, poderiam prejudicar seu sistema reprodutor em função dos choques e desgaste físico excessivo. Assim, desde sua origem, os esportes eram tidos como locais de valorização do que era socialmente construído como naturalmente masculino, fazendo com que a prática esportiva e seus requisitos fossem vistos como incompatíveis com o ideal hegemônico de mulher.

⁴ TOLEDO, Luis Henrique. **Lógicas do futebol. Dimensões simbólicas de um esporte nacional**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia-FFLCH-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 20-36.

⁵ Essas características do ideal de masculinidade encontram-se tanto em Devide (Cf. DEVIDE, Fabiano Pries. **Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005. 142 p.) quanto em Rubio (Cf. RUBIO, K. (Org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa Do Psicólogo, 2011.).

Não somente essa concepção no que diz respeito ao esporte nasceu no século XIX. Foi também nesta centúria, num processo que adentrou o século seguinte, que se consolidou o campo da medicina como verdade científica universal e, portanto, produtor de discursos sobre os corpos que eram legitimadores de exercícios de poder⁶. Entretanto, conforme Michel Foucault ressalta, a medicina “[...] era uma ciência essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiteraram sob a forma de normas médicas [...] pronta para correr em socorro da opinião dominante”⁷. Ainda sim, a medicina e a psiquiatria se apresentaram como dois dos principais campos encarregados dessa produção discursiva⁸. Essas ciências, de acordo com o autor, afirmavam que a sexualidade do indivíduo era algo determinante de seu caráter, signo de seu comportamento, o que contribuiu para a definição de quais seriam as sexualidades corretas. Também estabeleceram os seus desvios e produziram patologias e tipos sociais correspondentes a elas.

A biologia e a medicina estão ligadas a interesses dos grupos dirigentes, aliás, a própria ciência se constitui como um *locus* de poder. Conforme apontado por Foucault, a ciência moderna como produtora de verdade surge durante os séculos XVIII e XIX. Ela era um dos mecanismos mais importantes para determinar o lugar social da mulher na sociedade ocidental moderna, o que terá papel fundamental no que se entende como “natureza feminina” no século XX. Laqueur, retomado por Corbin⁹ apresentam como marco para a construção dessa definição a descoberta da ovulação espontânea. Dentre as inúmeras consequências dessa novidade para a medicina da época, ao que interessa a esta pesquisa, se destacavam duas: o fim da ideia de corpo único e a dissociação do orgasmo da fecundação¹⁰.

Essa evidenciação dava fim à ideia hegemônica na ciência até então, segundo a qual homens e mulheres possuíam corpos homólogos, isto é, a convicção de que corpos masculinos e femininos possuíam as mesmas estruturas com as mesmas funções. Nesse sentido, a diferença encontrava-se no grau, calor e perfeição entre eles. Os corpos dos homens eram mais quentes e perfeitos, o que empurrava sua estrutura reprodutiva para fora, tornando externo e visível aquilo que na mulher era interno no corpo. Os corpos eram entendidos não como diferentes, mas um único, porém, com graus de perfeição e calor desiguais¹¹.

⁶ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

⁷ Ibid., p. 54.

⁸ Não são os únicos campos apresentados por Foucault, mas os que interessam à discussão proposta.

⁹ CORBIN, A. O encontro dos corpos. In: CORBIN, A.; VIGARELLO, G.; COURTINE, J.-J. (Org.). **História do Corpo: da revolução à grande guerra**. Petrópolis: Vozes, 2008, V. 2, p. 186-187.

¹⁰ LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001, p. 200-202.

¹¹ Ibid., p. 162-163.

Com a descoberta do ciclo menstrual e da ovulação espontânea, esse modelo tornou-se obsoleto¹², pois não havia qualquer indício de um processo homólogo no corpo masculino. A ideia de “dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos”¹³ contribuiu para a intensificação da produção de ideias sobre como a diferenciação dos corpos interferia na personalidade de homens e mulheres: os homens, porque tinham “forças vitais” mais desenvolvidas, estavam mais propensos à prática de “ações mais fortes”; e as mulheres, por sua fraqueza, eram mais ligadas à família e à amizade¹⁴. Nesse contexto, produziu-se cientificamente a ideia do que era um homem e do que era uma mulher ideal, assim como quais seriam seus papéis sociais.

Segundo a verdade produzida com base em estudos científicos da época, definiram-se tendências naturais do homem e da mulher e, portanto, tudo que não seguisse essa norma era considerado desvio. Cada vez mais se reforçava o princípio de que a mulher não possuía capacidade natural para controlar seu corpo, tornando-se vítima de sua própria natureza e, por isso, dependente da tutela e controle do outro, o masculino, capaz de contornar sua natureza. Nesse sentido, a historiadora Magali Engel apontou:

Uma das imagens mais fortemente apropriadas, redefinidas e disseminadas pelo século XIX ocidental é aquela que estabelece uma associação profundamente íntima entre a mulher e a natureza, opondo-a ao homem identificado à cultura.¹⁵

O segundo ponto revolucionário sobre a observação da ovulação espontânea dizia respeito à separação entre gestação e prazer. Tal descoberta foi interpretada como a prova de que a geração de filhos não possuía relação com o que a mulher sentia durante a relação sexual. Naquele momento, passou-se a entender que o prazer feminino era pura sensação, sem nenhuma utilidade e, portanto, perigoso, pois seus efeitos sobre o corpo feminino – gritos e epilepsia – eram semelhantes aos sintomas da histeria¹⁶.

A criação dessa patologia era exemplar da leitura do corpo feminino que ganhou força no século XIX. Discursos como esse sobre a histeria, assim como a maior parte do que foi escrito na época sobre a sexualidade e o corpo feminino, possuíam homens como autores e expressavam, por meio de seus argumentos e conclusões, sua incompreensão sobre o corpo feminino. Eles se colocavam como verdadeiros detentores do saber sobre o corpo e a

¹² Não se pode afirmar que o modelo de corpo único desapareceu completamente e já não exerce nenhuma influência sobre nós. A medicina embrionária, por exemplo, ainda utiliza esse modelo para pensar a definição sexual do feto. Além disso, o processo de declínio deste modelo e ascensão do que utilizamos até hoje não se deu de forma repentina a partir de tal descoberta. Essa substituição foi um processo gradual.

¹³ Ibid., p. 18.

¹⁴ CORBIN, A. O encontro dos corpos. In: CORBIN, A.; VIGARELLO, G.; COURTINE, J.-J. (Org.). **História do Corpo: da revolução à grande guerra**. Petrópolis: Vozes, 2008, V. 2, p. 190-191.

¹⁵ ENGEL, M. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 232.

¹⁶ CORBIN, A. O encontro dos corpos. In: CORBIN, A.; VIGARELLO, G.; COURTINE, J.-J. (Org.). **História do Corpo: da revolução à grande guerra**. Petrópolis: Vozes, 2008, V. 2, p. 187.

sexualidade. Nesse contexto, a histeria se tornava tudo aquilo que não se encaixava na visão produzida pelos médicos-homens sobre como deveria a mulher se portar no cumprimento de seu papel social de gênero: ser mãe.

A maternidade era vista como a verdadeira essência da mulher, inscrita em sua própria natureza. Somente através da maternidade a mulher poderia curar-se e redimir-se dos desvios que, concebidos ao mesmo tempo como causa e efeito da doença, lançavam-na, muitas vezes, nos lodos do pecado. Mas, para a mulher que não quisesse ou não pudesse realizá-la - aos olhos do médico, um ser físico, moral ou psiquicamente incapaz - não haveria salvação e ela acabaria, cedo ou tarde, afogada nas águas turvas da insanidade.¹⁷

A noção da realização feminina no ato da maternidade, tão disseminada no século XIX, adentrou a próxima centúria, sendo possível observar este princípio na justificativa usada em 1940, por José Fuzeira, com a finalidade de excluir as mulheres da prática do futebol: elas não poderiam ser jogadoras da pelota devido aos desígnios da “natureza” que as “dispôs a ser mãe”¹⁸. A associação da mulher à maternidade era o principal fator impulsionador das intervenções do Estado sobre o corpo feminino, com todas as implicações que isso possuiu para sua prática esportiva.

Assim, na década de 1940, não era negado às mulheres o direito à prática de atividades físicas, desde que estas não trouxessem nenhum tipo de contato físico intenso ou esforço excessivo. Caso contrário, segundo os médicos da época, o potencial materno das moças podia ser prejudicado. Com o advento das teorias higienista e eugenista houve, inclusive, o incentivo da mulher às práticas esportivas, partindo da premissa que as mães fortes e saudáveis gerariam filhos mais robustos e salutareis. Entretanto, havia restrições quanto às atividades que poderiam ser praticadas pelas mulheres, pois a elas era determinado seguirem aquilo que se entendia como o papel feminino na sociedade: a geração de filhos fortes para a nação¹⁹. Sobre esse aspecto, o médico higienista Belisário Penna afirmou: “[...] a mulher encontrará a verdadeira esfera de ação, adequada ao sexo e aos seus deveres, no desempenho das funções do lar, da família, da escola e de tudo quanto tenha relação com esses fundamentos das sociedades moralizadas e sadias [...]”²⁰.

¹⁷ ENGEL, M. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 338.

¹⁸ FUZEIRA, 1940 Apud FRANZINI, Fabio. **As raízes do país do futebol: estudo sobre a relação entre o futebol e a nacionalidade brasileira (1919-1950)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História-FFLCH-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 76.

¹⁹ GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 2, p. 143–151, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/download/16590/18303>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

²⁰ PENNA, sem data. Apud AUGUSTO DOS SANTOS, R. O plano de educação higiênica de Belisário Penna: 1900-1930. **Dynamis**, v. 32, n. 1, p. 45–68, jan. 2012. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0211-5362012000100003&lng=es&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 26 jun. 2014, p. 62. Existe uma versão do texto

O processo de incentivo à participação feminina no esporte levou a uma diversificação das práticas buscadas por elas, o que causou grande preocupação em diversos setores da sociedade, por exemplo, dentre os médicos e as autoridades responsáveis pela gestão esportiva. Nesse sentido, Franzini (2000) apresenta uma série de outros documentos publicados na imprensa e produzidos por médicos e educadores físicos, demonstrando a necessidade de “proteger” a mulher dos possíveis malefícios que a prática do futebol poderia causar, tanto ao seu organismo, quanto à sua moral e, em ambos os casos, desviando-a da sua condição de mãe²¹. Goellner (2009), ao trabalhar as *imagens da mulher no esporte*, reitera tal premissa sobre esse período, afirmando:

Das várias ações desenvolvidas em prol deste fortalecimento [da raça forte brasileira], destaca-se uma delas: o fortalecimento do corpo feminino, pois acreditava-se que a regeneração físico-moral de uma população só se completaria se o aprimoramento físico também se estendesse à mulher, identificada então como “a célula-tronco da nação”. [...] O incentivo à participação feminina no universo das práticas corporais e esportivas [...] estava fortemente atrelada à política nacionalista em voga, que, assentada na eugenia e no higienismo, identificava o corpo feminino como local privilegiado para a consolidação do projeto nacional de fortalecimento orgânico dos corpos, do aprimoramento dos valores morais, da construção de uma raça forte e, por consequência, de uma nação forte²²

Essas concepções, princípios, preceitos culturais e seus respectivos desdobramentos no esporte não desaparecerem naturalmente com o tempo; pelo contrário, são permanências legadas ao século XX. Assim, o olhar que frequentemente se lançava sobre a presença feminina no esporte era aquele que desqualificava a atleta como mulher ou a sua prática como esporte. Como consequência, era necessário que a atleta modificasse seu corpo para se adequar à prática esportiva, já que esta nunca teria como finalidade torná-las mais femininas, ao contrário dos homens que possuiriam o esporte como fator de construção de masculinidade²³. Desta maneira observa-se que certas práticas esportivas opunham-se completamente à construção social hegemônica do que era *ser mulher*. Isto é, ser delicada, bela, dedicada à família e à maternidade e reclusa ao espaço doméstico. O esporte, aliás, foi -

publicada em 03 de setembro de 1930 no *Diário de Notícias*, São Paulo, de acordo com Santos (AUGUSTO DOS SANTOS, Ricardo. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.).

²¹ AUGUSTO DOS SANTOS, Ricardo. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008 e Id., O plano de educação higiênica de Belisário Penna: 1900-1930. *Dynamis*, v. 32, n. 1, p. 45–68, jan. 2012. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0211-95362012000100003&lng=es&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 26 jun. 2014.

²² GOELLNER, Silvana V. *Imagens da mulher no esporte*. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade De (Orgs.). **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 275-276.

²³ DEVIDE, Fabiano Pries. **Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005, p. 44.

e, em alguns casos, ainda continua a ser - concebido como algo hegemonicamente - para não dizer exclusivamente - masculino, uma vez que os atributos essenciais para a sua realização são a força, a velocidade, o esforço físico e a busca pela superação de limites, características entendidas, naquele contexto, como “naturalmente” masculinas²⁴. Nessa perspectiva, Goellner completa:

Havia a concepção de que o suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade dos movimentos, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionadas à mulher, abrandariam os limites que contornavam uma imagem ideal de ser feminina.²⁵

Em sua obra *Inventando o Sexo* (2001), Laqueur busca entender que fatores motivaram as transformações no entendimento desses corpos e como isso influenciou na definição dos papéis sociais de gênero²⁶. Com isso, ele demonstra que a visão que se tem sobre os sexos pela história é um fenômeno situacional, permeado por diversos interesses políticos que direcionam as pesquisas científicas, assim como as conclusões acerca das descobertas. Ele demonstra, assim, que a biologia, tal qual qualquer outra ciência, não está desvinculada da sociedade que a produz e, portanto, é influenciada, em todas as etapas do processo de pesquisa, por fatores socioculturais, políticos e ideológicos. Da mesma maneira, o conhecimento biológico se constrói sob influência de diversos outros aspectos irrestritos ao campo científico e que buscam legitimar aquilo que interessa aos grupos políticos e sociais hegemônicos de cada época.

A pesquisa de Laqueur mostra que as diferenças aparentes dos corpos podem ser interpretadas de maneiras tão diversas – ainda que ele se debruce somente sobre a cultura ocidental, herdada dos gregos – que não se pode afirmar que exista algo nos corpos que seja natural, ou seja, toda a ideia de diferença sexual natural, natureza feminina ou masculina, é culturalmente produzida, além, evidentemente, do próprio julgamento do adequado ou inadequado para aqueles corpos. Dessa maneira, Laqueur mostra algo já apontado na teoria de Foucault: não há sexo natural, apenas produções socioculturais sobre o corpo, sendo este

²⁴ RUBIO, Katia; SIMÕES, Antônio Carlos. De espectadoras a protagonistas - A conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Movimento (ESEF/UFRGS)** v. 5, n. 11, p. 50–56, 19 out. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2484>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

²⁵ GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte** v. 19, n. 2, p. 143–151, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/download/16590/18303>>. Acesso em: 26 jun. 2014, p. 144.

²⁶ LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

definido pelo autor como “[...] um ator no palco, pronto para desempenhar papéis que a cultura lhe atribui [...]”²⁷.

Este esclarecimento é fundamental para o andamento desta pesquisa, uma vez que pode-se dizer que a ideia de “natureza feminina” que perdurou como o eixo da justificativa da proibição da prática do futebol pelas mulheres, presente tanto na legislação quanto nas narrativas publicadas na imprensa, foi analisado como algo socioculturalmente constituído, afastando-se de qualquer noção de natureza biológica universal e, então, no limite, passível de desconstruções e reconstruções. Além disso, adverte-se que a interdição da prática por mulheres de algumas modalidades esportivas no Brasil, consideradas inadequadas à natureza feminina, não era uma anomalia tropical; na verdade, estava relacionada a uma mentalidade e dinâmica internacional²⁸ segundo a qual era perfeitamente cabível e desejável tal atitude por diversos poderes: as organizações internacionais, a cultura, a sociedade, a medicina e o próprio Estado brasileiro.

A proibição da prática do futebol pelas mulheres manteve-se por longo tempo. Em 1965, o CND divulgou uma lista de modalidades cuja prática estava proibida para elas, dentre as quais o futebol. Esta interdição durou até 1979, quando tal matéria foi revogada. Entretanto, apenas em 1983 o CND definiu regras para a prática do futebol de mulheres, reconhecendo esta como um esporte e possibilitando a formação de clubes e ligas. Nesta pesquisa, as mudanças relativas à legislação e à construção dos discursos sobre o futebol feminino são analisadas em três capítulos: no primeiro, num período anterior a 1965, especialmente o do final da década de 50, para que se compreenda a razão da proibição do futebol feminino nessa data. O segundo, busca identificar as resistências e práticas femininas durante o período em que vigorou a proibição. E, finalmente, o terceiro trata de um período em que o futebol feminino não era proibido, mas tampouco era reconhecido e regulamentado como uma atividade esportiva oficial, ficando restrito às práticas de lazer.

²⁷ Ibid., p. 74.

²⁸ DEVIDE, Fabiano Pries. **Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

Capítulo 1: A proibição do futebol

ACUSAÇÃO

O sr. Anibel Pelon, vice-presidente do CND, acusou hoje, perante o Conselho, que foi realizado, em Santos, um jogo de futebol, entre mulheres. O CND determinou que o Conselho Regional de São Paulo instaure inquérito para apurar os responsáveis pela realização do jogo, e ainda remeterá aos governadores nota solicitando a colaboração para o cumprimento da lei que proíbe em todo o território nacional a realização de futebol feminino.²⁹

PROIBIDO PARA MULHER

O Conselho Nacional de Desportos, em sua reunião de ontem, decidiu pedir providencias aos governadores dos Estados junto aos seus chefes de Policia, no sentido de não permitirem, em hipótese alguma, a realização de jogos de futebol feminino. Uma partida desse gênero disputada recentemente em Santos deu margem à decisão do CND³⁰.

Durante o período em que o Brasil esteve sob a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) uma série de mudanças ocorreu na estrutura política, econômica e social do país, em especial nos primeiros anos, com o objetivo de adequar o país ao projeto de poder que entrava em vigor. No campo esportivo, no caso do futebol feminino, isso não foi diferente. Em 1965, temos uma grande e categórica reação governamental diante da primeira partida que foi noticiada em grandes periódicos e que é exemplar do posicionamento assumido pelo regime então instaurado, no que diz respeito à modalidade.

No início do mês de fevereiro o *Estado* anunciava que o “Governo agirá contra futebol feminino”, referindo-se à resposta enérgica do Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda – um dos tantos que em um primeiro momento apoiaram o golpe militar e depois foram exilados pelo regime - ao que foi solicitado pelo CND a proibição do futebol feminino³¹. O processo gradual de centralização do poder no Executivo de Brasília afetava toda a estrutura política do país, na medida em que não abria espaço para oposição ou desobediência das ordens vindas da capital, fazendo com que seus princípios chegassem até as menores unidades diretamente representativas dele: as delegacias. Em Belo Horizonte, o “[...] torneio de futebol feminino que estava sendo organizado em Ponte Nova foi cancelado, em consequência de proibição da Delegacia de Jogos e Diversão de Belo Horizonte [...]”. A notícia relatava a proibição como uma espécie de anticlímax, afirmando que os “[...] quadros já estavam organizados e em fase final de treinamento. A estreia das moças mineiras estava programada para dentro de duas semanas no máximo, num torneio que teria a participação de

²⁹ Acusação. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 09 jan. 1965, p. 12.

³⁰ Proibido para mulher. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 10 jan. 1965. Primeiro caderno, p. 1. A mesma nota foi publicada também no dia seguinte, substituindo “ontem” por “sábado” para que houvesse adequação temporal na frase, o que indica a importância em fazer saber a notícia.

³¹ Governo agirá contra futebol feminino. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 04 fev. 1965, p. 65.

diversos quadros formados por jovens de Ponte Nova.”³². Finalizava, informando o procedimento que efetivou a proibição da partida e a justificava para tal:

A Delegacia de Jogos e Diversões de Belo Horizonte comunicou ao delegado municipal que o jogo de futebol feminino é considerado ilegal no Brasil. Após algumas tentativas com o futebol de vedetes no Rio e São Paulo, as mulheres foram proibidas de praticar esse esporte, por decisões do Ministério da Educação e Cultura e do Conselho Nacional de Desportos³³.

Nesta notícia, a despeito de tal veto à prática do futebol pelas mulheres, verifica-se a permanência dessa prática. Aparentemente não era tão simples coibir um evento esportivo de lazer como desejava o governo brasileiro. Outro elemento a ser destacado, diz respeito à atuação da delegacia: o processo de centralização do poder e de nomeação de funcionários ligados ao projeto de Estado do governo central contribuiu para que as decisões tomadas nos órgãos de Brasília - vale lembrar que os membros do CND eram escolhidos pelo próprio presidente da república – fossem efetivamente acatadas pelas instituições estatais em âmbito regional, principalmente nas grandes capitais do país onde a vigilância era provavelmente mais intensa. Finalmente, é importante atentar que na narrativa da notícia a proibição do futebol feminino foi uma reação às tentativas de realização de partidas de futebol jogadas por vedetes.

Partidas beneficentes disputadas por vedetes e promovidas por empresários, na segunda metade dos anos 1950, foram alvo de disputa entre o CND e os envolvidos em sua organização. A primeira iniciativa registrada na imprensa paulista, analisada nesta pesquisa, foi do empresário José da Gama, quando pretendia trazer “turmas de futebol feminino da Europa” para exibições no Brasil, “[...] tendo prometido destinar porcentagens das rendas apuradas para as Pioneiras Sociais³⁴ [...]”³⁵. O CND colocou-se contra tal intenção, lembrando a proibição do futebol feminino, segundo “[...] o disposto no artigo 54 no decreto lei 3199, regulado pelo órgão federal, que estabelece os esportes que devem ser praticados por moças.”³⁶.

É relevante frisar que, ao contrário do que afirmava o jornal, na consulta à legislação não havia a menção dos esportes proibidos à prática feminina. Os dizeres do artigo citado pela notícia são: “[...] às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as

³² Proibido futebol feminino. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 06 mai. 1966, p. 34.

³³ *Ibid.*

³⁴ A organização das “Pioneiras Sociais” foi idealizada por Sarah Kubitschek, esposa do então governador mineiro Juscelino Kubitschek. Ela reunia mulheres da alta sociedade mineira para ações de auxílio à crianças, mães e mulheres de baixa renda. Com a ascensão de JK à presidência, a organização ganhou força e passou a atuar em outros estados. Disponível em: <<http://www.historiadocancer.coc.fiocruz.br/index.php/pt-br/imagens/pioneiras-sociais>>. Acessado em: 29 de julho de 2013.

³⁵ Futebol feminino. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 01 out. 1957, p. 22.

³⁶ *Ibid.*

condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país [...]”³⁷. Até aquele momento o CND não havia realizado tal tarefa. Entretanto, o enquadramento pela notícia do futebol como uma dessas práticas esportivas incompatíveis com as “condições” da “natureza” das mulheres revelava que já havia, em torno do futebol e da sua relação com as mulheres, concepções generalizadas que afirmavam a impossibilidade da prática da atividade às jogadoras. Essa pretensa “incompatibilidade” entre o futebol e a “natureza feminina”, registrada na notícia de 1957, tinha um passado ainda mais ancestral do que a data de 1941 do referido artigo do CND, escrito durante o Estado Novo. Ademais, resquícios desses argumentos permaneceram no futuro, referidos em muitas oportunidades para justificar a proibição da prática do futebol por mulheres, ao menos até a regulamentação do futebol feminino (1983), quando o período ao qual este estudo se detém encerra-se.

Em 1959, quase dois anos depois, voltavam à cena as citadas “Pioneiras Sociais”. Nessa oportunidade, a entidade emitiu uma nota à imprensa na qual afirmava que não autorizava ninguém a realizar partidas de futebol feminino em seu benefício, justamente por se tratar de atividade proibida, não merecendo nenhum apoio da instituição. Apesar desse posicionamento, poucos anos depois, em 1957, o fato de um empresário promover o intercâmbio de equipes de futebol feminino estrangeiro para se exibirem no país indica que havia um grande potencial de público para esse tipo de evento, uma vez que não faria sentido investir na promoção de partidas sem visibilidade de retorno financeiro. Além disso, provavelmente, o senhor José da Gama sabia que esta modalidade vinha crescendo na Europa, como se veria publicado, na mesma época, na imprensa paulista. Entretanto, se o interesse de Gama era meramente comercial, por que doar porcentagens da arrecadação para a caridade? Neste ponto tem efeito a proibição à prática do futebol feminino. Certamente, a tentativa do empresário era burlar a legislação estabelecida pelo governo, apelando para a caridade, era uma investida para testar os limites e as brechas do vigor da proibição.

O caso que teve maior repercussão relativa ao futebol de vedetes e das disputas em torno dele aconteceu em 1959. A primeira notícia a circular sobre o assunto trazia em sua manchete: “Haverá futebol feminino no Pacaembu”. Nela ficava expressa a tentativa da Casa do Ator, casa de espetáculos paulistana, de realizar, no citado estádio municipal, um jogo entre as vedetes das cenas paulista e carioca. Seguramente era a esse caso que se referia à

³⁷ **Decreto-lei 3.199 de 14 de abril de 1941.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em: 26 jun. 2014. Naquele mesmo ano o General Newton Cavalcanti deu subsídios para estabelecer quais seriam esses desportos, mas isso não entrou na publicação da legislação, mesmo em suas retificações.

notícia do *Estado*, já que o jogo opunha, justamente, as equipes mencionadas no jornal. O CND vetou a realização do “espetáculo”, mas a Casa do Ator recorreu à justiça e “[...] o juiz Julio Leal Fagundes, da 2ª Vara da Fazenda Pública concedeu liminarmente mandado de segurança [...]”³⁸. O objetivo do jogo, segundo a matéria, era angariar fundos para a construção do Hospital dos Atores de São Paulo.

O CND, então, tentou derrubar tal mandado de segurança. Na matéria “Futebol feminino com normas específicas” apresentava-se a transcrição do pedido do CND para o juiz Julio Leal Fagundes, no qual argumentava que “[...] o futebol feminino poderá ter normas próprias, mas não da forma empregada, isto é, de molde a causar escândalo para atrair público [...]”³⁹. Dias depois, outra capa do jornal, na seção “nesta edição”, publicava a indicação: “Despacho do presidente do TFR [Tribunal Federal de Recursos] suspendendo segurança liminar concedida à Casa do Ator”⁴⁰. No interior do jornal, registrava-se a manchete “Futebol feminino só depois da sentença”, em que havia uma explicação de todos os trâmites jurídicos que, por hora, suspendiam a realização da partida. Apresentava, também, os argumentos do vice-presidente do CND, senhor Manoel Maria de Paula Ramos, quem enviou o ofício ao poder judiciário, pedindo a suspensão da partida, até que fosse julgada definitivamente a questão pela Vara Privativa dos Feitos da Fazenda da União. O representante do CND justificava:

[...] o espetáculo em foco na própria expressão do despacho que concedeu a liminar é de configuração circense e atenta contra o fim do desporto, eis que é uma apresentação em campo aberto acessível até mesmo aos menores e que fere o decoro público com grave acinte á tradição brasileira e sem nenhum caráter educativo⁴¹.

Além de destacar tais argumentos do vice-presidente do CND, trazendo ao debate a qualificação feita pelo mesmo da partida como um “espetáculo” de “vedetes em trajes sumários”, o que para ele feria o “disposto na letra ‘a’ do artigo 3º do decreto lei 3.199”⁴², a notícia publicava, ainda, as palavras do próprio em relação à atuação do Estado: para ele era “atribuição do Estado ‘tornar o desporto cada vez mais um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacional’”⁴³.

³⁸ Haverá futebol feminino no Pacaembu. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 23 jul. 1959, p. 16.

³⁹ Futebol feminino com normas específicas. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 01 ago. 1959, p. 5.

⁴⁰ Futebol feminino. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 13 ago. 1959, p. 48.

⁴¹ Futebol feminino só depois da sentença. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 13 ago. 1959, p. 09.

⁴² O texto do artigo 3º em questão é: “Artigo 3º Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Desportos: a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais;” (**Decreto-lei 3.199 de 14 de abril de 1941**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em: 26 jun. 2014).

⁴³ Futebol feminino só depois da sentença. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 13 ago. 1959, p. 09.

Quando tudo levava a crer, ao acompanhar o jornal, que tal jogo não se realizou, uma notícia surpreendeu: na “Secção Livre” do noticiário, no dia 22 de setembro, ao lado dos comunicados de falecimento, um texto do presidente da Casa do Ator, Francisco Colman, intitulado “A Casa do Ator ao generoso povo de São Paulo”, informava a realização do jogo no dia 17 de agosto, conforme estava previsto desde o início. Nessa espécie de “carta aberta ao povo paulista” ele narrava que diante da negativa do CND, a Casa desistiu de executar a partida. Mas, “foi nessa altura que o sr. Lover Ibaixe se prontificou a financiar o espetáculo”, como empresário, assumindo todo o risco e todas as despesas para a realização do “show”, dando à “Casa do Ator 15% da renda bruta; com a garantia mínima de Cr\$50.000,00 depositados em estabelecimento bancário, houvesse ou não o espetáculo”⁴⁴.

O tom do texto, de autoria de Colman, era de agradecimento ao público paulista, ao prefeito Adhemar de Barros e demais órgãos de imprensa que apoiaram a iniciativa e contribuíram para o sucesso do “show” ocorrido no dia previsto. Além disso, as palavras do presidente da Casa do Ator também eram uma espécie de prestação de contas aos apoiadores, informando o quanto foi arrecadado, a remuneração do “empresário-herói” da narrativa e a quantidade doada ao Retiro dos Velhos Artistas da Vila Olímpia. Ressaltava também o caráter humano e beneficente do evento e dizia que foi uma resposta do “povo” àqueles que caluniaram a iniciativa, em ataque direto ao vice-presidente do CND e seus representantes.

Assim, vinha ao conhecimento do leitor que a partida aconteceu graças, aparentemente, à iniciativa individual do senhor Lover Ibaixe. Esse fato permite que se enumere alguns elementos que faziam parte da prática do futebol feminino em fins década de 1950: notadamente a realização das partidas era de interesse do empresariado, geralmente transformadas em shows através da presença de jogadoras vedetes⁴⁵; tinham marcadamente o caráter beneficente e se realizavam apesar das tentativas dos órgãos federais em impedi-las. Importante salientar que o prefeito, representante do Estado, não negou que o jogo ocorresse no Estádio do Pacaembu, de propriedade do poder municipal. A atuação do prefeito Ademar de Barros tinha, provavelmente, fins políticos e/ou financeiros. Sua permissão à partida pode ser interpretada como um enfrentamento à política do governo federal de então ou uma atitude que passava por cima das resoluções federais e se beneficiava com o aluguel cobrado pela realização do jogo, renda que entrava nos cofres da Prefeitura Municipal.

Com relação ao interesse empresarial em promover jogos de futebol feminino, é relevante que num intervalo de dois anos isto tenha sido noticiado por duas vezes. Em se

⁴⁴ A Casa do Ator ao generoso povo de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 22 set. 1959, p. 31.

⁴⁵ As chamadas “vedetes” eram, em geral, atrizes do teatro de revista.

tratando desta categoria é difícil imaginar que não houvesse, primordialmente, uma expectativa de ganho financeiro por parte deles. A atuação desses homens dá indícios que possivelmente, por terem notícias do crescimento da modalidade na Europa, inclusive tentando trazendo equipes estrangeiras para partidas no Brasil, eles acreditavam que o investimento na promoção das partidas de futebol feminino valia o risco financeiro e o transtorno de se indispor com o governo. Mesmo doando uma parte da renda para a caridade, alguma forma de ganho, se não financeiro, mas também da promoção de sua imagem, estes homens projetavam ao encabeçarem essas partidas.

Pode-se dizer que o caráter de caridade e festividade das partidas promovidas pelos empresários contribuía para a construção da boa imagem dos investidores perante a sociedade. Isso ficava patente no texto publicado de autoria de Colman, pela Casa do Ator, no qual o empresário Lover Ibaixe aparecia como o herói que possibilitou a execução do evento, superando as proibições e transtornos criados pelo CND e enfrentando os riscos financeiros e políticos diante da proibição da partida. Salta aos olhos a qualificação da partida como “espetáculo” e “beneficente”. A linguagem seria uma forma de ludibriar a legislação e o poder público, com a justificativa para a sua realização de que as jogadoras nada mais eram do que vedetes, cuja profissão era justamente ligada ao entretenimento, não ao esporte.

Desta maneira, o jogo aparecia esvaziado de seu significado competitivo e passava a figurar como um espetáculo de lazer, sem comprometimento com o resultado. Ao mesmo tempo, o contorno de show beneficente para a partida também estava relacionado diretamente à relação entre mulheres e esporte, particularmente à concepção hegemônica do futebol como algo voltado ao público masculino heterossexual. Assim, ao colocarem mulheres consideradas bonitas para atuarem nesse jogo pretendia-se atrair justamente este público, habituado a ir aos estádios para torcer por seu time e que, no caso do futebol praticado feminino, seria atraído pela intenção não de torcer ou apreciar o esporte, mas sim os corpos das moças. Isto é, mantinha-se a afirmação do espaço do estádio de futebol como um local de expressão da masculinidade heterossexual⁴⁶. De forma geral, esta tinha no estádio o lugar da sua expressão através do ato de torcer e/ou no exercício da violência, pois nesse evento, a masculinidade heterossexual se expressava com uma roupagem diferente da habitual: residia na afirmação do desejo pelos corpos expostos em campo.

O último aspecto sobre esse embate diz respeito, justamente, aos limites de atuação do CND que se mostrou frustrado na tarefa de impedir a realização do jogo, apesar dos esforços

⁴⁶ Cf. DAMO, Arlei S. **Do dom à profissão: formação de futebolistas no Brasil e na França**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

desprendidos pelo vice-presidente do Conselho nas instâncias judiciais. Pode-se observar que as instâncias do poder judiciário, atuantes no caso, eram aquelas que diziam respeito e analisavam pedidos de fornecimento de recursos. A intenção da realização de uma partida de futebol feminino só chegou ao conhecimento do poder público porque a Casa do Ator pediu ao Governo Federal apoio financeiro para a execução do evento beneficente, o que foi permitido até a intervenção do CND que, por sua vez, não cedeu recursos do Estado para a realização da partida e proibiu a sua realização conforme a regulamentação do decreto lei 3.199. Além disso, argumentava que o esporte era o cerne da constituição “física e espiritual da juventude” e “expressão da cultura e da energia nacional” e, neste sentido, reiterava a exclusão da mulher como parte do esporte nacional. Nesse momento, a iniciativa privada adentrava a cena e permitia que o espetáculo ocorresse não pela contestação da restrição à prática do futebol pelas mulheres, mas fornecendo capital necessário para a realização do evento. Assim, um elemento primordial para a realização da partida foi justamente a retirada dela do campo esportivo e a sua inserção como produto de entretenimento. A partir do momento em que a partida não era tratada como uma competição ou festival de jogos, mas sim, muito mais com a designação de um “espetáculo” protagonizado por vedetes, a realização do jogo saía da alçada do CND já que não se enquadrava como prática esportiva e, por isso, não fazia sentido interditá-la.

Esta brecha aberta pela Casa do Ator contribuiu imensamente para que outras partidas de futebol feminino pudessem se realizar. Em novembro daquele mesmo ano foi publicada uma nota⁴⁷ que dizia:

As marchas e contramarchas que antecederam a realização do primeiro jogo de futebol feminino no Estado de São Paulo – proibições do CND, mandados de segurança, liminares, cassações de liminares, etc – parece que tiveram o condão para fazer com que a moda pegasse.⁴⁸

Naquele dia, segundo a notícia, aconteceria um *derby* feminino com o jogo entre as equipes mantidas por Guarani e Ponte Preta, clubes rivais da cidade de Campinas. Na matéria, era visível a preocupação com a proibição do CND e a criação de uma tática para contornar qualquer oposição: “Para disfarçar um pouco e não mexer muito com o CND, porém, toda vez há preliminar entre palhaços e renda para alguma instituição”⁴⁹. Assim, a nota finalizava dizendo que a abertura do jogo seria feita por uma partida entre palhaços paulistanos e campineiros. No mês de setembro também circulou a notícia de um jogo entre vedetes

⁴⁷ Chamo neste trabalho de “notas” os pequenos textos que vem nos cantos dos jornais sem um título e separados entre eles apenas por um asterisco, ainda que sem nenhuma relação entre os assuntos de cada uma delas.

⁴⁸ Sem título. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 07 nov. 1959, p. 12.

⁴⁹ Sem título. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 07 nov. 1959, p. 12.

paulistas e baianas em Salvador, em benefício do hospital local. Pode-se dizer que as partidas de futebol feminino ocorriam sob o pretexto de serem eventos beneficentes e de entretenimento. Ao mesmo tempo, tornava-se visível que a qualificação dessas partidas fora do campo esportivo, em alguns casos, era uma maneira de ludibriar a proibição do CND, possibilitando a realização dos jogos entre equipes formadas por mulheres na categoria de atletas e não somente de vedetes.

Pode-se dizer que o evento promovido pela Casa do Ator foi um marco que apontou o caminho para a possibilidade de realização de jogos de futebol feminino, cujas tentativas vinham sendo frustradas até então. Até mesmo porque foi um evento coberto do início ao fim pelo jornal, inclusive, no que dizia respeito à disputa judiciária em torno da sua realização. A cobertura de tal querela sobre a concretização da partida por um jornal de grande circulação tal qual o *Estado de São Paulo* redimensionava o debate sobre o tema. Para além das informações trazidas aos leitores, o que abria um campo de debate entre eles, ou da possível abertura de espaço para a realização de partidas de futebol feminino, certo é que a cobertura da queda de braço institucional que se deu entre os meses de julho e setembro tornou pública a grande derrota do CND, criando expectativas de que o mesmo poderia se repetir.

O crescimento das notícias sobre o futebol de mulheres publicadas no *Estado de São Paulo* teve início no mês de maio de 1959 e tem seu auge justamente nos meses de agosto e setembro do mesmo ano⁵⁰. Ao longo da década de 1950 houve um vertiginoso crescimento das notícias sobre futebol feminino: uma em 1956 e 1957, nenhuma em 1958 e 19 em 1959, totalizando 22 notícias em toda a década, conforme mostra o gráfico abaixo:

⁵⁰ Apresentam-se cinco ocorrências de notícias em cada mês.

De 1950 a 1959 (22)

1959 (19)

Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/procura/#!//%22futebol feminino%22/Acervo///1/1950/1959//>>.

Acesso em: 29 jul. 2013.

Destarte, é possível perceber que o embate da Casa do Ator com as autoridades federais não foi a única questão sobre o futebol feminino coberta pelo jornal *O Estado de São Paulo*. No dia 13 de junho de 1959 circulou uma nota sobre uma série de questões que foram discutidas numa reunião do CND. Dentre as resoluções, estabeleceu-se a manutenção da proibição do futebol praticado por mulheres⁵¹, contudo, o assessor técnico jurídico Samuel Sabot ficou encarregado de promover “um estudo sobre a possibilidade de revisão de tal portaria”⁵². No dia seguinte, o mesmo jornal publicou uma nota na qual afirmava que os patrocinadores desse esporte pretendiam regulamentar a matéria e estavam em campanha para convencer autoridades ligadas ao esporte a se colocarem de modo favorável a ela⁵³.

Não por acaso, no mês de outubro de 1959 foi publicada uma nota no *Estado de S. Paulo* que destacava uma fala do presidente da Federação Fluminense de Desportos, na qual apontava o desenvolvimento da modalidade no Rio de Janeiro, “[...] desafiando a autoridade do Conselho Nacional de Desportos”⁵⁴. Ela também evidenciava a necessidade de regulamentação da prática pela instituição ao admitir o crescimento da sua prática. Assim, nessa notícia mostrava-se o reconhecimento de uma autoridade – não se sabe se sob influência dos patrocinadores ou não –, da necessidade de propagação dessa prática e da possibilidade,

⁵¹ Vale ressaltar que tal notícia refere-se particularmente ao futebol, sem fazer qualquer menção às demais modalidades femininas proibidas pela entidade federal.

⁵² Sem título. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 13 jun. 1959, p. 14.

⁵³ Sem título. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 14 jun. 1959, p. 28.

⁵⁴ Sem título. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 02 out. 1959, p. 17.

no limite, de revisão do posicionamento das autoridades federais sobre a proibição do futebol feminino. É desta maneira que se adentrou a década de 1960, momento em que o periódico *Folha de S. Paulo* também passou a noticiar sobre a modalidade, possivelmente influenciado por seu crescimento no quadro internacional e nacional.

No que diz respeito ao contexto internacional, especialmente europeu, o futebol feminino vinha se desenvolvendo à mercê da vontade das autoridades daqueles países que não lhes davam, naquele momento, nenhum tipo de suporte. No *Estado de S. Paulo*, ainda no ano de 1957, um relato sobre o status do esporte na Alemanha foi publicado. A notícia informava que existia uma Associação Feminina de Futebol fundada em 1955 e que teve de enfrentar muitas barreiras para se estabelecer, mas que, todavia, naquele momento contava com cerca de 800 atletas. Também havia relatos de jogo internacionais envolvendo, além de equipes daquele país, outras da Inglaterra, da Holanda e da Áustria. A matéria terminava com a menção ao anúncio do ex-jogador alemão Josef Floritz, em que revelava a sua intenção de criar uma “federação feminina internacional de futebol”⁵⁵. A falta de apoio de órgãos oficiais e a expansão da prática levavam as mulheres e os apoiadores de seu futebol a organizarem-se de maneira autônoma, independente das instituições vigentes.

Em julho de 1961, a *Folha* publicou uma matéria intitulada “Apesar das oposições, o futebol feminino progride”, referindo-se, principalmente, ao continente europeu:

Em Roma, Londres ou qualquer grande metrópole europeia ou sul-americana, o futebol contagiou também as mulheres. O sexo gentil não hesitou em envergar camisetas e calções para dar espetáculos a plateias que riem e se emocionam com as 22 jovens movimentando-se em campo.

A verdade é que a prática do futebol entre mulheres está assumindo formas cada vez mais sérias. Não se trata, agora, apenas de espetáculo para atrair o público curioso em ver a novidade. Na Itália já se promovem torneios e na Inglaterra há um pequeno campeonato. A prática passa de uma vez para o domínio da competição, como especialidade consagrada.⁵⁶

Apesar do apoio inicial trazido pela reportagem à modalidade, a matéria também apresentava as objeções à sua prática. Estas eram lideradas pela menção aos médicos que justificavam cientificamente a incapacidade física das mulheres para a prática do esporte. Mesmo assim, a conclusão fundamental da matéria era favorável à existência do futebol feminino:

Os opositores levantam as seguintes objeções: as mulheres têm ossos mais frágeis; menor massa muscular; bacia oblíqua; tronco mais longo e por isso menos resistente; centro de gravidade mais baixo; coração menor; menor número de

⁵⁵ Futebol feminino. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 13 nov. 1957, p. 18.

⁵⁶ Apesar das oposições, o futebol feminino progride. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16 jul. 1961. Vida Social, p. 02.

glóbulos vermelhos; respiração menos apropriada a esportes pesados; menor resistência nervosa e de adaptação orgânica.

Não obstante, muitas das jogadoras que se vêm exercitando têm demonstrado um bom numero de habilidades e virtudes. Algumas delas correm, e correm bem, sem o meneio que poderia ridicularizá-las. Comportam-se com precisão nas cabeçadas, boa esquematização de jogo e movimentação para se desmarcarem.⁵⁷

Esta reportagem é exemplar quanto à expressão da contradição vivida pelo esporte, principalmente na Europa: por um lado, o crescimento do número de adeptas e a observação de boa qualidade no desempenho delas no futebol. Por outro, a manutenção de certas visões, produzidas fundamentalmente no final do século XIX e início do século XX pelo discurso médico, que restringiam o papel das mulheres ao de “futuras mães” e enumeravam os perigos da prática futebolística para esta função⁵⁸.

As referências àquelas ideias sobre o corpo feminino, produzidas no início do século XX – ou no fim do anterior – não eram respaldadas somente pelos médicos, como é o caso da última reportagem mencionada; eram também perpetuadas pelos próprios jornalistas. Vale lembrar que estes nada mais faziam do que reproduzir o repertório cultural hegemônico dos leitores, em que era comum a referência às mulheres com expressões como “sexo frágil”⁵⁹ ou “belo sexo”, além da constância da afirmação da inferioridade da sua prática esportiva em relação ao jogo masculino.

Não só no Brasil havia jogos femininos beneficentes. No último dia de 1961 foi publicada no jornal uma última menção ao futebol feminino até antes do golpe militar de 1964. Ela justamente apresentava um breve questionamento da hierarquia segundo a qual se estabelecia o futebol masculino como superior ao feminino, através das informações sobre a equipe feminina Smashers⁶⁰, da Inglaterra. Esta era formada para “espetáculos em favor de entidades beneficentes” e já tinha vencido até “marmanjos” do Gainsborough⁶¹, mas necessitava “urgentemente” de campo para treinar e de licença da Liga⁶² para se manter como equipe. Vale destacar que tal notícia circulou na “Folha Feminina”, majoritariamente lida por

⁵⁷ Apesar das oposições, o futebol feminino progride. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16 jul. 1961. Vida Social, p. 02.

⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁹ Expressão encontrada, por exemplo, em: Futebol feminino. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 03 dez. 1964. Segundo caderno, p. 01.

⁶⁰ A qualidade da fonte está bastante comprometida, o que torna difícil a leitura, podendo provocar erros de grafia do nome.

⁶¹ Aplica-se o mesmo da nota anterior. Esse é o nome de uma região da Inglaterra, provavelmente de onde vinha a equipe derrotada pelas moças.

⁶² Fica difícil constatar se a Liga em questão refere-se a alguma entidade que organizou o time a princípio ou uma liga desportiva. Maiores chances de se aplicar o primeiro caso, uma vez que não se encontra referências à existência de qualquer entidade organizadora do futebol feminino naquele momento.

mulheres, e era apenas uma foto com uma pequena legenda de algumas frases, ou seja, nada que representasse grandes níveis de subversão à ordem masculina instituída⁶³.

Não só da Europa vinham as notícias do desenvolvimento do futebol praticado por mulheres. Também na América Latina havia movimentações em torno do esporte:

Causou sensação a primeira partida de futebol disputada por equipes femininas. O jogo promovido por cronistas esportivos realizou-se ontem e reuniu as seleções de La Paz e Cochabamba, atraindo grandes quantidades de espectadores. Cochabamba venceu por 2x0.⁶⁴

A possibilidade de se formar uma seleção dessas cidades bolivianas era sinal de que havia equipes perenes organizadas nessas localidades, o que pode ser entendido como um indício de que o Estado boliviano não possuía regulamentação semelhante à brasileira no que diz respeito à modalidade. Além disso, vale destacar que o jogo foi promovido por cronistas esportivos, o que demonstra um apoio da categoria, geralmente ligada à imprensa ou ao esporte – ex-atletas e treinadores, por exemplo – para o desenvolvimento da modalidade naquele país. No Brasil não se via movimento semelhante. As escassas tentativas de construir o futebol feminino como um esporte, não como um mero entretenimento ao público masculino, não obtiveram notório suporte de membros do ramo esportivo ou midiático. Isso não quer dizer, no entanto, que tais iniciativas não existissem. Mesmo antes do futebol de vedetes havia mulheres jogando futebol, mesmo em clubes. Em 1956, por exemplo, um jogo entre elas, sediado em Salvador, opunha as duas maiores forças do futebol local permitido (o masculino): Bahia e Vitória. Neste caso, o CND solicitou, segundo *O Estado de S. Paulo*, informações sobre a suposta partida e afirmou que, caso se confirmasse o acontecido, instruiria o Conselho Regional de Desportos da Bahia a não mais permitir tal evento, “por contrariar dispositivo legal”⁶⁵. Interessante é que tal informação aparecia sob a manchete intitulada “Proibição do futebol feminino”, transmitindo ao leitor a ideia que não existia previamente uma interdição dessa prática pelo Estado e que isso ocorria a partir daquele momento, como se fosse uma novidade. Pode-se dizer que esta notícia funcionava como uma forma de lembrar aos leitores do vigor de tal proibição. Isso, somado à hipótese de que dois grandes clubes do futebol brasileiro – Bahia e Vitória - estivessem promovendo jogos de mulheres, leva a crer que aquilo que fora estabelecido em 1941 já não vinha sendo cumprido e havia, portanto, a necessidade de se lembrar à população a existência de tal “dispositivo legal”. Não se sabe a resolução de tal investigação, pois o jornal não deu prosseguimento ao caso. No entanto, essa não foi a única vez em que ocorreram jogos femininos no nordeste

⁶³ Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 31 dez. 1961. Folha Feminina, p. 08.

⁶⁴ Futebol feminino: Cochabamba venceu La Paz. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 25 out. 1960. Ilustrada, p. 08.

⁶⁵ Proibição do futebol feminino. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 24 out. 1954, p. 24.

brasileiro. O mesmo Bahia convidou o quadro feminino do Atlético Mineiro para jogar em Salvador. Na mesma época, um empresário promovia jogos de caridade entre equipes femininas de Maceió e João Pessoa⁶⁶.

Tampouco foi único o futebol feminino em Minas Gerais. Em maio de 1959, no *Estado*, publicava-se a notícia cuja manchete era “Futebol feminino em Belo Horizonte”⁶⁷, pela qual informava-se sobre a realização de uma partida no Estádio Independência. No mês seguinte, houve a divulgação de que o então governador do estado de Minas Gerais, Bias Fortes, recebera do vice-presidente do CND, Manuel Faria de Paula Ramos, um ofício no qual solicitava providências contra a prática da modalidade no estado⁶⁸. Não se sabe se esse fato fez com que o chefe do executivo mineiro aumentasse a repressão sobre este esporte na região, mas isso certamente não foi suficiente para acabar com as equipes, uma vez que ao longo desse mesmo ano houve duas notícias de times mineiros atuando em partidas na Bahia⁶⁹. Além dessas ocorrências, no mês de setembro foi divulgada que uma partida de futebol feminino, disputada na cidade de Conselheiro Lafaiete, bateu o recorde de público para o futebol naquela localidade. O Santos F.C. também promoveu diversos jogos, alguns beneficentes, outros não. A Confederação Brasileira de Desportos (CBD) comunicou ao clube, em certa ocasião, que a partida entre mulheres, programada para acontecer, não deveria ser realizada e que a instituição estava disposta a recorrer à força policial para que não ocorresse tal evento⁷⁰.

Pelo que se pode notar, a maior resistência ao veto das autoridades esportivas brasileiras à prática do futebol feminino se encontrava justamente nos clubes que insistiam em manter quadros desta modalidade e esforçavam-se para ludibriar as autoridades e realizar jogos com outras equipes. Isso sem mencionar as próprias mulheres, cuja resistência do Estado, muitas vezes, era o menor obstáculo que elas encontravam para poder jogar futebol. Os olhares e comentários repressores recebidos das famílias, amigos e companheiro(a)s podiam pesar-lhes muito mais do que qualquer resolução de órgãos estatais. Estes não apareciam diretamente nas palavras dos jornalistas do *O Estado* ou da *Folha*, não somente pelo fato de serem majoritariamente homens escrevendo as matérias, mas também por estarem

⁶⁶ Duas Partidas de futebol feminino. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 01 ago. 1959, p. 12.

⁶⁷ Futebol feminino em Belo Horizonte. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 09 mai. 1959, p. 13.

⁶⁸ Providências contra o futebol feminino. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 04 jun. 1959, p. 17.

⁶⁹ Futebol feminino em Minas. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 26 set. 1959, p. 12. Apesar da manchete, o jogo da equipe de Araguari (MG) atuou em Salvador (BA), contra uma equipe da capital paulista. Outra notícia no mesmo jornal em 29 de setembro de 1959 vem no formato de nota, sem uma manchete e afirma que as baianas venceram as mineiras e esperam as paulistas, o que passa a ideia de um quadrangular, festival ou torneio organizado ali.

⁷⁰ Sem título. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 23 jun. 1959, p. 23.

imbuídos da mentalidade hegemônica em relação ao papel da mulher e da sua relação com o esporte nacional.

Os jogos beneficentes também se relacionavam com essa ideia. Em outubro de 1960 saiu na *Folha de S. Paulo* uma notícia sobre um time de vedetes paulistas⁷¹ que faria um jogo beneficente contra uma equipe uruguaia, que contava com artistas e atletas de outras modalidades vindas daquele país, dentre as quais se destacava a então *miss*. A matéria informava que os times desfilariam em “carros nacionais” pelas ruas da cidade⁷². Novamente nota-se aqui que o protagonismo, até pelos destaques apontados no texto, estava no “desfile” dos corpos femininos, que exibiriam um determinado padrão de beleza hegemônico para a época, configurando-se como um atrativo para o público habituado a ir aos estádios como forma de expressar sua masculinidade. Além disso, é possível observar que esse hábito de jogos de vedetes não ocorria somente no Brasil, e que também no Uruguai o futebol assumia esse significado de masculinidade heteronormativa e objetificava corpos de certas mulheres. Estes últimos daquelas que não eram vistas como mães de família, pois já eram exibidos no espaço público, fossem nos palcos ou nas quadras e piscinas. Desta maneira percebe-se que a escolha de quem seriam as mulheres a apresentar-se no espetáculo passava pela qualificação delas diante dos significados que as constituíam na época.

É relevante frisar que era socialmente aceito que as vedetes jogassem futebol, pois sua profissão tinha por pressuposto a exposição de seus corpos no espaço público. Em geral, a visão hegemônica era que o espaço feminino, por natureza, era o privado, sendo o público - especialmente, o mundo do trabalho - destinado exclusivamente aos homens. Sobre isso a historiadora Margareth Rago afirma:

as barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas sempre tiveram de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”⁷³.

Embora as pesquisas de Rago se concentrem primordialmente no período entre o fim do século XIX e a década de 1930, os princípios por ela identificados nesse tempo, relativos ao pensamento dominante sobre os papéis sociais feminino e masculino, possuem permanências profundas na sociedade brasileira de datas posteriores. Haja vista a própria

⁷¹ É indeterminável se essa equipe de vedetes era a mesma que se apresentou no evento da Casa do Ator ou contra as “vedetes baianas” em Salvador, ou se a cada “show” formavam-se novas equipes, convidando outras mulheres.

⁷² Futebol feminino com fim beneficente; chegaram ontem as uruguaias. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 04 ago. 1960. Primeiro caderno, p. 08.

⁷³ RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 581-582.

proibição do futebol feminino e a associação entre mulher, lar e família que permanecia ainda naqueles finais de anos 1950. As vedetes e atletas não apenas subvertiam essa norma ao adentrar o mundo do trabalho, também utilizavam o próprio corpo como um instrumento de acesso a ele: “No discurso de diversos setores sociais destaca-se a ameaça à honra feminina representada pelo mundo do trabalho. [...] Essa visão está direcionada, direta ou indiretamente, à vontade de direcionar a mulher à esfera da vida privada.”⁷⁴.

Existiam diversas justificativas para tal. Primeiramente, o ingresso da mulher no mundo do trabalho a obrigaria a abrir mão de cumprir seu papel de mãe, de constante vigilância de sua prole. Isso fatalmente debilitaria os filhos da nação. É especialmente forte, na primeira metade do século passado, a ideia de “mãe cívica”, ou seja, aquela que permanece no lar para educar física, moral e intelectualmente seus filhos com o fim de promover seu país ao progresso. Assim, a maternidade era, além de uma determinação natural, uma obrigação com o povo brasileiro, um dever perante a nação brasileira⁷⁵.

No que diz respeito à moralidade, era bastante comum a associação entre o mundo do trabalho e o espaço público e entre a presença feminina nele com a prostituição e o adultério. Margareth Rago demonstra que nos discursos da época o mundo do trabalho para as mulheres era representado pela metáfora do cabaré. Em contrapartida, alimentava-se a ideia das mesmas no espaço doméstico como “rainhas do lar”, que governavam o “ninho sagrado da família”. Até mesmo médicos afirmavam que o trabalho feminino levaria, fatalmente, à desagregação do lar⁷⁶.

A associação mulher-lar-família permaneceu como alicerce do ideal dominante nos anos 1950. Entre os dias 01 e 16 de maio de 1965 *A Gazeta Esportiva* promoveu o “1º Salão da Mulher e do Lar” que foi constantemente propagandeado desde o início de fevereiro daquele ano até o final do mês de sua realização:

⁷⁴ Ibid., p. 585.

⁷⁵ Ibid., p. 585-593.

⁷⁶ Ibid., p. 603.

1º Salão da Mulher e do Lar. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 21 fev. 1965, p. 29.

Primeiramente cabe avaliar o título do evento: “Salão da Mulher e do Lar”. Os dois elementos mencionados se apresentavam como inseparáveis. Claramente era naturalizado na ideologia de gênero dominante da época que a responsabilidade dos cuidados “do lar” era feminina. Os anúncios do evento eram quase diários. No entanto, aos domingos, dias em que saía a seção “Feminina” no jornal, havia quase sempre ao lado da página dedicada às mulheres uma publicidade de página inteira que incentivava a ida ao Salão. Esta parte do impresso geralmente trazia notícias sobre figuras famosas ou exemplares, consideradas modelos de comportamento. Além disso, eram recorrentes publicações de receitas, dicas sobre moda, cuidados com a casa, indicações de cortes e penteados e todo o tipo de reafirmação da norma de gênero instituída, que afirmava a vaidade como algo estritamente feminino.

Afora as propagandas diárias com reforço de peso aos domingos, a *Gazeta* frequentemente trazia *merchandisings* do evento travestidos em forma de reportagens ou entrevistas, sempre com muito destaque, como era o caso que ocupava toda a página:

“Salão da mulher será exposição do vestir bem”. **Gazeta Esportiva**. São Paulo, 14 fev. 1965, p. 36.

A imagem anunciava a entrevista do presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem, mas trazia como manchete o Salão da Mulher (e do Lar). Além disso, ressaltava que estariam presentes no evento todos os elementos segundo o que socialmente se definia como se “vestir bem”, pressupondo que a mulher possuía, necessariamente, interesse em moda/vestimenta. A *Gazeta* utilizava esse mesmo formato para promover diversos eventos da Fundação Cásper Líbero ao longo do período estudado, por exemplo, a São Silvestre. Diversas reportagens chamavam o acontecimento de “paraíso da mulher”⁷⁷ e garantiam, em outras palavras, que a exposição interessaria a todas as classes sociais, contudo, em especial, a toda a família. O uso corrente de expressões como “mulher elegante” ou “como fazer de um lar modesto um verdadeiro ninho. Sem gastar muito” denotavam a chamada para todas as camadas da sociedade. Mais enfática era a afirmação de que o Salão era dedicado a todos os membros da família, apesar do título afirmar que o salão era “da mulher”. Todas essas asserções se intensificaram após a inauguração:

⁷⁷ Senhoras e senhoritas, chegou a sua vez! “I Salão da Mulher o do Lar”: o paraíso da dona de casa. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 11 abr. 1965, p. 36.

Sucesso absoluto na inauguração do "I Salão da mulher e do lar". **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 02 mai. 1965, p. 23.

A matéria iniciava-se com o objetivo de enfatizar o sucesso da inauguração do evento, segundo as seguintes palavras:

A alta sociedade, a média, o povo em geral, acorrem à Avenida Paulista para ver de perto a grande mostra, que foi feita para todos. Ali se encontra tudo o que possa interessar à mulher moderna: à noiva, à garota, à dona de casa e até à vovó. Uma exposição de assuntos para a mulher, qualquer que seja sua idade ou condição social. Uma homenagem à mulher⁷⁸.

O foco, a princípio, encontrava-se mesmo nas moças. No entanto, nos próximos dias as reportagens passavam cada vez mais a demonstrar que o Salão era dedicado à família e que havia atrações para os homens e as crianças. Nas fotografias, homens e mulheres apareciam separados e envolvidos em atividades diferentes. As crianças raramente figuravam nas imagens, quando sim pertenciam ao domínio das mulheres. Os homens geralmente apareciam bebendo ou admirando carros, enquanto elas apareciam em atrações ligadas à moda e beleza.

Assim, pode-se dizer que o Salão da Mulher e do Lar foi uma tentativa da Fundação Cásper Líbero de reforçar a ideia de família tradicional, associando a figura feminina ao lar e enfatizando que algo dedicado a ela só poderia ser, na verdade, voltado a toda a família. Afinal, a sua função social era justamente zelar pelos filhos e cuidar da casa, além de estar sempre bela para o seu marido. Ou seja, o jornal reforçava que uma homenagem à mulher era propor um passeio que unisse a família – a despeito dos maridos estarem em atividades separadas – e que a auxiliasse em suas funções diárias: estar bela, sempre pronta aos filhos e

⁷⁸ Feito com carinho para a mulher moderna! Inaugurado na Avenida Paulista o "I Salão da Mulher e do Lar". **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 02 mai. 1965, p. 22.

perfeita nos afazeres domésticos. Vale também destacar que o público leitor do periódico esportivo era majoritariamente masculino – pelo menos assim era pensado pelos editores. Assim, o Salão propunha algo que os homens-leitores julgariam ser um bom lugar para levar suas esposas e outros membros da família, se fosse o caso.

A diversificação das possibilidades do *ser mulher* se construiu com muito conflito e resistências, em especial a partir do movimento feminista, nas décadas de 1960 e 70, mas também por mulheres que não se identificavam com tal horizonte político. Na imprensa, em especial a esportiva, cujo público leitor era supostamente masculino, essa mudança proporcionou novas formas de representá-la, criando novos estereótipos. Nos anos 1970, em particular, iniciava-se um processo de erotização do corpo feminino pela criação da ideia da *femme fatale* e do homem como sua vítima indefesa. A Revista *Placar* trazia os melhores exemplos desse processo em suas propagandas, apesar de ser perceptível também no tocante à prática do futebol por mulheres, conforme se demonstrará adiante. No entanto, é importante sublinhar que o processo de criação desse novo estereótipo do feminino não fez com que desaparecesse o padrão da associação mulher-lar-filhos; apenas representava uma nova vertente de profusão de imagens sobre elas e, por vezes, rivalizava com a concepção da mulher responsável pelo “lar”, pela criação dos filhos e o bel prazer do marido. Nesse sentido, o primeiro exemplo apontado mostra justamente esta permanência:

Você depende de sua mulher até para fazer um cafèzinho?

Liberte-se da especialização feminina em matéria de cafèzinho. Com CaciQue-solúvel, todo homem é competente para fazer seu próprio café.

A receita da rebeldia é fácil: uma colherinha numa xícara de água fervendo. E essa rebeldia facilita a vida de sua mulher, dispensa coador, não entope a pia, não suja as mãos, nem suja as panelas.

Se ela resiste, o motivo é psicológico: ela quer mantê-lo escravo da especialização feminina. Use então sua autoridade de homem. Ordene: Você tem direito de mandar em sua casa. Ou não tem? Quando cessa a força do direito, começa o direito da força. Ah, machão!

CACIQUE
solúvel
o café mais jovem do Brasil

Você depende da sua mulher até para fazer um cafezinho?. **Placar**, São Paulo, n. 06, 13 mar. 1970, p. 31.

A imagem trazia um homem infantilizado, tanto nos gestos quanto nas roupas, dependente da esposa “até para fazer um cafèzinho”, reforçando a ideia de que os afazeres domésticos caberiam à esposa. Interessante notar que em nenhum momento se propunha que o homem aprendesse a fazer café ou substituísse a esposa na função. O produto anunciado era justamente o pó de café solúvel, para que o marido pudesse preparar seu próprio café sem ter de passar pelas “dificuldades” de coá-lo. O preparo deste tipo de produto, geralmente, era feito de maneira autônoma, como se ao homem coubesse o papel de cuidar das próprias necessidades, de maneira independente e madura, e à mulher de zelar por todos os membros

da família. Ademais, novamente se publicava o pressuposto de que o público leitor das revistas e páginas esportivas era masculino e heterossexual:

Liberte-se da especialização feminina em matéria de cafezinho. Com Cacique-solúvel, todo homem é competente para fazer seu próprio café.

A receita da rebeldia é fácil: uma colherinha numa xícara de água fervendo. E essa rebeldia facilita a vida de sua mulher, dispensa coador, não entope a pia, não suja as mãos, nem suja as panelas.

Se ela resistir, o motivo é psicológico: ela quer mantê-lo escravo da especialização feminina. Use então sua autoridade de homem. Ordene. Você tem direito de mandar em sua casa. Ou não tem? Quando cessa a força do direito, começa o direito da força. Aí, machão!⁷⁹

O texto que acompanha a imagem destacava a independência masculina com relação à mulher como um atributo básico de comprovação de masculinidade. Além disso, afirmava que o homem fazer seu próprio café era uma “rebeldia” com relação a uma suposta escravização produzida pela “especialização feminina”! A artimanha das mulheres de dominar as técnicas de coar o café tornava o homem uma vítima da “escravidão”, dominado pelo que seria a sua força opressora e impedia-o de realizar plenamente suas capacidades, sua “autoridade de homem”. Neste caso, o que deveria fazer o homem? “Ordene”, em caso de resistência, deveria utilizar o “direito da força” inerente ao sexo e apelar à “força” física. Assim, conforme afirmava o texto da propaganda, ele seria um “machão” completo, que, como tal, teria o “direito de mandar em sua casa”⁸⁰.

O ideal de masculinidade construído pela exaltação da força física e da independência dos homens em relação às mulheres, neste anúncio, também se apresentava com outras roupagens. Em outra propaganda, retirada da *Placar*, ele se expressava da seguinte maneira:

⁷⁹ Você depende da sua mulher até para fazer um cafezinho?. **Placar**, São Paulo, n. 06, 13 mar. 1970, p. 31.

⁸⁰ *Ibid.*

**O AGENTE 752
É FORTE, VALENTE
E RESISTENTE.
MAS TEM AS
SUAS FRAQUEZAS.**

Robusto e bonito,
o Agente 752 foi lançado
pela Vulcabrás para resistir a tudo.
Sem abrir o bico. Ponha o Agente 752
a seu serviço. Mas, cuidado:
alguém pode pegá-lo pelo pé.

VULCABRÁS

O agente 752. **Placar**. São Paulo, n. 13, 12 jun. 1970, p. 47.

Os atributos de masculinidade presentes no comercial eram a valentia, a força e a resistência. Todavia, a “fraqueza” masculina também compunha o quadro: a habilidade para conquistar mulheres. O fato de a moça aparecer descalçada insinuava, inclusive, a eminência dos dois manterem relações sexuais, elemento considerado socialmente de suma importância para a afirmação masculina. O agente 752 – nome do sapato – apresentava-se como sujeito, enquanto o pé feminino, por mais que estivesse sobre ele, era apenas isso: um pé sem identidade, portador de uma única marca: a feminilidade. As unhas pintadas, a pele hidratada e a ausência de pelos traduziam ao observador que aquela era uma mulher bonita e sedutora, ainda que toda a sua figura tivesse sido reduzida a um pé. Esse anúncio era exemplar das maneiras pelas quais as mulheres apareciam nas propagandas da década de 1970: como um corpo sem identidade, fruto de admiração e desejo masculino.

A criação dessa ideia de *femme fatale* à qual o homem não consegue resistir, tornando-o sua vítima, não era novo. Conforme se viu, a objetificação do corpo feminino já era corriqueira com certas mulheres nos anos 1950. *A Gazeta Esportiva Ilustrada*, primeira revista paulista especializada em esportes, iniciava, logo em seu número um, datado de 1953, uma tradição: na contracapa do periódico se publicava uma atleta de qualquer modalidade em pose sensual, vestida com trajes sumários de sua modalidade e acompanhada dos dizeres “Pra quê legenda?”⁸¹. Comumente apareciam reportagens de duas ou mais páginas sobre a vida de moças que seriam indicadas ao prêmio “a mais bela esportista”, algumas das quais sequer praticavam esportes. Essas matérias eram acompanhadas de fotos que exaltavam a beleza física das moças e textos que reafirmavam estereótipos de feminilidade, como graça, delicadeza, vaidade e preocupação com o próximo⁸². Algumas delas já nem mencionavam qualquer prêmio, apenas se propunham a apresentar belas esportistas.

Além dessas, outras imagens da mulher que circulavam em *A Gazeta Esportiva Ilustrada* eram, como não poderia deixar de ser, de esposa e dona de casa. Diversas matérias com as esposas dos principais atletas da época as reafirmavam como submissas, devotadas e pacientes⁸³. Sobre futebol feminino, em particular, nos anos 1950 a revista publicava apenas duas reportagens. Uma, ficava na seção “atualidades mineiras” e trazia a foto de uma moça docemente amarrando as chuteiras e um texto que mencionava que as proibições que vinham cercando o futebol feminino não o impediam de crescer. O resto do texto comentava sobre a moça da foto, sem dar protagonismo às informações sobre sua prática esportiva⁸⁴. A outra era sobre uma moça de S. Vicente que jogava futebol com os garotos do bairro⁸⁵. O texto ressaltava que ela também jogava basquete e estava inscrita num concurso de beleza, reafirmando diversos estereótipos de feminilidade, a despeito de a moça praticar o futebol. O esforço da matéria em encaixá-la nas normas de feminilidade era tamanho que o texto se tornava contraditório. A conclusão da produção era:

⁸¹ Pra quê legenda? *A Gazeta Esportiva Ilustrada*. São Paulo, n. 01, 1ª quinzena set. 1953, p. 60.

⁸² Nadir é pedra preciosa. *A Gazeta Esportiva Ilustrada*. São Paulo, n. 30, 2ª quinzena dez. 1954, p. 34-37; Eva, retrato de uma época. *A Gazeta Esportiva Ilustrada*. São Paulo, n. 38, 2ª quinzena abr. 1955, p. 34-37; Terezinha Morango é uma uva. *A Gazeta Esportiva Ilustrada*. São Paulo, n. 91, 2ª quinzena jul. 1957, p. 34-35.

⁸³ Mulher: não inveje a esposa do craque! *A Gazeta Esportiva Ilustrada*. São Paulo, n. 04, 2ª quinzena out. 1953, p. 04-05; Amélias do futebol. *A Gazeta Esportiva Ilustrada*. São Paulo, n. 57, 1ª quinzena fev. 1956, p. 24-26.

⁸⁴ Atualidades mineiras: futebol feminino consegue novas adeptas. *A Gazeta Esportiva Ilustrada*. São Paulo, n. 147, 1ª quinzena nov. 1959, p. 37.

⁸⁵ As duas primeiras páginas da reportagem estão faltando no exemplar da revista a que se teve acesso, deixando as informações incompletas e impossível de saber o título.

Eis aí Nelly Martins, a garota futebolística, (mais corinthiana que vicentina) que não entra em times, nem disputa partidas, mas em compensação brinca e faz filigranas com a bola, como pouca gente sabe fazer.

Nada de fenomenal, mas um caso realmente interessante⁸⁶.

A maioria das fotografias contrariava a ideia que Nelly não era “fenomenal”. Duas delas, em particular: uma mostra Nelly marcando um gol de cabeça e a outra a flagra driblando com maestria um garoto que jogava na equipe adversária. A legenda da primeira foto não só elogiava a sua técnica como também a comparava a Baltazar, ídolo corintiano daquele momento:

Gol de Nelly. Sugestivo flagrante colhido pelo Balfó. A bola no ar já foi golpeada pela garota, entrando na ‘tesoura’ da trave. Com todo o esforço do garoto, o gol foi marcado. Observem os movimentos da moça no ar. Posição correta, permitindo um golpe perfeito. Baltazar feminino.⁸⁷

A outra também enaltecia a perfeição da técnica da moça, mesmo com a preocupação de qualificá-la como bela: “Um drible à la Nelly. Com muita classe, Nelly ‘tira’ o garoto da jogada, aplicando um belo drible. Em todos os instantes a sua posição no lance é correta. Um espetáculo a linda garota.”⁸⁸.

Título não identificado. **A Gazeta Esportiva Ilustrada**. São Paulo, n. 35, 1ª quinzena mar. 1955, p. 30-33.

Além disso, a conclusão da reportagem afirmava que Nelly Martins não participava de equipes e não disputava partidas. Todavia, em ambas as fotografias, ela aparecia fazendo-o, ainda que não em clubes oficiais. Parece que as suas imagens, jogando com um menino e não um homem de mesma idade que ela, permitiam à matéria elogiar a sua técnica, fenomenal em relação a de um garoto. Havia também o esforço por parte da revista para exaltar que “seu

⁸⁶ Título não identificado. **A Gazeta Esportiva Ilustrada**. São Paulo, n. 35, 1ª quinzena mar. 1955, p. 30-33.

⁸⁷ *Ibid.*

⁸⁸ *Ibid.*

sonho” era ganhar um concurso de beleza, a ponto de a última imagem trazida pela matéria ter sido ela vestida para tal desafio, destoando de todas as outras fotografias e elogiando sua beleza:

Título não identificado. **A Gazeta Esportiva Ilustrada**. São Paulo, n. 35, 1ª quinzena mar. 1955, p. 30-33.

Desta maneira, por melhor que Nelly fosse na prática do futebol, e que isso fosse, até certo ponto, reconhecido pela revista, a qualificação final sobre o seu desempenho futebolístico passava pela afirmação de sua feminilidade, o que tornava o seu caso “interessante”, mas “nada de fenomenal”. Tudo o que ela era capaz de fazer eram “filigranas com a bola”, o que apontava para o intuito de desqualificar a sua capacidade de jogar futebol.

Esse processo não era exclusividade da *Ilustrada*, nem própria dos anos 1950. O caderno que carregava esse mesmo nome, dentro do jornal *Folha de S. Paulo*, foi palco da maior parte das notícias sobre o tema no periódico, algumas ironizando a modalidade. Foi o caso da foto publicada em 24 de novembro de 1960, seguida de um pequeno texto, cujo título era “jogam para ganhar”. O assunto era a inauguração da nova praça de esportes da Ponte Preta F. C. de Jacareí, no interior paulista. Para tal festividade, que contou com a presença de representantes dos governos estadual e federal, realizaram-se dois jogos de futebol feminino do clube em questão. A manchete, a imagem que mostrava o time em pose tradicional das equipes masculinas de futebol e o texto, que informava a derrota da equipe nas duas partidas que disputou, naquela tarde, produziam a ironia⁸⁹. Ficava aberta a possibilidade de interpretação sobre a intenção de quem montou a notícia: dar visibilidade ao esporte, daí a fotografia que chamava a atenção de quem lia o jornal; ou a ironia diante da falta de eficiência

⁸⁹ Jogam para ganhar. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 nov. 1960. *Ilustrada*, p. 07.

da equipe que, teoricamente, jogava “para ganhar”, mas não conseguiu fazê-lo naquele dia por nenhuma vez:

“Jogam para ganhar”

“Jogam para ganhar”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 nov. 1960. Ilustrada, p. 07.

Essa notícia apresentava um novo elemento que passava a ser recorrente nos informes sobre o esporte que figuram nos periódicos analisados: a ocorrência de jogos festivos. Se antes os jogos eram qualificados de “benéficos”, agora as partidas de futebol entre mulheres também eram parte das atrações de inaugurações e, principalmente, aniversários de municípios. Por exemplo, era o que acontecia quando do aniversário da cidade de S. Anastácio, naquele ano de 1960, em que comemorava seu 35º aniversário. Dentre desfiles, fanfarras e inaugurações, foi promovido também um jogo⁹⁰. Essa nova tipologia, porém, não ultrapassou a velha forma que se mantinha como a mais recorrente: os de caráter benéfico. O próprio clube Santos F. C. realizou, no ano seguinte, um festival na Vila Belmiro em favor de seu ex-goleiro Chiquinho, que se encontrava doente, e contou com uma partida de futebol feminino⁹¹.

Entre os anos de 1962 e 1964, há um hiato nas notícias sobre o futebol feminino. Isso se deve, provavelmente, às agitações políticas que tomaram conta do país nesses anos. Exceção feita a uma reportagem de *A Gazeta Esportiva Ilustrada*, publicada na semana posterior ao golpe, que trazia notícias do esporte em terras estrangeiras. Dessa vez, o foco não se encontrava na Europa, mas, sim, em países vizinhos das terras brasileiras: Argentina e

⁹⁰ Comemorado o 35º aniversário de S. Anastácio. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 22 nov. de 1960, p. 22.

⁹¹ Festival em benefício de Chiquinho. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 17 jun. 1961. Ilustrada, p. 06.

Uruguai⁹². A notícia dava conta de duas equipes, separadas de acordo com a nacionalidade das atletas, consideradas pelo texto como profissionais. Não nos moldes esportivos, mas de espetáculo. As moças faziam partidas de futebol, chamadas de espetáculo, e cobravam caro - segundo o texto, cerca de 30 dólares - a entrada dos assistentes. Não havia nenhum princípio de caridade, como acontecia no Brasil. As moças eram consideradas profissionais do mundo do entretenimento. O texto era elogioso às habilidades das moças e coloca esse tipo de iniciativa como um avanço da mulher no esporte, apesar de deixar claro que o lugar da futebolista profissional era no mundo dos espetáculos e não dos esportes. O futebol feminino só voltou às notícias em 1965, quando o regime militar já estava instituído. Quando o governo instaurava as modificações nas estruturas de poder do país, verifica-se, pelas notícias relativas ao futebol feminino, que desde a década de 1950 até aquele momento, a prática do futebol feminino era recorrente e disseminada pelo quadro internacional e nacional, além de realizada com diversos fins.

Até este ponto da análise, foram identificados dois tipos de futebol praticados por mulheres nas narrativas dos jornais: os que possuíam o jogo como um fim em si mesmo e os que apresentavam algum tipo de comprometimento externo à atividade esportiva. O primeiro referia-se aos promovidos pelos clubes e o segundo às partidas beneficentes, fossem disputadas por vedetes ou não. Para Huizinga (2008), referindo-se ao conceito de forma mais ampla, uma das características do jogo é ser uma atividade descolada da realidade, que possui regras e lógicas próprias sem nenhuma relação com a vida cotidiana, uma atividade “desinteressada”, ou seja, desprovida de qualquer objetivo externo a ele, constituindo a sua própria prática num fim⁹³. Para ele, “[...] Antes de mais nada, o jogo é uma atividade voluntária. Sujeito a ordens, deixa de ser jogo, podendo no máximo ser uma imitação forçada.”⁹⁴.

Seguindo este raciocínio, pode-se afirmar que, provavelmente, o futebol praticado por mulheres nos clubes era entendido por elas desta maneira: como uma prática com um fim em si mesma, uma atividade de lazer, ou seja, uma maneira de usar o tempo ocioso de maneira voluntária. Nesse período não havia nenhuma informação nas narrativas da imprensa sobre elas - quem eram, com que frequência jogavam, se eram associadas, qual teria sido sua trajetória até chegar ao futebol. Não fossem as pequenas notas mencionando ocasionalmente a

⁹² Argentinas e Uruguaias ensinam como se joga futebol. **A Gazeta Esportiva Ilustrada**. São Paulo, n. 251, 1^a quinzena abr. 1964, p. 22-23.

⁹³ HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Edusp/Perspectiva, 1971, p. 11-12.

⁹⁴ Ibid., p. 10.

ocorrência dessas disputas, sequer seria possível conhecer sua existência. A visibilidade sobre essas partidas era mínima e sobre quem participa delas era nula. No entanto, tudo leva a crer que essas moças fossem sócias do clube e que jogassem pelo prazer de fazê-lo, pois caso sua participação tivesse outra intenção, ela provavelmente estaria expressa nas notícias levantadas. Importante salientar que estes clubes, muitas vezes, utilizavam o caráter beneficente ou festivo como forma de ludibriar a proibição à realização das partidas, porém, mantinha-se o tipo de comprometimento das mulheres com o jogo.

Na segunda categoria, entrariam os jogos beneficentes e os de vedetes – que até o momento apresentam-se como uma só prática. Essas partidas possuíam interesses externos ao exercício: a caridade, o lucro e a promoção das moças em suas carreiras. Diversos interesses circundavam o jogo. Tomando-se como exemplo aquele promovido pela Casa do Ator observa-se o interesse do empresário, da instituição e das próprias moças. Afinal, em nenhum momento afirmou-se que as jogadoras estavam ali sem receber cachê. Mesmo que fosse o caso, na carreira artística que seguiam, quanto mais exposição diante do público, melhor. De alguma maneira havia um interesse profissional presente na prática, não podendo, então, ser chamada de “desinteressada” e tendo a si mesma como fim, aproximando-se mais do que Huizinga definiu como uma “imitação forçada”. O autor afirma que “[...] [o jogo] jamais é imposto pela necessidade física ou pelo dever moral, e nunca constitui uma tarefa, sendo sempre praticado nas ‘horas de ócio’.”⁹⁵. De qualquer maneira, pode-se afirmar que, utilizando essa justificativa do comprometimento/interesse externo ou prática como um fim em si mesma, claramente há dois tipos distintos de futebol – pelo menos – apresentados pelos jornais da época. Vale destacar que em nenhum momento as moças que promoviam o espetáculo foram nomeadas. Em todas as notícias levantadas elas são chamadas apenas de “vedetes”, como se esta terminologia garantisse a colocação de seus corpos dentro do padrão de beleza hegemônico de modo a atrair o público para a exibição.

A visibilidade desses jogos foi bem maior do que as partidas disputadas entre clubes. Isso porque os espetáculos voltados para a caridade podiam ser lidos pelos jornais como algo de interesse público. Além disso, seu redimensionamento fora da prática esportiva, como parte do universo do entretenimento, legitimava a atuação daquelas mulheres como praticantes do futebol. Socialmente era aceitável que elas praticassem o futebol sendo esta uma atividade cujo único objetivo era promover um espetáculo beneficente. Não havia, a princípio, por parte das praticantes, a intenção de envolver-se pelo prazer de divertir-se ao

⁹⁵ Ibid., p. 11.

participar do jogo. É impossível afirmar isso com plena convicção pelo fato de as protagonistas do *show* terem sido as únicas a não terem voz na disputa. O governo, a instituição e até o empresário tiveram espaço para colocar-se sobre o imbróglio. As moças não. Era como se elas fossem – na verdade seus corpos – o objeto da disputa e não sujeitos participantes da questão. Como tal, não poderia ser perguntado a elas o que pensavam a respeito da partida. Assim, suas vozes ficam silenciadas na história.

O crescimento da prática do futebol feminino e de sua visibilidade na imprensa foi um dos fatores que motivaram uma reação do CND com o intuito de frear este quadro. Em dois de outubro de 1965, a instituição colocava em prática uma prerrogativa concedida à entidade pelo governo do regime ditatorial anterior, o varguista, que permitia o CND deliberar sobre o assunto. A deliberação nº 7 trazia os seguintes dizeres:

Baixa instruções às entidades esportivas do país sobre a prática de desportos pelas mulheres.

Nº 1: às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação.

Nº 2: Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo e baseball.⁹⁶

É preciso atentar para um último fator, fundamental para a compreensão da razão de tal proibição ter sido reforçada por aquele documento: o posicionamento da FIFA. Esta organização, apesar de se localizar na Europa onde o futebol feminino vinha tendo bom nível de crescimento, não havia incorporado ao seu quadro tal modalidade. Mais do que isso: em fevereiro de 1965, *O Estado de S. Paulo* noticiou uma reunião de seu Comitê de Emergência em que se debateu o “problema do futebol feminino” e se “aconselhou às federações nacionais que adotem ‘prudente reserva’ e que, por ora, não estimulem o seu desenvolvimento”⁹⁷. Conforme a leitura do regime autoritário, o conselho de “prudente reserva” da entidade internacional, cuja importância naquele momento era já bastante relevante - ainda que não fosse tão poderosa quanto hoje - soou como um sinal verde para o endurecimento com relação à proibição da prática do futebol por mulheres. Para além do crescimento da prática do futebol de mulheres, este pode ser entendido como um dos principais fatores que levaram o CND à publicação da deliberação Nº 7.

⁹⁶ Brasil, CND, 1941 Apud FILHO, L. C. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus Editora, 2006, p. 62-63.

⁹⁷ FIFA aplica planos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 28 fev. 1965, p.16.

Capítulo 2: O futebol proibido

No período anterior à deliberação nº 07/65 as notícias sobre futebol feminino eram raras e quando apareciam, em geral, anunciavam a repressão de jogos em clubes, ou falavam sobre partidas festivas ou beneficentes e informavam o status do esporte em âmbito internacional – principalmente na Europa. Nos primeiros anos em que vigorou o reforço da proibição, pouca coisa mudou. As notícias tornaram-se ainda mais raras e o foco no exterior se acentuou ainda mais. No entanto, não deixaram de aparecer, de vez em quando, jogos de futebol entre mulheres – ou a intenção de promovê-los sendo cerceada. Conforme se destacou no primeiro capítulo, não era tão simples quanto desejavam os detentores do poder banir uma atividade esportiva de um país. Ademais, no exterior, outras ligas – além da alemã – se formavam; por exemplo, a Itália organizou em 1968 seu “primeiro campeonato feminino de futebol”, segundo a notícia: “[...] foi constituída oficialmente a Federação Italiana de Futebol pelos representantes de 16 clubes”⁹⁸. Nota-se, então, que enquanto o Estado brasileiro lutava para combater a prática do futebol feminino no território nacional, cada vez mais, em países europeus, a modalidade se desenvolvia com a criação de ligas e federações para organizá-la. Tal desenvolvimento da prática do futebol feminino ocorria também na França, ainda que sem o estabelecimento de uma liga, com o aparecimento de inúmeros clubes⁹⁹. Também na Tchecoslováquia, bem mais a leste, o esporte crescia e já contava, em 1967, com cerca de 90 clubes que disputavam campeonatos entre si por todo o país¹⁰⁰.

Na Alemanha, ainda em 1969, o governo publicou um possível símbolo para a Copa do Mundo de 1974, que seria sediada em seu país. A figura, bastante inovadora trazia uma moça vestida com o uniforme da seleção local, chutando uma bola:

⁹⁸ Liga de futebol feminino na Itália. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18 mai. 1979. Primeiro Caderno, p. 12.

⁹⁹ Futebol feminino. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 12 nov. 1969. Ilustrada, p. 01.

¹⁰⁰ Futebol feminino. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 21 mai. 1967, p. 07.

Muito antes. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 09 dez. 1969, p. 04.

Contudo, o tempo tratou de mostrar que não foi esse o símbolo oficial daquela Copa do Mundo. Inúmeras razões podem ter motivado tal mudança, desde resistências internas à prática do futebol por mulheres, passando pelo caráter do torneio que era jogado exclusivamente por homens, até o fato de que a FIFA, promotora do torneio, não reconhecia o futebol exercido por elas. O que causa estranhamento não é o símbolo não ter sido escolhido como o definitivo, mas o fato dele ter sido proposto e divulgado internacionalmente como uma possível escolha. Isso pode ser considerado um indício da grande popularidade que tinha o futebol feminino na Alemanha, naquele momento.

O maior número de notícias europeias sobre o futebol feminino informava sobre a modalidade na Inglaterra, mesmo que algumas na forma de chacota por parte de alguns jornalistas. Foi o caso da anedota publicada na *Folha de S. Paulo*, em que o autor zombava do esporte e afirmava que toda sua graça estava quando as campeãs, ao final da partida, tiravam suas camisas¹⁰¹. Esse posicionamento diz muito sobre como era entendido o futebol no Brasil naquele momento. Pressupunha-se que as arquibancadas eram ocupadas exclusivamente por homens heterossexuais. No limite, apenas eles poderiam envolver-se com futebol de qualquer maneira, não se caracterizando como um espaço legítimo de atuação feminina ou de outras formas de *ser homem*. É possível fazer tal asserção uma vez que não havia naquele momento a produção de texto jornalístico fora da ordem da heteronormatividade, ou seja, apenas aos homens seria interessante assistir às campeãs se despirem e, necessariamente, eles seriam atraídos por tal situação.

¹⁰¹ Futebol Feminino. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18 de outubro de 1969. Ilustrada, p 04.

A partir dessa matéria também se pode compreender acerca da relação entre a prática esportiva e a imagem relativa ao corpo feminino. Este não tinha graça para o esporte em si, seu jogo era desinteressante para os amantes do esporte. Ao mesmo tempo, este corpo foi definido como objeto ao alcance de todos (os homens). Ele, que atuava livremente no espaço público; no caso, o campo, e adornado com roupas curtas - aquelas adequadas para a prática esportiva, mas não para uma moça “respeitável” – era entendido como passível de toque ou de invasão. Finalmente, a ideia central que, para o jornalista produzia o humor de seu texto, era a de que a prática do futebol pelas mulheres permitiria a promoção de seus corpos exclusivamente como objetos de desejo masculino, desprovido de qualquer função ou deleite esportivo.

Não foi a única vez que um caso do futebol feminino inglês foi caricaturado pelos jornalistas paulistas. Houve uma partida entre clubes ingleses que acabou “[...] como qualquer jogo de marmanjos: socos, pontapés, puxões de cabelo, blusas rasgadas, injúrias, pragas e nomes feios à vontade. O juiz teve que interromper a partida.”¹⁰². O texto identificava a violência enquanto algo inerente à “natureza masculina” e absolutamente inesperada segundo o comportamento de mulheres. Mais do que isso: ao afirmar que “qualquer” partida disputada por homens poderia acabar assim, o jornalista contribuía com aqueles que defendiam que o futebol seria um “desvio no caminho” das moças, pois a sua prática as faria, fatalmente, comportarem-se de forma inadequada para os padrões esperados. Entendia-se que ao jogarem futebol, as boleiras teriam atitudes que eram socialmente aceitas apenas quando praticadas por homens e que eram tão intrínsecas ao futebol quanto absolutamente intoleráveis para o que se supunha ser o comportamento feminino adequado, pode-se dizer, a sua “natureza”.

Caso semelhante de denúncia pelo jornal do que se considerava um desvio do comportamento feminino, segundo a norma socialmente instituída, aconteceu no Peru. Entretanto, não num jogo de futebol entre mulheres. A reportagem contava que em um campeonato amador, onde não havia separação efetiva entre torcida e campo de jogo, o árbitro encerrou a partida sem estabelecer acréscimos, não levando em conta a “cera” da equipe que estava vencendo. Isso causou revolta num grupo de torcedoras que invadiu o campo e enfrentou a polícia para agredir o árbitro:

¹⁰² Futebol feminino. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 26 set. 1969. Ilustrada, p. 04.

E dizem que mulheres são sexo frágil. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 17 fev. 1969, p. 20.

A manchete ironizava justamente o título atribuído à natureza feminina e demonstrava preocupação para o caso de que “a moda pegasse” e outras mulheres passassem a se comportar da mesma maneira. No texto ressaltava-se que a senhora, apresentada à esquerda na foto, transformava sua bolsa, um dos símbolos de feminilidade, numa arma para agredir o juiz da partida, invertendo o que se esperava de seu comportamento e demonstrando uma agressividade esperada de um homem e não dela, segundo o que o jornalista compreendia sobre as normas de gênero.

Apesar da proliferação dos opositores à prática do futebol pelas mulheres, em 1969, as autoridades esportivas inglesas perceberam o movimento de crescimento deste esporte e permitiram que as mulheres se filiassem aos clubes, ainda não como profissionais. A profissionalização era apontada como algo reservado às definições futuras, caso a expectativa de crescimento da modalidade, a partir da permissão, se concretizasse naquele país¹⁰³. A Inglaterra foi o primeiro país a proibir o futebol feminino, em 1921, quando as mulheres passaram a fazer sucesso com os times de fábrica, local ocupado por elas com a ida dos homens aos *fronts* da Primeira Guerra Mundial¹⁰⁴. Naquele mesmo ano, o futebol feminino já havia sido anunciado “um bom negócio”¹⁰⁵. Olhar semelhante ao daqueles pioneiros empresários que, no Brasil, durante a década de 1950, tentaram promover o esporte com a expectativa de torná-lo justamente o que ele já era na Inglaterra em princípios do século XX.

¹⁰³ Inglaterra libera o futebol feminino. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 04 dez. 1969, p. 38.

¹⁰⁴ SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade**. Doutorado em Educação Física – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013, p. 73.

¹⁰⁵ Futebol feminino: um bom negócio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 05 nov. 1969. Ilustrada, p. 01.

Também nesse período começavam a circular as primeiras notícias sobre a possibilidade de mulheres assinarem contratos internacionais como profissionais em certos países da Europa, com destaque para a Itália¹⁰⁶.

O crescimento do futebol feminino na Europa se concretizou na realização, em 1969, da sua primeira Copa europeia. Sediada na Itália, o evento ganhou as páginas dos jornais paulistas. A reportagem afirmava que os jogos foram assistidos por mais de 12 mil pessoas e que o jogo da final entre Itália e Dinamarca, que acabou com a vitória da segunda seleção por três gols a um, foi “brilhante apesar do jogo ser mais avirilis que nos encontros masculinos.”¹⁰⁷. Novamente, vinha à tona os pesares dos homens jornalistas ao aumento da virilidade das mulheres pela prática do futebol. A organização desse torneio comprovava os indícios de que, no Velho Continente, o futebol de mulheres se desenvolvia a passos largos, a ponto da realização de um torneio continental independente da FIFA - que naquele momento ainda não reconhecia o futebol feminino - ou da UEFA - que seguia as diretrizes da FIFA. O futebol feminino não só se mostrava possível, como vinha gerando bons frutos para os que nele investiam. O fato é que, com isso, cada vez mais lugares eram localizados no mapa do futebol de mulheres, do qual o Brasil, pretendo “país do futebol”, se ausentava.

O governo brasileiro não somente não acenava pela promoção do futebol feminino, quanto trabalhava intensamente na contramão do que ocorria na generalidade dos países europeus. Através do CND, o governo ratificava a proibição da sua prática, anunciando o pedido de “cumprimento da lei”. De acordo com a notícia sobre o tema, dentre outras determinações, a proibição do futebol feminino também era “exigida” pelo CND e continuava: “Essas deliberações, que já estão sendo comunicadas às federações esportivas, devem ser cumpridas em todo o território nacional”¹⁰⁸.

Em 1969, em uma pequena nota sob o título “conselho”, o jornal *Folha de S. Paulo* informava aos seus leitores que, entre outras medidas do CND - como a penalização com multa de jogadores por atuarem em partidas em períodos de férias - a instituição federal enviaria ofícios às secretarias de segurança dos estados para que proibissem o futebol feminino¹⁰⁹. Novamente, a responsabilidade pela coação ao esporte era posta nas mãos dos órgãos repressores do governo, o que significava que esta era vista conforme uma questão que competia à generalidade ao projeto de Estado, irrestrita às entidades de caráter esportivo. Apesar desse movimento, os jogos festivos ainda se realizavam, ou seja, as mulheres

¹⁰⁶ Jogadora da Suécia quer apitar como profissional. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 07 nov. 1969, p. 04.

¹⁰⁷ Futebol feminino: um bom negócio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 05 nov. 1969. Ilustrada, p. 01.

¹⁰⁸ CND quer cumprimento da lei. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16 dez. 1969. Primeiro caderno, p. 28.

¹⁰⁹ Conselho. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 06 mar. 1969. Primeiro caderno p. 19.

continuavam a praticar o futebol no Brasil, ainda que de forma marginal¹¹⁰. Diferente dos períodos anteriores, quase a totalidade das demais notícias publicadas nesse ano eram relativas ao crescimento da modalidade na Europa, principalmente na Inglaterra, país onde foram criadas as regras para este esporte na versão masculina. Isso, contudo, não quer dizer que eles tenham sido bem sucedidos em banir essa prática esportiva do país. No mesmo ano em que foi publicada a deliberação que proibia o futebol feminino, *A Gazeta Esportiva* informou que “moças ginásianas” iriam “disputar campeonato de futebol de salão”¹¹¹. Ainda que o torneio fosse interno da escola, a importância foi tal a ponto de ser publicada no periódico, não havendo qualquer menção à intervenção ou interdição do torneio. Possivelmente por se tratar de um campeonato interno em que as moças não exibiriam seus corpos no espaço público, mas apenas dentro dos muros da escola, onde provavelmente já o faziam nas aulas de educação física.

Assim, a década de 1960 terminava com o Brasil sob um governo centralizador, repressivo e autoritário, o que se refletia na forma de lidar com o descumprimento daquilo que era estabelecido também para o esporte, mas ainda assim, sem conseguir banir totalmente a prática do futebol por mulheres do país. Nesse sentido, o resultado foi a inserção efetiva das delegacias de polícia como responsáveis por coibir práticas de lazer proibidas pelas normas do país e o reforço e cobrança do governo federal para que agissem em represálias aos desvios da norma do CND de proibição do futebol feminino. No entanto, permanecia a resistência das mulheres que, de maneira consciente ou não, continuavam a praticar o futebol, a despeito da insistência das autoridades brasileiras em coibir. Percebe-se, pelas matérias publicadas no *O Estado* e na *Folha*, que este endurecimento produziu a diminuição dos relatos de partidas, mesmo com caráter festivo e beneficente. Enquanto isso, noticiava-se largamente a prática do futebol feminino no cenário europeu. De maneira discrepante do quadro brasileiro, via-se em muitos países europeus o reconhecimento deste esporte pelos poderes nacionais e a criação de ligas e campeonatos. Cada vez mais, no Velho Continente, o futebol feminino era visto na qualidade de um “bom negócio”. Neste caso, também contrastava com o posicionamento da FIFA que olhava para a modalidade com receio.

O ano de 1970 não foi marcante para o futebol mundial somente pelo encantador futebol apresentado pela seleção brasileira masculina, campeã naquele ano. Foi neste ano também que aconteceu a primeira Copa do Mundo de Futebol Feminino, torneio este não

¹¹⁰ Catanduva terá futebol feminino. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 28 jun. 1969, p. 21 e Corinthians abre estádio de Franca. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 09 jul. 1969, p. 20.

¹¹¹ Moças ginásianas vão disputar campeonato de futebol de salão. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 14 nov. 1965, p. 10.

organizado e nem mesmo reconhecido pela FIFA ou a UEFA. Dentre os periódicos estudados, apenas *A Gazeta Esportiva* fez algo que se pode chamar de cobertura daquele certame, publicando eventualmente o resultado de algumas partidas, porém, sem regularidade. Nem mesmo a revista *Placar*, especializada em notícias esportivas e que entrou em circulação no mês de janeiro daquele ano, cobriu o evento de forma sistemática. Contudo, na imprensa paulista em geral, os resultados finais das partidas eram noticiados e a realização do evento despertou alguma contestação à situação do futebol feminino no Brasil. Na *Folha*, a publicação veio em forma de uma fotografia acompanhada da seguinte legenda: “TURIM – México vence a Inglaterra na Copa de futebol feminino. Itália e Dinamarca jogam hoje a final”¹¹². Este jornal não deu prosseguimento à cobertura, mas foi *O Estado de S. Paulo* que publicou no dia seguinte a notícia de que a Dinamarca foi a campeã, levando ao conhecimento do público que esta equipe consagrou-se “a primeira campeã mundial de futebol feminino”¹¹³. Na *Placar*, a manchete destacou que “A Itália é vice de novo”, em alusão à equipe masculina de futebol que perdera uma final de Copa do Mundo para o Brasil, havia menos de um mês. O pequeno texto terminava com a interrogação: “Seria bom entrarmos no próximo: que tal uma CBD só de mulheres?”¹¹⁴.

A pergunta da revista *Placar* parecia ignorar a existência de uma legislação em vigor que proibia a prática deste esporte pelas mulheres, tanto quanto a mentalidade vigente segundo a qual seria “inadequado” para uma moça se envolver com tal esporte. A *Placar*, mais do que sugerir uma seleção brasileira de futebol feminino como possibilidade, dizia que isso seria algo “bom”, o que tornava claro o posicionamento da revista com relação à matéria. Pelo menos era o que parecia na primeira e única aparição de uma temática relacionada ao futebol praticado por mulheres no primeiro ano de existência da revista.

Pelas publicações de *A Gazeta Esportiva* é possível saber um pouco mais sobre o mundial feminino. Para além da sede na Itália, informavam-se as oito equipes que tomaram parte no torneio: México, Áustria, Suíça e Itália compunham o grupo “A”, ao passo que Inglaterra, França, Tchecoslováquia e Dinamarca formavam o “B”. Além disso, os realizadores do mundial de mulheres foram os irmãos Rambaudi, fabricantes de móveis que fundaram o Real Torino, um dos primeiros clubes femininos de futebol¹¹⁵. Segundo um dos irmãos:

¹¹² Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15 jul. 1970. Primeiro caderno, p. 16.

¹¹³ Dinamarca Campeã. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 16 jul. 1970, p. 30.

¹¹⁴ Mulheres: Itália é vice de novo. **Placar**. São Paulo, n. 19, 24 jul. 1970, p. 39.

¹¹⁵ Mundial de futebol com elas no gramado. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 14 mai. 1970, p. 02.

No último campeonato feminino, a Copa Europeia, tivemos uns 15 mil espectadores na partida final. Esta foi uma grande afluência se considerarmos que os principais clubes da primeira divisão masculina, Juventus e Torino, têm em média menos público nas partidas pelo campeonato, Isso prova que o futebol feminino agrada e pode atrair uma grande quantidade de torcedores especialmente durante o verão quando termina o campeonato masculino.¹¹⁶

Na fala de Rambaudi, ganhava destaque a ideia publicada após o final do torneio europeu de mulheres de que esta modalidade seria um “bom negócio”, haja vista o fato de empresários locais organizarem o mundial. Em 1970, o que parece novidade a partir da entrevista publicada com um dos fundadores do Real Torino, foi a sua afirmação de que havia convidado oficialmente para participar do Mundial, dentre outras equipes, a da Argentina e do Brasil e que “todas as equipes convidadas aceitaram”¹¹⁷. Como se viu, quando saíram os grupos, essas duas seleções, pelo menos, não constavam entre os participantes. Não há nenhuma outra menção na documentação sobre esse convite e Rambaudi não mencionava, especificamente, quem o teria recebido e aceitado. Caso tenha sido feito às autoridades esportivas, já se sabe a razão da ausência brasileira. Possivelmente, o convite sequer foi respondido e o organizador tomou o silêncio como um “sim”.

O governo brasileiro parece que não se incomodou com a organização de uma Copa do Mundo de futebol feminino, programada para poucos dias após o fim do famoso torneio masculino, mas a realização da Copa movimentou uma das principais entidades esportivas: a FIFA. Importante destacar que a própria denominação da competição como “Copa do Mundo” era algo audacioso diante do até então monopólio desta denominação pelo torneio masculino e pela FIFA. A realização da Copa contou com a colaboração da recém-organizada Federação Europeia de Futebol Feminino¹¹⁸. Somado a esses fatores, havia, ainda, o fato que o evento propiciou a formação de uma rede de atletas que movimentava a transferência de jogadores de seus clubes em âmbito até internacional¹¹⁹. Esses fatores e a publicização do evento colaboraram para pressionar a FIFA, fazendo com que a entidade redimensionasse o crescimento desta prática no mundo e se posicionasse sobre o assunto.

A notícia “futebol feminino ganha terreno: reunião da FIFA” é exemplar desse processo. O texto afirmava que a entidade reconhecia que a modalidade vinha sendo cada vez mais aceita “na Europa e em menor grau na Ásia”. Dizia, ainda, que apesar disso “para

¹¹⁶ Copa do Mundo de Futebol feminino. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 13 mar. 1970, p. 04.

¹¹⁷ *Ibid.*

¹¹⁸ Federação Europeia de Futebol Feminino. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 02 fev. 1970, p. 04.

¹¹⁹ Cf. O passe da moça. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 03 jan. 1970, p. 04; Aquela goleadora. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 09 jan. 1970, p. 04.

chegar a um desenvolvimento razoável ainda há um ‘longo caminho’¹²⁰. Mesmo com certa cautela, essa foi a primeira demonstração de aceno da FIFA à integração do futebol feminino à sua oficialidade. Essa tendência manteve-se nos próximos anos da década de 1970, haja vista a notícia publicada logo em janeiro de 1971 no *O Estado de S. Paulo*. Sob o título “FIFA aprova”, dentre algumas resoluções da entidade, vinha a público uma menção ao estudo sobre a possibilidade de se incluir o futebol de mulheres no programa da entidade, contando com o apoio do governo da Alemanha e Inglaterra¹²¹. Alguns dias depois, a *Folha* engrossava o coro afirmando “[...] na Europa, o futebol feminino já é um fato e cada vez leva maior público aos estádios.”¹²².

O crescimento da prática e da visibilidade do futebol feminino não fez desaparecer certos estigmas que perseguiam a presença feminina no esporte, particularmente no futebol. Numa reportagem especial feita pela jornalista britânica Sue Freeman, ela narrava a sua experiência na participação em uma partida naquele país. A começar pelo título da matéria “O ‘sexo frágil’ em campo”, a jornalista reafirmava a ideia da mulher como um ser humano naturalmente mais fraco e propenso a se machucar do que os homens. A narrativa, em nenhum momento, preocupava-se em contestar os padrões estabelecidos de masculinidade e feminilidade. Apesar do sucesso do jogo, a autora afirmava: “[...] nós agimos como damas dentro de campo. Alguém me disse realmente ‘desculpe’ quando chutou minha canela”¹²³. Além do reforço da ideia de um comportamento ideal – para alguns, natural – do feminino como uma “dama”, inclusive quando posto à prova em espaços hegemonicamente masculinos, a britânica, no fim da narrativa, reiterava a noção do futebol como um esporte inadequado para uma mulher dentro dos padrões estabelecidos pela sociedade: “Pessoalmente, porém, eu senti o mesmo que a goleira de nosso time. ‘Vou abandonar o futebol’, disse-me ela. ‘Meu namorado fica aborrecido comigo quando uso mini. Minhas pernas estão sempre cobertas de escoriações’”¹²⁴. Em sua leitura, não havia outra forma da mulher se encaixar na prática do futebol, se não com o uniforme “mini” ou prejudicando a sua imagem feminina. Tal depoimento demonstrava que a prática do esporte na Inglaterra não era necessariamente estabelecida com o questionamento da ordem de gênero instituída ou mesmo da essencialização do futebol como masculino. Pelo contrário: a fala da goleira ratificava o argumento de que cabia à mulher preocupar-se com sua aparência para satisfazer seu parceiro.

¹²⁰ Futebol feminino ganha terreno: reunião da FIFA. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 02 out. 1970. Primeiro caderno, p. 15.

¹²¹ FIFA aprova. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 12 jan. 1971, p. 06.

¹²² Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 19 jan. 1971. Primeiro caderno, p. 26.

¹²³ O ‘sexo frágil’ em campo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 fev. 1971. Ilustrada, p. 06.

¹²⁴ *Ibid.*

Não estava aberta a possibilidade, dentro da ordem social de gênero, para o relacionamento homoafetivo, e mais: cumprir com os desejos masculinos e agradá-los de qualquer maneira era tido como uma obrigação moral do sexo feminino.

Esse tipo de discurso sobre a mulher no futebol, fundamentado e descrito como algo fora de lugar, vinha de longa data e continuava a ser difundido, mesmo com o aumento do número de praticantes e competições pelo mundo. Eram comuns manifestações que colocassem a mulher e o futebol como fatores que não se encaixariam, por mais que se forçasse, tal como peças erradas num mesmo quebra-cabeça. Schneider (2000), referindo-se à relação da mulher e o esporte em geral, afirma:

[...] the story to be told about woman's participation in sport in general is the story of two ideals in apparent conflict. [...] one can easily see that the place of women in sport has been, for the most part, foreign at best. It is this basic idea, the idea that sport (or sometimes even physical activity) particularly high-level competitive sport, is somehow incompatible with what women are, or what they should be, that must dominate any discussion of the unique issues for women in sport.¹²⁵

Era nesse tom que se apresentavam muitas das reportagens sobre o futebol feminino, naquele momento. Além das já apresentadas até aqui, vale a transcrição na íntegra do texto que acompanhava duas fotos de uma jovem britânica: uma na escola, vestida de uniforme tradicional – que incluía saia – e outra vestida com um uniforme de futebol, carregando uma bola nas mãos:

E futebol feminino. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 19 mar. 1971. Ilustrada, p. 04.

¹²⁵ SCHNEIDER, Angela J. On the definition of “woman” in the sport context. In: TÄNNSJÖ, Torbjörn; TAMBURRINI, Claudio Marcello (Orgs.). **Values in Sport: Elitism, Nationalism, Gender Equality, and the Scientific Manufacture of Winners**. New York: Taylor & Francis, 2000, p. 123.

E FUTEBOL FEMININO!

É isso: a reação não se faz esperar, ficando tudo numa confusão dos hormônios! É movimento de libertação feminina, é movimento de regeneração da dignidade feminina, é homem se vestindo de mulher e vice-versa. Não há dúvida de que estamos vivendo um período de transição importantíssimo para a humanidade. Não entendemos mais nada: futuramente, os estudiosos sociólogos vão entender e explicar tudo direitinho. Enquanto isso em Rye, na Grã-Bretanha esta jovem Lucille Cato, joga num time de futebol feminino como centro avançado. Parece que a garota é fogo, tanto que os times adversários andam reclamando, dizendo que ela faz sempre dois ou três gols por partida porque é homem! Mas não é, não: com catorze para quinze anos, Lucille já tem seu namoradinho [...].¹²⁶

O texto da matéria era extremamente irônico ao falar da entrada das mulheres na prática do futebol, das ideias de libertação feminina e de igualdade de gênero. Em geral, os jornalistas relacionavam a prática do futebol de mulheres com essas questões e motivações para depois, utilizando-se do humor, desbancarem qualquer consequência contestadora que essas experiências poderiam gerar dos paradigmas de gênero e do futebol como espaço masculino e de afirmação de masculinidade. No caso desta matéria, este procedimento era claro quando o jornalista afirmava que a “regeneração da dignidade feminina” seria “homem se vestindo de mulher e vice-versa”. Segundo a reportagem, a inversão dos papéis de gênero seria o desejo de quem afirmava, na verdade, a luta por igualdade entre eles. O único trecho da matéria que pode ser considerado, minimamente, favorável à prática do futebol pelas mulheres era onde se afirmava que Lucille não era um homem, como seus adversários desconfiavam e denunciavam, e mesmo assim fazia sempre muitos gols. De certo modo, isto contribuía para o entendimento da mulher como alguém capaz de jogar futebol, apesar da afirmação ser motivada pela desconfiança de todos, o que mostra que se entendia que a competência na prática do futebol era sinônimo de masculino. No encerramento da reportagem, reafirmava-se a ordem heteronormativa como uma justificativa do porquê Lucille não era um homem: ainda jovem, com catorze anos, ela tinha “um namoradinho”¹²⁷.

Veio também da Inglaterra uma das poucas reportagens que apoiavam abertamente o futebol feminino naquele país, pois que no Brasil era proibido: “futebol de moças também tem garra”. O texto falava da equipe que representaria o país inglês no campeonato mundial, enfatizando a qualidade adquirida pelas atletas que faziam um belo jogo e que atraíam um amplo público interessado na partida, ao contrário do início quando o futebol de mulheres “[...] era apenas uma peça de curiosidade, que atraía espectadores masculinos para ver belas pernas em ação”¹²⁸. A reportagem seguia com falas das atletas, afirmando que pareciam rapazes quando estavam em campo, uma vez que não usavam maquiagem nem acessórios,

¹²⁶ E futebol feminino!. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 19 mar. 1971. Ilustrada, p. 04.

¹²⁷ *Ibid.*

¹²⁸ Futebol de moças também tem garra. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 12 jun. 1971. Ilustrada, p. 1.

pois não era possível mantê-los em ordem durante o jogo. Havia também um depoimento do preparador da equipe que afirmava que as garotas jogavam com a mesma bravura que qualquer equipe masculina. O treinador ressaltava, porém, que exigia que as moças se apresentassem sempre com muito charme e feminilidade fora de campo, para que, apesar da prática do futebol, elas não se masculinizassem. Além disso, na reportagem se advertia que a necessidade das atletas de manterem-se femininas era essencial para que o time recebesse o tão fundamental incentivo da torcida para que conseguissem conquistar o sonhado título mundial.

Pode-se dizer que é notório, no texto, o elemento da erotização do corpo feminino como uma forma de atrair público e visibilidade para o esporte, assim como a preocupação do treinador – e, em certa medida, das atletas – em não permitir que a prática do futebol transformasse as boleiras em mulheres masculinas e, portanto, não desejadas pelos homens, desestruturando a ordem de gênero instituída e incorrendo no perigo de serem taxadas de lésbicas pela ordem heteronormativa. De positivo à fomentação da prática do futebol pelas mulheres, vale destacar o apoio pedido pelo autor do texto ao esporte e a visibilidade dada à segunda edição do mundial que se aproximava.

Na primeira edição do Mundial de futebol feminino, há notícias de que o governo brasileiro recebeu um emblemático convite para a participação, porém nada, além disso, foi noticiado. Na segunda edição, em 1971, a participação brasileira foi noticiada e os encaminhamentos sobre a organização da Copa possuíram mais destaque nos noticiários. Logo no mês de janeiro, *A Gazeta Esportiva* publicava um texto sobre o torneio com o título “O Brasil sabe disso?”, no qual informava que as eliminatórias para o mundial começariam no mês seguinte e mencionava os países que as disputariam. Dentre eles, aparecia o Brasil, seguido pela frase “Ué, quem disse que o Brasil tem futebol feminino oficializado?”¹²⁹. Assim como no mundial do ano anterior, tampouco o Brasil participou da segunda edição, e não foi pelo fato de não se classificar nas eliminatórias.

O mistério envolvendo a possível participação nacional no torneio só se revelou dez anos depois, em 1981. Neste ano se noticiou que, em 1971, Walter Luiz, o então treinador de uma equipe feminina no Brasil, recebeu do organizador do segundo mundial feminino um convite para integrar o torneio sem ter de passar pelas eliminatórias, em razão do sucesso que a seleção masculina havia feito naquele país. “No entanto, o brigadeiro Jerônimo Bastos,

¹²⁹ O Brasil sabe disso? *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 16 jan. 1971, p. 02.

então presidente do CND, vetou a participação do Brasil, alegando que o esporte não era oficialmente reconhecido e que, portanto, não poderia receber os auspícios do CND.”¹³⁰.

Desta maneira, o Brasil foi novamente convidado e não tomou parte na segunda edição do mundial de mulheres, impedido pelo CND. Esse evento, realizado no México em 1971, não só utilizou o mesmo nome e as mesmas estruturas do torneio masculino organizado pela FIFA um ano antes, como também mimetizou seus símbolos. *A Gazeta Esportiva* anunciou, em maio daquele ano: “vem aí a Juanita”, anunciando que o Juanito, personagem criada para o certame masculino, nos moldes do que hoje chamaríamos de mascote, ganharia uma versão feminina e advertia que “a Juanita precisa ser mais bonita que o Juanito”¹³¹. Cerca de um mês depois, o mesmo jornal publicou “eis a Juanita”¹³², elogiando o fato de ela ser mais bela que seu antecessor e salientando suas curvas:

Imagem da esquerda: Vem aí a Juanita. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 22 mai. 1971, p. 04. Imagem da direita: Eis a Juanita. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 19 jun. 1971, p. 04.

Observando as duas imagens, é bastante perceptível que no caso da personagem feminina buscava-se exaltar seu corpo, representante fictício do ideal de beleza feminina. Juanito, por sua vez, era um garoto um tanto fora de forma, que possuía um chapéu que remetia ao seu país de origem e trazia uma bola dominada junto aos pés, transparecendo a ideia de que a prática do futebol era recorrente entre os infantes que, desde pequenos, já

¹³⁰ Futebol não é só para homens. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 23 jan. 1981, p. 09.

¹³¹ Vem aí a Juanita. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 22 mai. 1971, p. 04.

¹³² Eis a Juanita. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 19 jun. 1971, p. 04.

mostravam o domínio da pelota. Na imagem de Juanita não há qualquer referência ao México e a bola de futebol aparece em suas mãos. Nada na imagem transmitia a ideia de que ela tivesse qualquer habilidade para lidar com o objeto que carregava, mesmo sendo uma moça e não mais uma menina, a ponto da pelota ser carregada pela única parte do corpo cujo toque é proibido no jogo de futebol. A busca da erotização do corpo da mulher-futebolista foi um processo que teve início nos anos 1970 e funcionava como uma maneira de incorporar o futebol feminino ao universo tradicionalmente masculino e heterossexual do futebol, eliminando qualquer risco de vê-lo romper paradigmas.

Sobre a copa do mundo de futebol feminino, no mês de julho apareceram algumas informações sobre a preparação das últimas finalistas, Itália e Dinamarca, com a finalidade de repetirem as conquistas passadas no mundial marcado para acontecer durante o mês de agosto no México¹³³. Houve destaque, também, para um jogo preparatório para o torneio entre as seleções do México e da Argentina, em Buenos Aires, quando duas jogadoras se agrediram fisicamente e acabaram expulsas¹³⁴. Esse tipo de notícia expunha atitudes que contrariavam o ideal de mulher como pacífica; ao mesmo tempo colaborava para engrossar o coro daqueles que defendiam que a violência era inerente ao jogo de futebol e por isso as mulheres deveriam se manter afastadas dele. No final do mês publicou-se a notícia “futebol feminino vai mostrar seu jogo no México”¹³⁵, na qual se apresentava os países participantes da Copa: Argentina, México, Inglaterra, França, Dinamarca e Itália¹³⁶. Além disso, a reportagem afirmava que “[...] os torcedores mexicanos não ligam para o fato das mulheres jogarem futebol e não possuírem a mesma técnica de Pelé ou Tostão: eles compram os ingressos e aguardam com expectativa o início dos jogos.”¹³⁷.

O Estado de S. Paulo nada publicou a respeito da segunda edição da copa mundial de futebol feminino. A *Placar* mencionou seu início e apresentou os resultados em sua seção “tabelão”. Também afirmou que as atletas estavam impressionadas com a média de público de

¹³³ Sobre os acontecimentos na Dinamarca: Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 08 jul. 1971. Primeiro caderno, p. 16. Mesma reportagem foi republicada no dia 21 do mesmo mês; na Itália: Itália: poucas mudanças: equipe feminina. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 12 jul. 1971. Primeiro caderno, p. 10.

¹³⁴ Violento o futebol feminino. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 20 jul. 1971, p. 04.

¹³⁵ Futebol feminino vai mostrar seu jogo no México. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 jul. 1971. Navegação Marítima, p. 06.

¹³⁶ A reportagem aponta apenas esses países como participantes, apesar de afirmar que se poderia ver “moças de 10 países correr atrás da bola”. A revista *Placar* publicou os mesmos participantes: Copa do Mundo: futebol feminino. **Placar**. São Paulo, n. 76, 27 ago. 1971. Tabelão, p. 37-38. Possivelmente haviam mulheres de países que não participavam do torneio jogando em equipes estrangeiras, por isso o comentário. Entretanto, nenhuma outra informação sobre isso foi encontrada.

¹³⁷ Futebol feminino vai mostrar seu jogo no México. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 jul. 1971. Navegação Marítima, p. 06.

80 mil pessoas por jogo, em função do bom futebol que vinham desempenhando¹³⁸. A revista não deu prosseguimento à cobertura dos jogos. Já a *Folha de S. Paulo* foi o periódico que mais publicou informações sobre o campeonato, principalmente os problemas e modificações feitas de última hora na organização do Mundial.

A primeira notícia que circulou foi a da manchete “futebol feminino: o mundial já começou”, na qual se comentou o sucesso da abertura do torneio, seguindo os moldes da versão masculina ocorrida no mesmo país no ano anterior. Estiveram presentes no estádio, segundo o periódico, mais de 90 mil pessoas. A reportagem analisava que “Poucas são as diferenças técnicas entre o futebol masculino e o feminino. Os dois períodos no torneio feminino terão 35 minutos de duração cada um, com dez minutos a menos que o masculino. O tempo de descanso é de 15 minutos”¹³⁹. O jornal também noticiava que a Federação Europeia de Futebol, continente de onde era oriunda a maior parte das equipes do mundial, criava uma comissão para tratar do futebol feminino, concomitantemente ao campeonato¹⁴⁰.

Em 1º de setembro, a *Folha* publicou a notícia de modificações das datas dos jogos do certame¹⁴¹. Alguns dias depois, noticiou-se um novo problema no torneio:

[...] a seleção mexicana de futebol feminino ameaçou não jogar a final do II campeonato mundial contra a Dinamarca amanhã se a comissão organizadora do certame não depositar em seu nome a quantia de um milhão de pesos. As moças acham que têm contribuído para as arrecadações e que merecem ganhar.¹⁴²

Pela cobertura dos jornais, não foi possível saber como se resolveu tal questão, ou mesmo quem ganhou o campeonato; porém, a informação apontava para problemas advindos pela baixa expectativa sobre o sucesso da Copa. Notícias sobre o Mundial só voltaram a aparecer em dezembro daquele ano, em tom de “destaques do ano”. Uma foto de uma confusão na semifinal entre Itália e México, com a legenda “as feras”¹⁴³ afirmava que as decisões do árbitro transformaram o futebol em luta livre e que um jornal, na ocasião, referiu-se com tal alcunha às jogadoras italianas. De mais, apenas um comentário nos últimos dias da

¹³⁸ Copa do Mundo: futebol feminino. **Placar**. São Paulo, n. 76, 27 ago. 1971. Tabelão, p. 37-38.

¹³⁹ Futebol feminino: o mundial já começou. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16 ago. 1971. Primeiro caderno, p. 09.

¹⁴⁰ Nacional e Ajax é ainda um jogo com problemas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 ago. 1971. Primeiro caderno, p. 19.

¹⁴¹ Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 01 set. 1971. Navegação marítima/esporte, p. 06. A localização da reportagem, no canto direito e o estado do documento não permitem que se compreenda o texto, assim, informações para além das modificações permanecem sem resposta em razão da impossibilidade de leitura.

¹⁴² Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 04 set. 1971. Primeiro caderno, p. 20.

¹⁴³ As feras. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 04 dez. 1971. Ilustrada/Panorama, p. 04.

realização do campeonato: “Embora o futebol feminino não seja reconhecido pela FIFA, acredita-se que logo ele poderá conseguir esse reconhecimento”¹⁴⁴.

Ainda sobre o Mundial, a *Folha de S. Paulo* também mencionou a possibilidade de participação brasileira no apito: Lea Campos¹⁴⁵ conseguira autorização na CBD para arbitrar jogos de futebol e teria alguns convites, dentre os quais, para a Copa do Mundo do México. A Revista *Placar* publicou, cerca de um mês mais tarde, uma reportagem sobre ela¹⁴⁶. Nela o jornalista relatava que a moça tentava ser árbitra havia oito anos e, novamente, tinha recebido a mesma resposta da Escola de Árbitros da Federação Mineira de Futebol: “apitar jogo de futebol não é profissão para mulher”¹⁴⁷. Apesar do que havia sido noticiado pela *Folha*, a reportagem da *Placar* afirmou que Léa iria ao México apenas para assistir ao Mundial, não para apitá-lo. Independentemente de ter participado ou não, o que parece certo é a existência de uma intensa luta individual promovida por essa moça para que ela pudesse tornar-se juíza de futebol, ou seja, ocupar um local no qual não haviam ainda adentrado mulheres, pelo menos no Brasil. Léa, no entanto, não estava sozinha. A *Placar* publicou uma reportagem sobre uma mulher da Bahia, Heloisa Alves de Oliveira, que tinha o mesmo sonho, mas não deu detalhes sobre sua trajetória¹⁴⁸.

Vale destacar sobre o caso que a reportagem da *Placar* sobre Léa afirmava que a aspirante dirigiu-se à FIFA para verificar se a instituição estava se opondo à sua participação no futebol e a resposta que obteve foi que a entidade não tinha “nada contra”, deixando nas mãos das confederações decidirem sobre o caso. O que se pode afirmar sobre a questão é que o caminho de Léa até a arbitragem foi longo e duro e teve uma importância ímpar para que se colocasse em questão a presença da mulher no futebol, ainda que não como atleta. Nesse aspecto, no âmbito internacional, ocorreu um caso semelhante na Inglaterra em 1967. A senhora Patricia Dunn formou-se no curso de arbitragem, mas a FA (Football Association) não permitiu que ela exercesse sua formação. Ela, então, afirmou que, se preciso fosse, encaminharia seu pedido à Rainha que, segundo ela, seria “a única mulher no país que pode patrocinar alguma coisa”¹⁴⁹.

Lutas individuais, vitórias e derrotas parciais. É assim que se apresentava o futebol feminino no início dos anos 1970. O que se pode afirmar, por certo, é que este esporte havia,

¹⁴⁴ 10 maiores acontecimentos esportivos na AL (América Latina). **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 26 dez. 1971. Primeiro caderno, p. 25.

¹⁴⁵ O nome dela aparece sem acento em algumas publicações e com acentuação em outras.

¹⁴⁶ Os juízes que se cuidem. Léa pretende abafar. **Placar**. São Paulo, n. 75, 20 ago. 1971, p. 35.

¹⁴⁷ Pela primeira vez futebol vai ter uma juíza em campo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15 jul. 1971. Primeiro caderno, p. 35.

¹⁴⁸ Uma baiana morena e simpática quer ser juiz. Verdade. **Placar**. São Paulo, n. 77, 03 set. 1971, p. 43.

¹⁴⁹ Inglesa quer apitar futebol. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 06 dez. 1967, p. 05.

finalmente, rompido em definitivo com o silêncio. Após tantos anos era inegável sua existência como esporte, assim como a vontade das mulheres, em diversas partes do mundo, em praticá-lo. A questão estava posta, dando às partidas o caráter não de um jogo beneficente ou festivo, mas como prática esportiva, e mais, esta já não podia ser escondida. As instituições, governos, federações, confederações e clubes, eram pressionados e se apercebiam do quanto era necessário posicionar-se diante do assunto. Entretanto, conforme o que aconselhara a FIFA em 1965, ano do posicionamento oficial das autoridades brasileiras em relação à modalidade, o governo brasileiro agia com “prudente reserva”¹⁵⁰. Assim, na imprensa, os lados desta questão estavam expostos: o discurso da inadequação do esporte ao corpo feminino, em oposição à prática do futebol pelas mulheres, seu crescimento e organização fora da esfera da FIFA.

Em meio a todas essas vozes, um discurso que aparecia com cada vez mais frequência, era o da erotização do corpo feminino como forma de legitimação de sua entrada em diversas práticas esportivas, dentre as quais, o futebol. O olhar sobre o corpo da mulher passava pelo controle masculino, no limite fazia-se dele um objeto, desprovido de vontades e subjetividades, passivo na construção de sua história, de modo a adquirir as formas desejadas pelos homens. Por sua vez, eles eram alçados à qualidade de seres pensantes, como diz Magali Engel, senhores da “cultura”¹⁵¹, e a quem cabia a responsabilidade de proteger a mulher, mantendo-a sob seu controle e prevenindo-a de sua própria natureza.

A erotização do corpo feminino como fonte de legitimação da prática do futebol era indissociável da visão da mulher como irresponsável e dependente. Essa perspectiva era a que enchia as páginas dos jornais com reportagens e comentários de leitores, enfatizando a beleza dos corpos das mulheres como únicos atrativos para o futebol por elas praticado – no discurso de oposição à prática – ou advertindo sobre a necessidade de manutenção da feminilidade, graça e beleza daquelas que jogavam o futebol – para defenderem a possibilidade das mulheres jogarem.

Na revista *Placar*, na mesma edição em que aparecia a reportagem sobre Lea Campos, havia uma carta de um leitor que dizia: “O futebol feminino será muito apreciado no Brasil, não pela categoria das jogadoras, mas sim porque, ao fim de cada jogo, haverá troca de camisas entre as adversárias. Aí será uma festa para a torcida.”¹⁵². Este é um exemplo de afirmação de que o jogo de futebol praticado por mulheres era entendido como desprovido de

¹⁵⁰ FIFA aplica planos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 28 fev. 1965, p.16.

¹⁵¹ Cf. ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 322–361.

¹⁵² Estamos lá. **Placar**. São Paulo, n. 75, 20 ago. 1971. Camisa 12, p. 45.

valor esportivo, sendo o seu único atrativo a exposição dos corpos por uma possível troca de camisas ao final das partidas. Novamente, ainda havia o reforço da ideia de que as arquibancadas de futebol seriam um espaço masculino e heterossexual.

Outra carta endereçada à revista *Placar*, naquele mesmo ano, foi enviada por duas moças de Brasília, que formaram dois times de futebol e afirmavam que, em breve, mandariam suas fotos. A resposta da revista foi que mandassem as fotos de “mini-biquininho”¹⁵³. Outra missiva enviada, naquele mesmo ano, também fazia menção a mulheres jogando em trajes típicos de praia. Era um convite de uma equipe feminina que jogava à beira da Represa de Guarapiranga e estava com dificuldades de encontrar outros times de mulheres contra quem jogar. A autora enfatizava, todavia, que não jogavam “de uniforme e sim de biquininho”, defendendo-se de prováveis ataques à sua feminilidade, e completava: “Jogamos bola, mas somos mulheres e muito femininas”¹⁵⁴.

A publicação e a resposta às duas cartas de leitoras da *Placar* são exemplares do que se afirmou a respeito da erotização do jogo feminino como um argumento utilizado tanto por quem se opunha à prática do futebol por mulheres, ou, ao menos, ridicularizava a modalidade, quanto por mulheres que viam o futebol como uma prática esportiva permitida a elas. Ao observar as duas reportagens, verifica-se a utilização do mesmo recurso, funcionando de maneira a possibilitar a prática do futebol pelas mulheres sem perturbação das essencializações do feminino, masculino e mesmo do futebol: o jogo com as mulheres vestindo biquíni. No primeiro caso, para ironizar a existência de times femininos, e de outro, para esvaziar o discurso daqueles que defendiam que as mulheres se masculinizavam ao jogar o futebol. O intuito de ambos os casos era adequar a prática do futebol pelas mulheres e ainda serem vistas como femininas pela sociedade, especialmente, pelos homens.

Assim terminou o ano de 1971 para o futebol internacional. No Brasil, os jogos também não pararam, a despeito da legislação. Além das equipes noticiadas pela *Placar* de São Paulo e Brasília¹⁵⁵ outros times se formaram de maneira semelhante, jogando uma vez na semana, ou, ainda, mantiveram-se partidas beneficentes e festivas. Sobre aquele momento, é importante destacar que o governo militar teve sua fase de repressão mais acirrada, principalmente depois de decretado o Ato Institucional Nº 5, em dezembro de 1968. A conquista da Copa de 70 pela seleção masculina brasileira de futebol foi vangloriada pelo governo como uma demonstração da prosperidade brasileira. Ao mesmo tempo, a luta

¹⁵³ Boa Pedida. **Placar**. São Paulo, n. 91, 12 dez. 1971. Camisa 12, p. 46.

¹⁵⁴ Um show de bola com olé e tudo. E só de biquíni. **Placar**. São Paulo, n. 94, 31 dez. 1971. Meio tempo, p. 33.

¹⁵⁵ Boa Pedida. **Placar**. São Paulo, n. 91, 12 dez. 1971. Camisa 12, p. 46; Um show de bola com olé e tudo. E só de biquíni. **Placar**. São Paulo, n. 94, 31 dez. 1971. Meio tempo, p. 33.

armada, os movimentos culturais de oposição ao regime traziam à tona as inúmeras oposições à ditadura. Nesse contexto, na *Folha*, foi publicada a notícia “futebol feminino não”¹⁵⁶. A negativa da manchete era do governo brasileiro à embaixada alemã que desejava trazer sua equipe para exhibições no Brasil. Assim, pode-se dizer que se mantinha irredutível a postura das autoridades nacionais pela proibição da prática do futebol feminino, mesmo diante das pelepas internacionais que ocorriam mundo afora e da sinalização de mudança de posicionamento da FIFA.

Até pelo local onde se encontram os editoriais dos jornais pesquisados, a maior parte das notícias relatava a atuação de times no estado de São Paulo. Fora desse circuito, no mês de agosto de 1971, na *Folha* foi publicada uma foto da partida entre “as equipes juvenis de futebol feminino do CR Tietê e do Curso Med [...]”¹⁵⁷. Além desses jogos, também foram registradas no mesmo jornal notícias sobre equipes formadas e que treinavam com regularidade pelo interior do estado. Uma reportagem na seção “turismo” sobre Santa Bárbara do Rio Pardo colocou entre as atrações da cidade um time de futebol feminino que jogava à noite, porque quase todas as atletas trabalham durante o dia¹⁵⁸. Também foi noticiada, naquele ano, uma partida entre o E. C. Santa Isabel, de Pindamonhangaba e o E. C. Ponte Preta, de Jacareí, com o fim de arrecadar fundos para a Santa Casa da primeira localidade¹⁵⁹.

Esse era o quadro construído ao longo do ano de 1971: o futebol feminino crescendo, ganhando visibilidade e aceitação pelo mundo, principalmente na Europa, mas também em outros grandes países latinos, como o México e Argentina, que estiveram presentes no mundial daquele ano. O número de publicações sobre o assunto nunca havia sido tão grande desde o ano de 1941, o que contribuiu para trazer o tema ao debate público. Mantinham o enfoque, em sua quase generalidade, nas partidas realizadas em território internacional. Mesmo que diminuta, finalmente, na década de 70, verificou-se o retorno aos jornais de informações sobre a realização de jogos entre mulheres no território nacional. O panorama dessas notícias vislumbrava a contradição: o futebol crescia no mundo, a FIFA acenava para a possibilidade de inserir o futebol praticado por mulheres em sua oficialidade e o Brasil mantinha a proibição ao esporte.

Essa situação levou as autoridades do esporte a manifestarem-se. Ao contrário da FIFA que começava a observar o futebol feminino com outros olhos, mesmo não alterando

¹⁵⁶ Futebol feminino não. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16 ago. 1970. Segundo caderno, p. 15.

¹⁵⁷ Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 ago. 1971. Primeiro caderno, p. 19.

¹⁵⁸ Viva. Com água e muita paz. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15 out. 1971. Primeiro caderno/Turismo, p. 04.

¹⁵⁹ Alemanha doa aparelhos de radiografia para SC. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 nov. 1971. Primeiro caderno, p. 14.

seu posicionamento oficial sobre a modalidade, as autoridades do esporte brasileiro não recuaram em seus princípios. No mês de novembro de 1971, “[...] o CND enviou ofício à Federação Paulista de Futebol reafirmando que são proibidas no Brasil, competições de futebol feminino. A razão do documento foi a notícia saída na imprensa, que tais partidas voltariam a ser realizadas.”¹⁶⁰. Tal nota foi publicada na *Folha de S. Paulo*, deixando claro que o posicionamento do CND com relação ao futebol praticado por mulheres não mudava e continuava a destoar do resto do mundo.

Essa atitude do CND não impediu, entretanto, que as mulheres continuassem resistindo à proibição em vigor. O andar da década de 70 deixou claro que elas não abririam mão do que estavam conquistando e passaram a ocupar cada vez mais espaços. Em 1972, a *Folha de S. Paulo* publicou a seguinte manchete: “a bola pode igualar direitos em Jacareí, onde elas já põe chuteiras”¹⁶¹. O texto falava do antigo time da Ponte Preta F. C.¹⁶², que naquele momento chamava-se Clube Beneficente Jacareí e possuía uma equipe de futebol feminino desde 1959, com atividades ininterruptas, considerando-se “o time de futebol mais persistente do país”¹⁶³. No início, o time enfrentara problemas, por exemplo, com as famílias de suas atletas que achavam ridículo vê-las “correndo atrás de uma bola”¹⁶⁴. Entretanto àquela altura, a maior ameaça ao time ficava a cargo da CBD. De acordo com o jornal, a entidade tinha autorização da FIFA¹⁶⁵ para realizar a regulamentação do futebol de mulheres, porém insistia em não fazê-lo. A reportagem afirmava: “Se for preciso, elas irão ao Presidente Médici, visando a obtenção da medida”¹⁶⁶.

Certo, então, parece que as moças de Jacareí ainda teriam certa dificuldade para regulamentar sua prática, mas, mesmo assim, foram o primeiro grupo a aparecer nos jornais pesquisados em defesa aberta pela regulamentação do futebol feminino. Argumentavam pelo seu direito à prática esportiva, inclusive afirmando que “[...] a liberação do futebol feminino no país permitiria a conquista de títulos internacionais, à semelhança do que acontece com

¹⁶⁰ Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 25 nov. 1971. Primeiro caderno, p. 40.

¹⁶¹ A bola pode igualar direitos em Jacareí, onde elas já põe chuteiras. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 23 set. 1972. Primeiro caderno, p. 20.

¹⁶² Cf. Capítulo 1: A proibição do futebol, p. 33-34.

¹⁶³ A bola pode igualar direitos em Jacareí, onde elas já põe chuteiras. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 23 set. 1972. Primeiro caderno, p. 20.

¹⁶⁴ *Ibid.*

¹⁶⁵ FIFA aparece nessa reportagem como Federação Internacional de Futebol Amador, mas tudo indica tratar-se mesmo da Fédération Internationale de Football Association.

¹⁶⁶ A bola pode igualar direitos em Jacareí, onde elas já põe chuteiras. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 23 set. 1972. Primeiro caderno, p. 20.

equipes da Europa”¹⁶⁷. A campanha que esse grupo do interior paulista iniciou se fortaleceu ao longo do tempo; todavia, a luta mais ostensiva pelo reconhecimento do futebol feminino como prática esportiva ainda demoraria muito a vir.

Além de defenderem com afincos a possibilidade de jogarem futebol, tudo indica que as jogadoras de Jacareí estavam bem informadas. Há indícios de que a suposta autorização – não recomendação – da FIFA para que as associações nacionais reconhecessem o futebol feminino seja mesmo uma informação verídica. O principal deles é que no início daquele ano a Inglaterra havia reconhecido oficialmente o futebol feminino e contava com cerca de 5 mil adeptas no país, para mais; e havia enviado uma equipe para o Mundial do México no ano anterior¹⁶⁸. A mais antiga e uma das mais importantes associações nacionais de futebol do mundo certamente não faria isso sem o consentimento da entidade gestora do futebol mundial. Essa atitude da Inglaterra não foi isolada. Parece que a realização dos campeonatos mundiais de 1970 e 1971, como se viu, sendo este último no mesmo estádio e com símbolos semelhantes ao torneio masculino, que eram de exclusividade da FIFA, fez com que a promoção do esporte na Europa aumentasse. Além disso, há algum tempo, empresários e especialistas vinham apontando que o futebol feminino seria um “bom negócio”¹⁶⁹.

Desta maneira, em 1973, foi noticiada a decisão do título do Torneio Internacional de Futebol Feminino¹⁷⁰ entre o Bonner FC e o AFC Pádua¹⁷¹, já configurando, conforme haviam indicado as moças de Jacareí, a realização de torneios internacionais na Europa, que reuniam clubes. No ano seguinte, a França também instituiu oficialmente um campeonato de futebol de mulheres¹⁷², assim como promoveu uma partida oficial contra a seleção da Suíça¹⁷³. Logo após vencer a Copa do Mundo, em 1974, a Alemanha também aprovou a institucionalização do campeonato nacional de futebol feminino, contando com 16 equipes¹⁷⁴. O desenvolvimento do futebol feminino na Europa, nesse período, foi tamanho que, em 1975, *O Estado de S. Paulo* publicou a seguinte manchete: “também no futebol, este pode ser um ano

¹⁶⁷ A bola pode igualar direitos em Jacareí, onde elas já põe chuteiras. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 23 set. 1972. Primeiro caderno, p. 20.

¹⁶⁸ Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 03 mar. 1972. Primeiro caderno, p. 18.

¹⁶⁹ Cf. Capítulo 1: A proibição do futebol, p. 50-52.

¹⁷⁰ As mulheres lutam pela bola, decidindo um título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 30 out. 1973. Primeiro caderno, p. 39.

¹⁷¹ O jornal não informa o país de origem das equipes, mas a julgar pelo nome e histórico de atividades de futebol praticado por mulheres, conclui-se que o primeiro time vinha da Alemanha e o segundo da Itália.

¹⁷² Futebol Internacional. França. Em campo, as mulheres. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 05 ago. 1974. Esporte, p. 03.

¹⁷³ França aprova futebol feminino. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 04 ago. 1974, p. 04.

¹⁷⁴ Alemanha já adere ao futebol feminino. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 11 ago. 1974, p. 53.

das mulheres”¹⁷⁵ em referência à definição, pela ONU, do ano de 1975 como o ano internacional da mulher¹⁷⁶ e ao crescimento da prática do futebol no Velho Continente. Os mais otimistas afirmavam que o Mundial feminino poderia ser mais atrativo que o masculino, apesar de ainda haver opositores à realização do evento¹⁷⁷.

Exceção feita à Gazeta Esportiva, a maior parte das notícias da década de 1970 sobre o futebol feminino eram mesmo internacionais. E não só sobre a Europa. Além do mundial do México de 1971, um caso uruguaio foi noticiado: Claudina Ester Vidal, de 20 anos, iria jogar futebol num time de homens que se apresentaria no Rio Grande do Sul. Segundo a matéria, isso não havia acontecido ainda, pois a FIFA não dava autorização. A moça era também cotada para jogar em clubes femininos na Itália¹⁷⁸. Não se informava se o jogo misto iria dar-se, de fato. A ausência de notícias sobre o ocorrido indicam que a moça não perfilou entre os atletas do SudAmerica em sua exibição no Brasil. Há também menções à prática e incentivo – por particulares, não pelo Estado – do futebol feminino nos EUA¹⁷⁹. Além disso, havia relatos de que no México, sede da última Copa do Mundo, o basquete feminino estava perdendo suas atletas para o futebol¹⁸⁰. A Ásia não ficou de fora: em 1976 deu-se a notícia da existência de uma confederação de futebol feminino em Hong Kong, que desejava fazer uma série de exposições pela Europa, desde que encontrasse patrocínio¹⁸¹. Não foram encontradas menções posteriores sobre isso, dando a entender que tal turnê possa não ter ocorrido. Independente disso, certamente a intenção de realização da turnê demonstrava que a prática era corrente e regulamentada por uma confederação própria naquela localidade.

Entretanto, as águas da história não correm todas na mesma direção. Como todo processo de luta pelo fim das opressões sofre resistências, também resiste quem deseja o seu fim. Desta maneira, o Brasil não era o único a manter a proibição sobre o futebol feminino. Uma das maiores potências esportivas do mundo determinou a sua interdição, mesmo em meio a esses avanços: a URSS. Mesmo nos países em que o futebol de mulheres apresentava

¹⁷⁵ Também no futebol, este pode ser um ano das mulheres. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 16 nov. 1975, p. 57.

¹⁷⁶ Importante destacar que este ano também foi quando se oficializou o oito de março como data comemorativa das lutas por igualdade de gênero. Cf. BLAY, Eva. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Estudos Feministas** v. 9, n. 2, p. 601–607, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9640>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

¹⁷⁷ Cf. SILVA, Giovana Capucim E. A luta pela Copa: obstáculos na institucionalização do futebol feminino. In: GIGLIO, Sérgio Settani; SILVA, Diana Machado Da (Orgs.). **O Brasil e as Copas do Mundo: Futebol, História e Política**. São Paulo: Zagodoni, 2014. p. 121–132.

¹⁷⁸ Mulher no meio. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 19 jan. 1972, p. 06.

¹⁷⁹ Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 04 ago. 1975. Esporte, p. 08; Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 30 jan. 1978. Primeiro Caderno, p. 19.

¹⁸⁰ Só as checas não treinam. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 28 mar. 1973, p. 23

¹⁸¹ Ásia/Oceania tem uma vaga definida, e mais duas em jogo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 29 jan. 1976. Esporte, p. 02.

bom desenvolvimento, como a Itália e a Alemanha, havia grande oposição. Marcante foi o caso, ocorrido em 1973, em que dirigentes de um clube, em Munique, decidiram vetar a prática no clube. Resultado: o diretor responsável pela campanha foi recebido pelas moças a “socos e pontapés”¹⁸². Também da Alemanha vieram falas de cientistas afirmando que o futebol não era o esporte mais adequado para a mulher, pois colocava em questão sua feminilidade¹⁸³. O próprio presidente da UEFA na época, Artemio Franchi, que antes de chegar à entidade europeia, em 1973, comandara a associação nacional italiana, fazia intensas campanhas de combate ao futebol feminino, na Itália e, em menor proporção, na Europa¹⁸⁴.

Também no Brasil não faltaram falas contrárias ao futebol feminino, mesmo o esporte já sendo proibido. Pontualmente algumas campanhas pela sua liberação surgiam, e algumas personalidades de peso, eventualmente, comentavam o assunto. Nesse sentido, Pelé foi um dos interrogados sobre a questão e afirmou: “pode ser um passatempo, mas não um verdadeiro esporte para as mulheres”¹⁸⁵. Ainda que se admitisse a possibilidade das mulheres praticarem o futebol como atividade de lazer, a formação de ligas, campeonatos, seleções e disputas de torneios internacionais estavam fora do campo de visão do “rei do futebol”. Muito mais duro foi o texto de outra celebridade do masculino mundo do futebol, João Saldanha. Em texto publicado na *Placar*, às vésperas da liberação do futebol feminino, cujo título era “Futebol é coisa pra mulher”¹⁸⁶, o ex-técnico do Brasil dava sua opinião sobre o assunto. Quem lesse apenas a manchete logo pensaria que João Saldanha seria favorável à modalidade.

[...] Tenho recebido razoável correspondência sobre o assunto e confesso que não dei muita bola. Trata-se do futebol feminino. Seria uma atitude machista? Não, de minha parte não. Sempre achei que as mulheres devem ter participação em tudo. Pelo menos igual à dos homens ou, em casos impossíveis, devem ser ajudadas.

A questão é futebol e nota-se que a participação das mulheres na prática deste esporte é mínima. Por que só os homens disputam a Copa do Mundo? E os campeonatos? As mulheres não têm direito? Existe alguma proibição? Respondo. Bem, a lei do jogo, quer dizer, a lei básica que regulamenta a disputa do futebol, nada tem especificamente contra as mulheres.¹⁸⁷

Saldanha admitia que vinha ignorando o assunto, como se ele fosse de menor importância. Além disso, demonstrava o desconhecimento sobre a proibição da prática do futebol pelas mulheres no Brasil. Posto isso, seu posicionamento ficava mais claro na continuidade do texto:

¹⁸² Sem título. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 21 out. 1973, p. 318.

¹⁸³ Mas esse é mesmo o esporte adequado?. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 16 nov. 1975, p. 57.

¹⁸⁴ Também no futebol, este pode ser um ano das mulheres. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 16 nov. 1975, p. 57.

¹⁸⁵ Jairzinho é atração no Cruzeiro. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 29 jan. 1976. Esporte, p. 02.

¹⁸⁶ Futebol é coisa pra mulher. **Placar**. São Paulo, 14 dez. 1979, p. 36-37.

¹⁸⁷ *Ibid.*

Entretanto, nota-se que com sutileza está tudo escrito com sentido para uso estritamente masculino. Por exemplo: o jogador para entrar em campo deve se apresentar assim assim. Gênero masculino bem claro e não existe nos regulamentos nada que aparente permitir a participação das mulheres no jogo. Poderia até dizer que não existe nada diretamente contra. Mas a verdade é outra.¹⁸⁸

João Saldanha parecia ignorar que a língua portuguesa trouxesse - como ainda traz - o masculino como regra quando houvesse possibilidade de atuação dos dois sexos. Tampouco se lembrava de que as tais regras foram traduzidas do inglês, cuja expressão *player* se aplica a ambos os sexos. Para além disso, o leitor bem informado, nesse ponto do texto, imaginava que Saldanha anunciaria a interdição da prática do futebol pelas mulheres. Afinal, ele havia admitido: há algo que impede a participação das mulheres no jogo. No entanto, ele prosseguia da seguinte maneira: “[...] lei do jogo conduz à coisa de maneira que o futebol seja jogado somente pelos homens, quando estipula uniforme, o peso da bola, tempo de jogo, tamanho da bola, o campo e outras coisas”¹⁸⁹.

O autor, que há pouco se dizia defensor da igualdade entre homens e mulheres acabava de demonstrar, novamente, o seu total desconhecimento das práticas do futebol feminino no Brasil. Nenhum dos fatores apontados por ele havia impedido que as mulheres jogassem futebol, nem no Brasil, nem em outras partes do globo. Ademais, Saldanha utilizou da mesma natureza argumentativa que aqueles que defendiam a inferioridade das mulheres: a justificativa pela natureza. Para ele, era impensável a possibilidade – que naquele momento já era realidade – de que as mulheres jogassem futebol da mesma forma que os homens e sob as mesmas condições em relação às normas esportivas. Soubera ele que, nos mesmos palcos que levaram a seleção de 70 a levantar a taça do *Tri*, aconteceu, no ano seguinte, um mundial de futebol feminino.

Saldanha seguia seu texto refletindo como seria a existência de times mistos e utilizava o argumento biológico como saída para esconder seu machismo:

[...] Pondero que o massagista do time misto também deveria ter em sua mala agulha, linha, batom, rouge, grampos, paninhos e algodões de várias qualidades, moldes ou inovações. Enfim, uma série de apetrechos para prevenir qualquer tipo de acidente no time. [...]

A questão principal, entretanto, está na biologia e não no machismo. [...] A culpa não é do machismo, é da biologia.¹⁹⁰

Novamente, Saldanha argumentava por meio da biologia. Pode-se dizer que sua leitura exemplifica a afirmação de Corbin de que “[...] a História do corpo é indissociável do olhar

¹⁸⁸ Futebol é coisa pra mulher. **Placar**. São Paulo, 14 dez. 1979, p. 36-37.

¹⁸⁹ *Ibid.*

¹⁹⁰ *Ibid.*

que se lança sobre ele.”¹⁹¹. Importante ponderar que o ex-técnico da seleção brasileira começava seu texto afirmando que defendia a igualdade de gênero. No final, entretanto, ele parecia já ter desistido de dissimular seu posicionamento contra a prática do futebol feminino e fazia uma série de insinuações que possivelmente, para ele, soavam como engraçadas:

Os jogadores homens, na barreira, colocam as duas mãos defendendo as chamadas partes baixas. As mulheres como ficariam? Protegendo as partes baixas ou as altas? Claro que não duvido da evolução técnica ou da capacidade de inovação permanente da indústria de material esportivo. Mas a fábrica Adidas teria provavelmente de se associar a De Milus para apresentar um material adequado.

O futebol é um esporte quase tão violento como o boxe. Igualmente exige uma massa muscular que nada tem de feminina. Lógico que tal musculação poderia ser desenvolvida, mas aí, talvez, não estivéssemos tratando mais com mulheres.

[...] Em todo caso, já pensou, meu jovem leitor? Suponhamos que você está engrenando um papo esperto com uma garota e vem com aquela conversa de passarinho: “Escuta, minha filha, meu benzinho, eu acho que dá pé. Eu já sou formado em engenharia e você...Você o que faz?” Aí ela responde curto e grosso: “Eu sou zagueiro-central de um time lá de Niterói”. Que tal, ah?¹⁹²

Além de desqualificar como mulher aquela que não seguia os padrões de feminilidade em vigor, fosse sendo musculosa ou jogando futebol, Saldanha, em seu texto, ainda descrevia o futebol feminino praticado na Europa como “feio”, “híbrido”, porque não tinha a “graça feminina nem o vigor masculino”:

Claro que poderiam e podem, até jogam entre elas. Mas com leis especiais. Tamanho de campo limitado, equipamento mais leve e algumas leis levemente modificadas. Mesmo assim, assisti a algumas partidas entre jogadoras chamadas de primeira qualidade (na Itália e na Inglaterra) e posso garantir que o jogo é feio. Algo assim meio híbrido. Não tem a graça feminina nem o vigor masculino.¹⁹³

Somente neste ponto, e na Europa, Saldanha admitia a existência da prática do futebol feminino. Assim como fizera com as mulheres que o praticavam, afirmava que não era um espetáculo, em nada, agradável. Sua justificativa para tal voltava-se, novamente, para aquilo que a cultura afirmava como natural de cada sexo: vigor aos homens e graça às mulheres. Enfim, o texto de Saldanha, publicado alguns dias antes da queda da proibição do futebol feminino, demonstrava que, mesmo naquele momento, não faltava quem se opusesse à prática do futebol pelas mulheres. O artigo, aliás, trazia ilustrações que compactuavam com o tom de sua opinião, desqualificando a mulher que jogava futebol por sua masculinização ou exaltando a sensualidade, supostamente inerente à natureza feminina, contribuindo para a promoção da objetificação e da erotização do corpo feminino:

¹⁹¹ CORBIN, A. O encontro dos corpos. In: CORBIN, A.; VIGARELLO, G.; COURTINE, J.-J. (Org.). **História do Corpo: da revolução à grande guerra**. Petrópolis: Vozes, 2008, v. 2, p. 259.

¹⁹² Futebol é coisa pra mulher. **Placar**. São Paulo, n. 503, 14 dez. 1979, p. 36-37.

¹⁹³ *Ibid.*

Futebol é coisa pra mulher. **Placar**. São Paulo, n. 503, 14 dez. 1979, p. 36-37.

Na revista *Placar*, o texto de Saldanha não foi o único a apontar para o fato de que o futebol praticado por mulheres pudesse ser motivo de humor. Tampouco foi a única revista de caráter esportivo a fazê-lo. Conforme se apontou, o espaço esportivo foi originalmente constituído como um local de afirmação de masculinidade. Desta forma, as revistas especializadas nesse assunto geralmente trabalhavam com a suposição que seus leitores eram todos homens heterossexuais. Diversos aspectos apontavam para isso, dentre os quais se destacam as propagandas voltadas para o consumidor masculino, utilizando vocativos nesse sentido e as fotos erotizando os corpos femininos, exaltando sua beleza, ao invés de sua competência como atletas.

O principal espaço de debates sobre o futebol feminino da *Placar* foi aquele destinado às cartas de leitores. A seção, intitulada “camisa 12”, trazia quando em vez, uma personagem masculina chamada “Capu” que respondia às cartas dos leitores de maneira agressiva. Eis que na edição 332 da revista foi publicado um pequeno texto atribuído a uma moça chamada Flora, abordando o empenho do Internacional de Porto Alegre e afirmando que a revista andava a “malhar” a equipe. A resposta de Capu para a leitora foi a seguinte:

Dispensó os espinhos, Flora – chegue somente com as flores, ainda que cravos de defunto! Você é feia? Não. É um caso psiquiátrico, só não sei se perdido. Afinal, homem que se esconde atrás de um pseudônimo feminino já entrou na dança ou está sentindo comichão [...] ¹⁹⁴

Para Capu – seja quem fosse que estivesse por trás de suas palavras – era impossível ou inaceitável que fosse uma mulher a autora da carta, isso, pois entendia que somente

¹⁹⁴ Ele cabeceia?. **Placar**. São Paulo, n. 332, 20 ago. 1976, p. 64.

homens poderiam escrever para uma revista desportiva e, como tal, voltada para o público masculino. Desta maneira, apontava apenas duas possibilidades para tal anomalia: ou a moça seria feia (afinal, entendia que mulher, para gostar de futebol, só nessas condições, o que ainda assim era menos provável), ou seria um homem assinando sob pseudônimo de mulher. Ainda completava que, dentro desta última possibilidade, este, ao assumir o pseudônimo feminino, teria algum “transtorno” de identidade de gênero ou sexualidade. Mesmo que fosse marca da personagem provocar e responder com ferocidade às missivas dos torcedores, é bastante claro que o tipo de desqualificação que se faz do que pensa a torcedora diz respeito, exclusivamente, ao fato de ela se nomear mulher, sem entrar no mérito do conteúdo de seu texto, tal qual era de praxe na seção. Este exemplo também serve para demonstrar a mentalidade recorrente de que à mulher não cabia, não só a exclusão da prática do futebol quanto de todos os espaços a ele relacionados. À mulher não caberia sequer a possibilidade de falar sobre o jogo.

Essa não foi a única resposta que Capu deu a uma mulher, na qual atacava seu gênero. Uma moça escreveu-lhe perguntando se ele protegia palhaços¹⁹⁵. Era relativamente comum que a personagem recebesse cartas deste tom, justamente com o intuito de provocá-lo. Ele respondeu: “Só os do sexo feminino. Mulher para o Capu é feito laranja – que a gente deixa no bagaço e joga fora”¹⁹⁶. Novamente a personagem não hesitava em atacar o gênero da autora, alvo fácil e com o intuito claro de desqualificá-la.

Também a *Gazeta Esportiva Ilustrada* trouxe ironias sobre a possibilidade de as mulheres integrarem o futebol. Uma das seções da revista era a “fotomontagem”, destinada ao humor produzido pela reunião de fotos, com os recursos editoriais da época, criando o que chamavam de “situações absurdas”. Na edição 274, de março de 1965, a revista trouxe justamente montagens de mulheres como se estivessem praticando futebol e de forma absurda:

¹⁹⁵ Filosofia. **Placar**. São Paulo, n. 367, 06 mai. 1977, p. 64.

¹⁹⁶ *Ibid.*

Objetiva maluca. **A Gazeta Esportiva Ilustrada**. São Paulo, n. 274, 2ª quinzena mar. 1965, p. 18.

Ambas as fotografias mostravam as mulheres como inábeis para a prática do futebol. Novamente, a intenção era transmitir a incompatibilidade do corpo feminino com essa prática esportiva e ridicularizar a possibilidade de isso vir a ocorrer de outra maneira que não para diversão, no sentido de entretenimento, nunca como esporte. Nas legendas, quem dominava as regras e se desesperava com o absurdo das “maluquices” das jogadoras eram os homens do jogo, representados pelos goleiros. Eles se pronunciavam sobre a incapacidade das mulheres de conhecerem as regras mais básicas da modalidade, criando um cenário ainda mais ridículo: “Deixe, pelo amor de Deus, chute a bola... e deixe a minha cabeça em paz” e “Não, não,

garotas! Futebol se joga com uma bola só”¹⁹⁷. Destaca-se que ao passo que a *Placar* promoveu tais zombarias na segunda metade da década de 70 - quando a presença de mulheres na torcida, arbitragem e no próprio jogo estavam em plena guerra, com muitas batalhas vencidas pelas moças - a *Gazeta Esportiva Ilustrada* o fez quando o futebol feminino era majoritariamente praticado em espetáculos beneficentes, estando ainda incipiente sua prática como esporte. Não que a intenção das revistas não tivesse sido a mesma, porém o contexto de tais publicações era diferente em decorrência dos acontecimentos nos anos que as separavam.

Assim, a despeito dos avanços do futebol feminino no mundo e até mesmo no Brasil, muitas vezes ainda se levantavam por toda a parte para condenar, não só a prática do futebol pela mulher, também a sua presença, de qualquer forma, nos espaços a ele relacionados. Nada disso impediu, contudo, que as mulheres continuassem a praticar o futebol no Brasil naquele período. Muitas mulheres em espaços e com intenções diversas o fizeram. De acordo com as notícias, as mulheres praticavam o futebol principalmente de três maneiras: nas várzeas, nos clubes beneficentes da alta sociedade e, eventualmente, nas festividades de inaugurações e aniversários de municípios do interior. Cidades como Apiaí¹⁹⁸, Águas da Prata¹⁹⁹, Águas de Lindóia²⁰⁰ e Bernardino de Campos²⁰¹ promoveram esses jogos entre suas festividades. Em Peruíbe, a própria prefeitura organizou torneios de futebol de diversas categorias, incluindo a feminina, por conta da semana da pátria de 1979²⁰² – ano do fim da proibição. Não foi encontrado nos jornais nenhum tipo de repressão ou problemas enfrentados para que esses jogos festivos ocorressem. Muitas vezes, inclusive, eram promovidos pelo próprio poder público. Provavelmente, isso se deve ao fato de que, assim como os jogos de vedetes nas décadas anteriores, essas partidas não possuíam nenhum caráter esportivo, eram divulgados como espetáculos com finalidade de entretenimento.

Essa mesma análise cabe aos jogos praticados nos clubes da alta sociedade, com a diferença do caráter beneficente. Clubes tradicionais como o C. A. Paulistano promoveram, ocasionalmente, jogos de futebol feminino entre suas atividades. A renda destinava-se

¹⁹⁷ Objetiva maluca. **A Gazeta Esportiva Ilustrada**. São Paulo, n. 274, 2ª quinzena mar. 1965, p. 18.

¹⁹⁸ Apiaí: 202 anos de emancipação. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16 ago. 1973. Primeiro caderno, p. 20.

¹⁹⁹ A. Prata festeja dia 3. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 jun. 1979. Primeiro caderno, p. 22.

²⁰⁰ Carnaval desde hoje em todo o interior. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 fev. 1974. Turismo, p. 16.

²⁰¹ B. de Campos: futebol feminino é motivo de interesse. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 31 ago. 1972. Primeiro caderno, p. 26.

²⁰² Peruíbe vai restaurar o “abarebebê”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 26 ago. 1979. Local/Educação, p. 11.

também a entidades filantrópicas tradicionais da elite, como a Liga das Senhoras Católicas²⁰³. Também em localidades associadas às camadas da sociedade mais abastadas tais eventos aconteciam. Durante o mês de julho, por exemplo, no caderno “Ilustrada”, da *Folha*, publicava-se uma matéria sobre um jogo de futebol entre mulheres da alta sociedade promovido por empresários e que colocavam em disputa hóspedes de tradicionais hotéis de alto luxo de Campos do Jordão, cidade onde a elite paulistana costumava passar as férias nesse mês. A participação ou convite para assistência desse jogo eram vistos como indicadores de status; até mesmo o nome de quem seria o juiz era publicado na coluna social do jornal²⁰⁴. Também era debatido entre os organizadores quem iria receber a verba levantada com o espetáculo. Em todos os casos noticiados, a renda desses jogos montanheseiros, em particular, sempre foi destinada a instituições associadas à Igreja Católica. Esse jogo, com fins beneficentes, apareceu no jornal anualmente até 1973²⁰⁵, opondo os mesmos hotéis²⁰⁶ e apresentando-se como uma nova tradição da alta elite paulistana.

Essas notícias na composição dos jornais se localizavam nas colunas sociais ou nas seções dedicadas a eventos, espetáculos e atrações em cartaz. Nunca nas páginas esportivas. Também aconteciam em clubes de elite onde se praticavam esportes como tênis, hipismo e golfe, todavia, não o futebol. Nesses clubes, a despeito de serem entidades esportivas, não havia nenhum tipo de impedimento por parte do governo para que esses jogos não ocorressem. Em contrapartida, no início de 1980, ou seja, após a queda da proibição do futebol feminino como prática de lazer (mas ainda antes do governo estabelecer sua regulamentação esportiva), o Corinthians de Vicente Matheus formou uma equipe de futebol feminino que não pôde prosseguir com suas atividades por ordem do CND. O time continuou existindo, mas sem ligação com o clube, passando a ser conhecido como “Corinthians do Parque”²⁰⁷.

Este comparativo torna claro que o CND não proibia qualquer prática de futebol, mesmo dentro dos clubes esportivos. Na provável análise feita por esse órgão para decidir se interferiria ou não na prática do futebol pelas mulheres certamente se avaliava se o clube que

²⁰³ Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 21 set. 1972, p. 3 e sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 set. 1972, p. 02.

²⁰⁴ Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 jul. 1971. Ilustrada, p. 2. e sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 05 ago. 1971. Ilustrada, p. 02.

²⁰⁵ Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 25 jul. 1973 Primeiro caderno, p. 38 e sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 jul. 1973. Primeiro caderno, p. 35.

²⁰⁶ Sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 25 jul. 1973. Primeiro caderno, p. 35; sem título. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 jul. 1973. Primeiro caderno, p. 34.

²⁰⁷ Não foi possível identificar a data precisa de início destas atividades, mas na reportagem se menciona que isso se deu “há quase dois anos”. Cf.: O movimento pela legalização. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 10 jan. 1982, p. 42.

promovia o jogo possuía este esporte entre aqueles que ali se praticavam. Isso garantiria que, caso ocorresse uma partida, esta se encaixaria na categoria de esporádica, eventual e, portanto, constituir-se-ia num evento, numa atração de entretenimento, sem caráter esportivo e, por isso, fora da alçada do CND. Pelas notícias da imprensa paulista, a entidade não se envolveu em novas disputas judiciais pela proibição de jogos de futebol feminino desde a derrota sofrida para a Casa do Ator, na década de 1950.

Além do futebol comemorativo e beneficente das elites - ambos de prática bastante esporádica e sem compromisso esportivo por parte de suas atletas, porém comprometido com fatores externos - havia aquele jogado sem outros fins, fora de sua própria prática²⁰⁸. Longe dos clubes tradicionais e dos grandes estádios, longe do centro, nas periferias, as mulheres resistiam ocupando o espaço da várzea, o que até hoje se mantém e é visto por muitos como uma prática de resistência ao futebol moderno²⁰⁹. Ao determinar em que clubes o futebol feminino seria permitido, o CND acabava definindo que mulheres poderiam jogar e onde poderiam fazê-lo, ou seja, quem e que espaços poderiam ocupar. Permitia os espetáculos, eventos beneficentes e até as praias, campos e quadras distantes do futebol masculino profissional. Os clubes não. Certamente, este era um espaço poderoso demais. Além das multidões de torcedores que arrastava, ocupava um proeminente espaço na imprensa. Os clubes de futebol deveriam permanecer como local de afirmação de masculinidade. O caso do Corinthians permite que se perceba que, além de evitar o empoderamento dessas mulheres ao ceder-lhes espaço no clube, em certos casos se permitia que elas praticassem somente o futebol descompromissado e, por vezes, também o competitivo. Neste último caso, um critério era definidor: a classe à qual pertenciam as atletas. Isto é, além de determinar onde se faria vistas grossas para o jogo delas e onde a repressão seria intensa, o estudo sobre o futebol de várzea deixa claro que a classe também era um fator na permissão ou não dos jogos entre mulheres.

O primeiro clube amador paulistano a noticiar a organização de uma equipe feminina foi o CA Indiano, em 1970. Para compreender melhor tal fato, torna-se necessário olhar um pouco mais de perto para este clube:

FUTEBOL NO CA INDIANO

O crescimento do futebol no Indiano este ano, principalmente, está impressionante, com o enorme desenvolvimento e interesse de todos, graças ao dedicado trabalho de Thiago Larangeira – Henrique Gutttau – Walter Pugliesi e toda a equipe responsável

²⁰⁸ Cf. HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Edusp/Perspectiva, 1971.

²⁰⁹ Cf. SILVA, Diana Mendes Machado Da. **A associação atlética Anhanguera e o futebol de várzea na cidade de São Paulo (1928-1950)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

que dirige o grande futebol Indianense. O clube possui sem dúvida alguma, um dos melhores gramados de São Paulo, cobiçado não somente pela Federação Paulista de Futebol, como o próprio São Paulo F. C. para treinos semanais, dotado de uma rica iluminação. Independente esse magnífico campo [...] A procura pelo futebol tem sido demais, e surpreendente que obrigou o diretor de futebol solicitar da diretoria, a construção urgente de mais dois campos, totalizando 4 que serão assim distribuídos: Campo oficial [...] para os veteranos [...]. O segundo campo [...] será unicamente usado para [...] a categoria juvenil [...] o terceiro aos garotos do Dente de Leite. O que será feito do pequeno campo que já existia e pertencia aos garotos que agora terão um campo novo. O esportista Pompeu Sgambatti, fez um movimento dentro do clube, e conseguiu o numerário para iluminar esse campinho, e organizará um campeonato noturno, para ser disputado 9 contra 9 o que será interessante porque muita gente não tem mais condições para correr no grande campo.

FUTEBOL FEMININO

O bom gaúcho Thiago ainda não sossegou, agora criou o certame feminino composto de moças e senhoras associadas do clube, já treinando sob as ordens de Pugiesi e Dimas e o movimento está ganhando prestígio. Dois treinos já fora efetuados, equipe vermelha x equipe branca que são as cores do clube. Muita gente compareceu e quem mais trabalhou foi o massagista. Muito aplaudida foi a camisa 10 Zuca, irmã do são-paulino Marin, se explica está no sangue. Nestas condições, logo mais estaremos recebendo conjuntos do exterior onde o futebol feminino é muito disputado.²¹⁰

Essa notícia publicada na seção “No Mundo do Futebol Amador”, da *Gazeta Esportiva*, é muito rica para que se compreenda uma série de questões sobre o funcionamento e a realidade do clube. O CA Indiano surgiu como um clube de campo às margens da represa do Guarapiranga²¹¹, um espaço de lazer para aqueles que se dispusessem a contribuir para o financiamento de suas atividades, assim como deslocar-se até este local, já fora do perímetro urbano de São Paulo. Na época. Assim, a despeito de ser um clube de futebol amador, o CA Indiano possuía estrutura ímpar, chegando a alugar seus campos para treinos semanais aos profissionais do São Paulo FC. Esses aspectos relativos à formação deste clube nos permitem refletir sobre a razão pela qual esta equipe feminina, apesar de ter sido a primeira da cidade, nunca ter disputado nenhum dos torneios, copas e festivais que surgiam pela várzea paulista nos anos seguintes.

Em primeiro lugar, a equipe foi organizada pela comissão técnica de futebol do clube, ou seja, foi como se aqueles que detivessem o poder sobre os espaços de atuação futebolística no clube convidassem as “moças e senhoras associadas do clube” a ocupá-lo. Além disso, tal participação estava vinculada a ser sócia do clube, garantindo a distinção das participantes. Finalmente, as pretensas adversárias seriam europeias e não outras equipes da cena amadora paulistana. Parece que as elites dos grandes centros urbanos brasileiros - de São Paulo - em especial, mantinham o padrão de comportamento europeu como referência de “civildade”,

²¹⁰ Futebol no C. A. Indiano. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 29 set. 1970, p. 12; Novos campos para o Indiano. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 28 nov. 1970, p. 14.

²¹¹ *História*. Disponível em: <http://www.indiano.com.br/page_10.html>. Acesso em: 28 jun. 2014.

em detrimento da visão que possuíam das mulheres que jogavam na várzea, em geral, moças que pertenciam a classes sociais inferiores à sua. Naquele momento, de fato, não havia outras equipes femininas que pudessem ser confrontadas com esta, pois elas demoraram a surgir em regiões como Pari, Carandiru e Guaianazes. Contudo, nunca enfrentaram a equipe do CA Indiano. As associadas apenas disputavam partidas entre elas, como uma atividade de lazer – talvez com certo aspecto de atração, espetáculo para os outros associados - sem jamais tomar parte em confrontos com atletas de fora do clube²¹². Assim, esse time do CA Indiano foi, de acordo com os jornais pesquisados, o primeiro a surgir no “mundo amador” paulistano, porém de maneira muito singular com relação às demais equipes, que se formaram posteriormente. Ressalta-se, ainda, que a única moça que é nomeadamente citada e elogiada é irmã de um jogador profissional, sendo atribuída a esse fato sua habilidade incomum para o sexo feminino, na visão do jornalista.

Durante as fases finais do mundial feminino de 1971, no México, surgiram mais notícias sobre futebol de mulheres na seção “no mundo do futebol amador”, do diário *A Gazeta Esportiva*. Antes de ir a elas, é importante esclarecer o papel incomparável que este periódico exerceu para a várzea paulistana. Segundo Diana M. M. Silva (2014)

A Gazeta assumiu um posicionamento diferenciado em relação aos jornais *O Estado de S. Paulo* e a *Folha da Manhã*, com os quais passou a concorrer oferecendo um contraponto à tradicional perspectiva da elite agrária e criando um espaço até então inédito para os clubes populares. E em inúmeras ocasiões, o novo periódico deixava clara sua preferência por eles, ao compreendê-los como os representantes de um legítimo futebol *amador* [grifo da autora], imagem bastante valorizada no universo esportivo.²¹³

Não convém aqui recontar a trajetória desse importantíssimo periódico paulistano, mas cabe ressaltar uma marca inegável no que diz respeito ao seu conteúdo: sua dedicação em disseminar notícias sobre o amadorismo, especialmente, no futebol. *A Gazeta Esportiva* surgiu como um suplemento do diário *A Gazeta*, fundado por Cásper Líbero, em 1918, e desde aquele momento assumiu o papel de “promotora do espaço amador na cidade”²¹⁴. Desta forma, a seção “No Mundo do Futebol Amador” trazia as atividades dos clubes, eventos e jogos que circulavam por toda a cidade. As notas sobre tais eventos eram enviadas pelos próprios representantes dos clubes para que fossem publicadas nos jornais. Por isso, elas,

²¹² Provavelmente, nem mesmo turmas da Europa, pois tal encontro nunca foi registrado pela imprensa e diversas equipes femininas vindas do exterior foram proibidas de se exhibir no Brasil ao longo do vigor da deliberação 7/65.

²¹³ SILVA, Diana Machado Da. No Brasil, jogador de futebol nasce feito. In: SILVA, Diana Mendes Machado da; GIGLIO, Sérgio Settani (Orgs.). **O Brasil e as Copas do Mundo: Futebol, História e Política**. São Paulo: Zagodoni, 2014, p. 31.

²¹⁴ Id. **A Associação Atlética Anhanguera e o futebol de várzea na cidade de São Paulo (1928-1950)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 126.

muitas vezes, referiam-se a pessoas e lugares familiares apenas aos frequentadores dos clubes e bairros em questão²¹⁵.

A Gazeta Esportiva, então, possuía papel central nos registros sobre os fatos, clubes e pessoas da várzea paulistana. Sem eles, todo esse rico universo estaria aprisionado na memória de quem o viveu. De toda a documentação recolhida dos quatro periódicos paulistanos, apenas a *Folha de S. Paulo* possui uma única reportagem sobre as mulheres na várzea. Todas as outras ocorrências constam na *A Gazeta Esportiva*.

Ainda não havia acabado o Mundial do México de 1971, quando houve o anúncio de um próximo jogo de futebol feminino, que era parte de um festival do Benfica de Vila Maria. Dentre os jogos programados estava um entre as moças deste clube contra uma equipe chamada “As Águias”²¹⁶. Já no ano seguinte, foi a vez do time União Democrática da Mooca promover um jogo de futebol feminino dentre aqueles do seu festival. Novamente, a equipe “As Águias” enfrentou uma equipe da Vila Maria, o Flamengo²¹⁷, possivelmente as mesmas mulheres que, outrora, representaram o Benfica. Nos jornais aparecia, por vezes, um time feminino representando clubes diferentes em seus festivais. Dada a escassez da prática, parece pouco provável que houvesse dois times diferentes de futebol feminino no mesmo bairro.

De qualquer maneira, nesses primeiros anos da década de 1970, o futebol feminino na várzea só apresentava-se nesses dois festivais, além daquele time do CA Indiano. Seu retorno às páginas dos jornais só se deu em 1976, com o AA Corinthians do Bom Retiro²¹⁸ que disputaria, num festival, duas partidas (dois finais de semana diferentes) contra um inesperado adversário: a equipe da AD Polícia Militar.

Uma notícia publicada no ano seguinte²¹⁹ dava mais detalhes sobre o clube, descrevendo-o e engrandecendo-o, afirmando que congregava “militares de todos os círculos e civis” e que colocava o futebol feminino dentre as principais atividades promovidas pelo clube, destacando o técnico da equipe, Juba. O time, que pouquíssimas vezes foi derrotado, chamou tanto a atenção que a *Folha de S. Paulo* e *A Gazeta Esportiva* publicaram, em 1979, uma reportagem com o mesmo texto e também na mesma data sobre Juba, que se intitulava “Essas feministas de calção e chuteiras”²²⁰. A matéria relatava o aumento da frequência com

²¹⁵ Ibid., p. 135-137.

²¹⁶ Futebol feminino no festival do Benfica, Vasco e Bandeira Paulista. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 03 jul. 1971, p. 14.

²¹⁷ Festival do União Democrático (Mooca) tem futebol feminino. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 30 jun. 1972, p. 15.

²¹⁸ “Terror da Várzea” está invicto. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 01 set. 1976.

²¹⁹ Atividades da A. D. Polícia Militar. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 02 jul. 1977.

²²⁰ Elas calçam chuteiras. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 15 jan. 1979, p. 02.

que as mulheres vinham ocupando os campos varzeanos e destacava o time da ADPM de maneira ainda mais surpreendente:

“Feministas”? Elas dizem que sim. Querem levar a luta pela igualdade de direitos entre o homem e a mulher até para dentro dos campos de futebol, provando que bola, calção e chuteiras não devem mais ser um privilégio dos marmanjos.

E, ontem, a equipe feminina de futebol da A. D. P. M. (Associação Desportiva Polícia Militar), completou sua trigésima nona partida invicta, ganhando da Portuguesa da Casa Verde com uma goleada: quinze a zero, em jogo de dois tempos de trinta minutos cada um.

A equipe adversária não era lá mesmo muito boa, mas elas garantem que já fizeram partidas muito disputadas e difíceis. Lúcia, uma meia-esquerda dona de um chute muito forte, disse que essa história de que o futebol é um esporte violento demais para ser praticado por mulheres não passa de conversa fiada do inimigo.

- Pratico o futebol porque gosto. Existem muitas outras atividades mais violentas em que a mulher participa sem qualquer preconceito. Por exemplo, já joguei handebol na seleção paulista e acabei trocando esse esporte pelo futebol, depois de sofrer uma contusão violenta. [...]

A equipe da A.D.P.M. pratica futebol há três anos e seu principal objetivo é obter o reconhecimento do futebol feminino junto aos cartolas da C.B.D.²²¹

A última sentença é bastante clara e nos faz ver que, naquele momento, as campanhas em favor do futebol feminino se faziam ver até mesmo dentro de certos círculos militares. Além disso, essa foi a primeira vez em que um jornal dava espaço a uma mulher-futebolista para que ela defendesse sua prática, saindo da norma do discurso masculino sobre o que as mulheres deveriam ou não fazer. O futebol feminino na várzea era uma realidade. Ainda que houvesse grande desequilíbrio entre as equipes já estabelecidas e as que estavam começando, o fato era que as jogadoras ocupavam este espaço e com objetivo e justificativa clara: jogar futebol pelo puro gosto em fazê-lo, sem nenhum outro ganho fora do próprio sucesso esportivo. Mais do que isso: em geral, elas reconheciam aquele ato como uma luta, ainda que esta não fosse uma bandeira para o movimento feminista brasileiro²²².

Na reportagem ficava expressa também a percepção que elas tinham das diferenças entre o discurso e a prática: Lúcia identificava no discurso do “inimigo” que a violência do esporte era a justificativa para a mulher não poder jogar futebol. Ela enxergava a contradição da argumentação, pois, para ela, a realidade era que as mulheres podiam praticar outros esportes tão ou mais violentos e desgastantes quanto o futebol. O que Lúcia contestava era o

²²¹ Essas feministas de calção e chuteiras. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15 jan. 1979. Esporte, p. 02; Elas calçam chuteiras. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 15 jan. 1979, p. 02.

²²² TRALCI FILHO, M. A.; ARAUJO, S. E. C. De. As possíveis relações entre os feminismos e as práticas esportivas. In: RUBIO, K. (Org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 17-42.

discurso associativo entre futebol, masculinidade e violência, que sustentava a premissa da afirmação “futebol é pra homem”.

Esta era a máxima apresentada no título de duas diferentes publicações de *A Gazeta Esportiva*. A primeira enfatizava punições a atletas violentos que vinham sendo aplicadas pela Federação Espanhola de Futebol, pois “Dentro da tese ‘futebol é pra homem’ tem havido exageros e a entidade da Espanha já está tomando medidas”²²³. A outra notícia falava dos atletas contundidos e justificava com todas as letras:

Na verdade, futebol é esporte pra homem. Se as meninas que, de uns tempos para cá, cismaram de calçar chuteiras, vissem de perto as canelas de Gerson, de Rivelino e mesmo do Pelé, desistiriam imediatamente dessa mania de craques de saia. [...]

É esporte pra homem. Belinha não suportaria ver a Lindinha com a perna quebrada, presa ao leito de um hospital. E esta, rezando pra chegar o dia de sair dali e mandar o futebol às favas, enquanto era tempo.²²⁴

Esse discurso promovido nas páginas do diário esportivo era exatamente aquele ao qual Lúcia se referia como “inimigo” da participação das mulheres no esporte. Inferiorizava a capacidade feminina de lidar com a própria dor e a do outro, definindo o futebol como um esporte em que choques e contusões violentas eram frequentes e parte intrínseca. A leitura de Lúcia, segundo ela constituída conforme sua experiência esportiva, desconstruía essa ideia ao apontar a ocorrência da mesma violência em outras modalidades nas quais a presença da mulher não era vista como um problema. Desse modo, a atleta escancarava que os discursos que combatiam a presença feminina no futebol tinham, na verdade, o propósito de dissimular o real intuito de manter este espaço exclusivamente masculino, criando discursivamente a incompatibilidade da mulher com este esporte. No entanto, esta contestação, pode-se dizer feminista, pelas mulheres que jogavam futebol, não era unânime.

No Rio de Janeiro, em matéria publicada no *Jornal do Brasil*, uma das atletas que jogava numa praia da capital afirmava: “[...] a intenção é apenas se divertir, sobre feminismo, ninguém tem opinião definida: ‘Homem não pode ficar sempre na frente, né?’ ou ‘É, eu gosto de fazer algumas coisas que homem faz’.”²²⁵. Quem eram essas mulheres? Jogadoras do Botafogo Futebol Clube e Flamengo Futebol e Regatas, equipes fundadas por duas das moças que jogavam. Todas eram empregadas domésticas. A maioria trabalhava no Leblon. Jogavam às terças após as 23h, pois em algumas casas o jantar era servido tarde. Daí a manchete “O futebol depois da louça lavada”²²⁶.

²²³ Futebol pra homem. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 26 jan. 1972, p. 06.

²²⁴ Futebol é pra homem. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 01 out. 1972, p. 08.

²²⁵ O futebol depois da louça lavada. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 jan. 1976. Caderno B, p. 04.

²²⁶ O futebol depois da louça lavada. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 jan. 1976. Caderno B, p. 04.

Apesar das poucas falas apontarem no sentido da igualdade de gênero, premissa básica e geral do movimento feminista, a jornalista e autora do texto, Mara Caballero, afirmava que as jogadoras não tinham opinião formada sobre feminismo. Isso porque, diferente das atletas da ADPM entrevistadas pela *Folha de S. Paulo*, as cariocas não possuíam um vocabulário que falasse em luta, feminismo ou igualdade de direitos. As mulheres da ADPM certamente possuíam certo grau de alfabetização, afinal ocupavam postos em organizações militares e lidavam direta ou indiretamente com movimentos sociais diversos, dentre os quais o feminista. Além disso, eram membros de organizações tradicionalmente masculinas e, provavelmente, eram questionadas em seu trabalho sobre o fato de serem mulheres, tendo a todo o momento de deferir sua qualidade em uma profissão que envolvia violência e exigia, dentre outras qualidades, força, resistência física e bravura. Combatiam diariamente o discurso que definia a incompatibilidade delas com os atributos entendidos como masculinos. Por sua vez, as empregadas domésticas, provavelmente, não possuíam um grau de alfabetização muito alto, além de trabalharem numa das raras profissões vistas como exclusivamente feminina - por isso mesmo, desvalorizada, mesmo que tal definição ocultasse a necessidade de resistência física que tal ofício exige. Por essas razões, provavelmente identificava-se o discurso da igualdade de gênero nas falas de moças da ADPM e não das jogadoras da praia.

De qualquer maneira, destaca-se o fato de que nenhuma delas se encaixava na já antiquada imagem de mulher como aquela reclusa ao espaço doméstico e dedicada à família. Em ambos os casos, elas não só trabalhavam como também se envolviam em times de futebol por iniciativa própria, mostrando-se independentes e sem qualquer restrição a expor seus corpos femininos fora do espaço privado. Nesse aspecto destaca-se o contraponto com o CA Indiano, cujas mulheres jogavam futebol apenas dentro do clube, por iniciativa de um homem de dentro do mesmo e nunca expondo seus corpos no espaço público, tão somente dentro de um local cujo acesso era controlado e onde sequer enfrentava-se outras equipes. Já a ADPM não só se engajou em campeonatos e festivais, como também fazia questão de publicar nas notas do “No mundo do futebol amador”, da *Gazeta*, suas atividades relacionadas ao esporte feminino. É realmente surpreendente que a corporação que seria responsável por impedir que jogos de futebol entre mulheres ocorressem acabasse por promovê-los dentro de sua Associação. E mais: posicionava-se abertamente contra uma resolução federal. Vale destacar que, conforme destacou a nota do clube, faziam parte dele pessoas de todos os círculos militares, não apenas da polícia paulista. Possivelmente, pessoas mais próximas do poder central também circulavam por ali.

Conforme aponta Diana M. M. Silva sobre a dinâmica de publicação de notas dos times de futebol amador na *A Gazeta Esportiva*, feitas por iniciativa das equipes ou de seus clubes e associações, faz-se crer que de maneira consciente e intencionada a ADPM publicava a existência de seu time e sua força. Nesses anos todos registravam-se pouquíssimos resultados que não de vitória quando se tratava de notícias sobre a equipe. Para que tal time pudesse existir, porém, havia uma única nota afirmando que todos os seus jogos eram em benefício de alguma instituição²²⁷. Isso ocorria de quando em vez para ludibriar as autoridades e aliviar eventuais pressões que o clube pudesse sofrer. Além disso, é notória a ausência da ADPM em festivais e competições a partir do momento em que eles passaram a ocorrer de maneira mais frequente. Participavam eventualmente, sendo mais um indício das prováveis pressões com as quais tinham de lidar dentro e fora da associação.

A equipe que, juntamente com a ADPM, teve maior número de notas publicadas nas páginas da seção “No mundo do futebol amador”, de *A Gazeta Esportiva* foi o Cafum FC. Ao contrário das demais equipes que eram versões femininas de clubes onde já se praticava o futebol masculino e em que as notícias sobre a equipe de mulheres integrava parte das demais atividades das associações, tudo indica que o Cafum era um clube exclusivamente de futebol feminino. Todas as notas da equipe eram sobre o futebol praticado por mulheres. Os jogos aconteciam quase todos os finais de semana. Esta foi uma equipe que, mais do que participar de torneios e copas, se destacava pelas excursões. O Cafum enfrentou equipes de diversas regiões do interior de São Paulo, além de times de outros estados, como Minas Gerais²²⁸ e Paraná²²⁹, permitindo, até certo ponto, um mapeamento das cidades em que esse esporte era praticado.

Os jornais não informavam muito mais do que isso sobre o Cafum. Nas notas se publicava que o clube era do bairro do Carandiru. Não se sabe se era uma dissidência de alguma associação da região. Fato era que o Cafum – cujo nome significava “Com Amor Faremos a União Mundial”²³⁰ – foi organizador de diversos torneios e festivais de futebol feminino a partir de 1976. Certamente a equipe fez crescer o interesse pelo futebol de mulheres na zona norte da cidade, pois dali saíram muitas outras.

Os times estavam, em geral, localizados nas zonas norte e leste da capital ou em outras cidades da Grande São Paulo e interior²³¹. Como não poderia deixar de ser, porque essas

²²⁷ Futebol feminino na ADPM. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 27 jan. 1979, p. 20.

²²⁸ Atividades do Cafum FC (Carandiru). *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 18 nov. 1978, p. 20.

²²⁹ Cafum FC (Carandiru) em destaque. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 15 fev. 1979, p. 22.

²³⁰ Futebol feminino no Carandiru. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 13 mai. 1977.

²³¹ Cf. ANEXO A: Tabela de equipes de futebol amador (1965-1983)

regiões eram menos afetadas pela intensa urbanização que vinha destruindo os espaços do futebol amador em São Paulo. Ademais, o número relativamente alto de equipes no interior pode apontar para uma menor atuação dos órgãos de repressão e menos probabilidade de atuação do CND.

Com todos esses apontamentos, nuances e significados que permeavam a várzea, ainda assim, fica a pergunta: por que o CND não interveio para impedir esses jogos em plena capital paulista, com anúncio, organização, inscrição e público publicados na imprensa? Todas as respostas giram em torno de um mesmo tema: o futebol amador. Este não era alvo de grandes preocupações do CND e por isso era menos controlado pelo órgão. Grande evidência desta afirmação fica por conta da análise da sua intervenção nos clubes. Como se viu, caso do Corinthians de Vicente Matheus que, mesmo após a permissão do futebol feminino, mas antes de seu reconhecimento como esporte, sofreu com as investidas do CND. Isto é, ainda que a prática do futebol pelas mulheres viesse aumentando em outras partes do mundo e a FIFA viesse sinalizando no sentido de integrar o futebol feminino aos seus quadros, isso não alterou o comportamento do CND com relação à sua prática pelas mulheres dentro dos clubes. A preocupação do órgão era com a repressão do futebol feminino inserido no espaço de tradição masculina profissional.

O futebol profissional masculino era, por excelência, um espaço de poder, o esporte nacional. Por isso, ocupava muitas páginas dos jornais, muito tempo nas rádios e até nas televisões. Isso fazia com que os clubes, as cores, os jogadores, os treinadores e tudo aquilo que o cercasse se constituísse numa referência, fosse de comportamento, moda, estilo, idolatria e até política. O futebol profissional masculino tinha uma grande penetração social no sentido de produzir referências, questões e debates. As mulheres não poderiam ocupar esse lugar. Era poderoso demais para que os homens cedessem ou compartilhassem com elas. O futebol amador, não. Ele era, por definição, marginalizado, assim como, em geral, as mulheres na sociedade. Portanto, ali a prática do futebol por elas não era vista como uma contravenção da norma social. Tudo estava em seu lugar.

Os clubes de futebol amador geralmente estavam associados a uma comunidade formada pelos moradores de um determinado bairro que o haviam fundado. Fora dessa norma, destacavam-se os times de fábrica, formados pelos funcionários (no caso, funcionárias) destas. A localização desses clubes e a tradição dos times de fábrica apontavam para uma associação, pelo menos no que diz respeito aos anos 1970, entre os clubes de futebol amador e as regiões periféricas da cidade. Nesse sentido, não eram as classes mais abastadas que circulavam pelos campos da várzea. Retoma-se aqui o futebol das empregadas no Rio de

Janeiro. Assim como elas, essas mulheres tinham permissão social para que seus corpos ocupassem o espaço público, afinal já faziam parte dele desde quando adentraram o mundo do trabalho²³². A várzea, em si, era vítima de um processo de marginalização, seja geográfico, social, ou ainda no que diz respeito aos significados atribuídos a ela. As mulheres que jogavam futebol na várzea, assim, não representavam nenhum tipo de perigo para a moralidade, pois não pertenciam à classe daquelas que tinham de ser resguardadas e nem rivalizavam com os homens nos clubes, um espaço onde o futebol recebia seu status como “esporte”, profissional e da nação. Mesmo na várzea, em nenhum momento o futebol amador feminino era valorizado segundo a formação de um “celeiro de craques”, tal como no futebol masculino, onde os boleiros de hoje eram vistos como possíveis craques de amanhã. Para as jogadoras não havia nenhuma expectativa de profissionalização. Assim, a elas era permitida a prática do futebol com caráter de lazer, desde que no espaço visto como adequado para aqueles corpos: a várzea.

No quadro do “mundo do futebol amador”, o futebol feminino não ocupava o mesmo espaço que as equipes masculinas. Havia um número muito mais diminuto de equipes e não faziam parte da formação de um “celeiro de craques”. Mesmo assim, as boleiras pouco a pouco eram reconhecidas pelo público e pelo bom “fator técnico”²³³; suas equipes e treinos eram retratados em imagens que legitimavam sua prática esportiva²³⁴ e eram premiadas dentre os “bambas da várzea”, admitidas como boas jogadoras pelos contrerrôneos do futebol varzeano e, assim como os homens, mantinham suas vidas no trabalho²³⁵. Elas tampouco deixavam de exercer seu papel como mães e filhas, inclusive era grande a presença de jovens moças, de 15 e 16 anos²³⁶. Uma das estrelas do Cafum, Roselaine Garcia, vulgo Perereca, filha do presidente do Cafum²³⁷, era parabenizada, em outubro de 1980, por completar 12 anos, “pequena na idade e também no tamanho, mas grande craque de bola”²³⁸. Provavelmente, a maioria dessas mulheres acompanhava seus maridos, pais e tios aos jogos e, aos poucos, com a criação das equipes femininas, passaram a se ocuparem para além da torcida. Nesse sentido, por exemplo, a *Gazeta Esportiva* destacava a premiação da vice-presidente do Cafum, Terezinha de Souza Garcia, “esposa do popular Carneiro”, Walter

²³² Cf. RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 578–606.

²³³ Futebol feminino no Carandiru. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 13 mai. 1977.

²³⁴ Cf. ANEXO B: Imagens das equipes e atletas do futebol amador (1965-1983).

²³⁵ Bambas da várzea. **Gazeta Esportiva**. São Paulo, 06 nov. 1982, p. 18;

²³⁶ Mulher: o amor em campo. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 25 jul. 1981, p. 44. Também se refere a “jovens futebolísticas” em: Atividades da A. D. Polícia Militar. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 06 mai. 1977.

²³⁷ C. C. A. A. Guapira nos 62 anos. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 07 out. 1980, p. 22.

²³⁸ Cafum F. C. informa. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 18 out. 1980, p. 23.

Garcia, presidente da mesma equipe²³⁹ e o bom futebol das duas filhas e da esposa de Juba, treinador da ADPM²⁴⁰.

A várzea foi um dos espaços ocupados pelas mulheres para a prática do futebol, inclusive, sem a insistência das restrições do CND. Isso não quer dizer que o faziam sem resistências ou que ocupavam nos jornais e nas vivências o mesmo patamar de valorização da prática dos homens. Por vezes, o estranhamento à prática deste esporte por elas produzia signos linguísticos, tal como as inúmeras vezes em que se utilizavam as aspas em feminino para designar suas equipes, o gênero dos torneios e da modalidade por elas praticado. Havia a preocupação em valorizar seus corpos dentro dos padrões do que se entendia como feminino, mencionando-as como “beldades na passarela do estádio”²⁴¹ ou o seu futebol como próprio “entre o sexo-frágil”²⁴².

De acordo com Foucault, o poder é algo difuso, não havendo um local exclusivo do qual emana. Ele é estabelecido nas relações, em seu exercício, e é fruto de conflitos e resistências. Para ele, a regulamentação sobre o corpo do indivíduo e suas práticas se daria, então, não somente através de proibições estatais, mas também de acordo com os discursos produzidos conforme os interesses dos grupos detentores do poder e, por isso, de maneira a tornar as práticas corporais úteis aos seus objetivos e projetos. Sob esse olhar, pode-se considerar que as jogadoras de futebol eram enquadradas na ideia de que jogavam por “amor”, atributo valorizado pelo futebol amador, porém não eram vistas como futuras craques de bola profissionais.

Fora da várzea, no mundo esportivo internacional, em 1979, a FIFA dava sinais claríssimos que reconheceria o futebol feminino. No Brasil, as mulheres jogavam futebol, não só nas inaugurações e de maneira beneficente, também pelo próprio prazer de fazê-lo. Isso principalmente em São Paulo, na várzea paulistana, nas praias e nos espaços amadores do interior. A deliberação N°7/65 proibia às mulheres a prática de diversos esportes, não apenas o futebol, mas processos de internacionalização e a prática efetiva deste e de outras modalidades por elas contribuíram para que, no dia 21 de dezembro de 1979, essa resolução fosse, finalmente, derrubada:

Deliberação número 10/79 – Baixa instruções às entidades desportivas do país, para a prática de desportos pelas mulheres.

²³⁹ Cafum do Carandiru em manchete. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 12 dez. 1979, p. 27.

²⁴⁰ Elas calçam chuteiras!. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 15 jan. 1979, p. 02; C. C. A. A. Guapira nos 62 anos. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 07 out. 1980, p. 22.

²⁴¹ Futebol feminino no pari. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 15 dez. 1976.

²⁴² Futebol feminino no água rasa. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 28 mar. 1978.

O CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas [...]

DELIBERA:

01. Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação.

02. A permissão a que se refere o item 1, desta deliberação, só é aplicável quando a entidade internacional realizar a prática do desporto pelas mulheres, em seus campeonatos ou torneios oficiais.

03. As entidades máximas dirigentes dos desportos no país poderão estabelecer condições especiais para a prática de desportos pelas mulheres, tendo em vista a idade ou o número incipiente de praticantes em determinada modalidade, observadas porém as regras desportivas das entidades internacionais.

04. No caso de desporto, que ainda não seja praticado no Brasil ou que não seja dirigido por entidade internacional, a entidade dirigente no Brasil, deverá solicitar ao CND a devida autorização, para que possa ser praticado pelas mulheres.

05. A participação de mulheres e homens em provas ou competições mistas, só será permitida nas condições também permitidas pelas entidades dirigentes internacionais, nos seus campeonatos ou torneios oficiais.

06. A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Deliberação número 07/65.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 1979.

Nelson Mallemont Rebello Filho

Vice-Presidente no exercício da Presidência²⁴³

²⁴³ Brasil, Conselho Nacional de Desportos. **Normas Básicas sobre Desportos**. Deliberações 1979. Rio de Janeiro, 1981.

Capítulo 3: O futebol clandestino

FIFA VAI PROMOVER MUNDIAL FEMININO

O dirigente Abílio de Almeida, integrante do comitê executivo da FIFA, confirmou ontem a disposição do presidente do organismo mundial, João Havelange, de promover, brevemente, um campeonato mundial de futebol feminino. Embora seja proibido no Brasil, o futebol feminino vem sendo difundido com grande aceitação por parte das atletas e do público na Europa. E como está sendo explorado por empresários a ideia da FIFA é de organizar a competição a fim de legitimá-lo e ter controle de seu exercício. O assunto será discutido no próximo mês [...]²⁴⁴

O texto acima data de 1981, ou seja, é posterior à deliberação que derrubou a proibição do futebol feminino. No entanto, afirma-se nele o contrário. Uma reportagem da *Folha* esclareceu a questão explicando que “[...] Há três anos o CND baixou uma deliberação (10/79) revogando uma anterior (007/65) que proibia o futebol feminino no Brasil, mas procurando passar o assunto para a Fifa.”. Segundo a notícia, esse procedimento foi tomado, pois no item um da Deliberação 10/79, instruía-se que “Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação.”. No entanto, no item quatro da mesma Deliberação, afirmava-se “No caso de desporto, que ainda não seja praticado no Brasil ou que não seja dirigido por entidade internacional, a entidade dirigente no Brasil, deverá solicitar ao CND a devida autorização, para que possa ser praticado pelas mulheres.”. Assim, concluía a *Folha*:

O CND prefere ficar na expectativa de um pronunciamento oficial da Fifa com relação ao Brasil e a outros países – pronunciamento que é aguardado para breve, pois recentemente a Fifa autorizou e reconheceu o Campeonato Europeu de Futebol Feminino patrocinado pela União Europeia. [...]

Por sua vez, a CBF não parece muito interessada em apressar uma solução junto ao CND ou à Fifa, apesar de o próprio João Avelange presidente da entidade internacional, ter feito recentemente um apelo para que todas as confederações regulamentem e oficializem o futebol feminino, pois pretende promover um campeonato mundial da modalidade dentro de dois anos, com oito seleções convidadas.²⁴⁵

A deliberação Nº 10/79 é muito clara em sua intenção: não desejava colocar entraves na internacionalização do esporte brasileiro. No entanto, enquanto não existisse a expectativa de que os esportes femininos participassem de competições de nível mundial e projetassem internacionalmente o Brasil, não interessava às instituições normatizadoras do esporte brasileiro regulamentá-los ou incentivá-los. Assim, o futebol feminino não era mais proibido

²⁴⁴ Fifa vai promover mundial feminino. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 20 ago. 1981, p. 09.

²⁴⁵ Mulheres só esperam o sinal verde da FIFA. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 ago. 1982. Local/Educação/Interior, p. 13.

por nenhuma lei, decreto ou deliberação de qualquer instituição governamental, mas por não ser oficialmente gerido, no caso pela FIFA, não era reconhecido e regulamentado pelas autoridades esportivas nacionais e, por isso, não chegava aos clubes. Foi justamente nesse período que Vicente Matheus tentou criar uma equipe corintiana feminina, porém foi repreendido pelas autoridades esportivas²⁴⁶. O fato de o Corinthians ter um time feminino chamou a atenção a ponto das atletas serem convidadas para participar da estreia de um programa da TV Record²⁴⁷. Essa exposição fez com que o CND também viesse a saber da existência do time, levando ao desligamento das atletas do clube que, mesmo assim, continuou treinando num parque da zona leste, sob o nome de Corinthians do Parque²⁴⁸.

O interesse de Havelange em promover um Mundial feminino foi noticiado pela primeira vez em 1981, pelo jornal *A Gazeta*, que abre esse capítulo, e foi reiterada por diversas outros jornais, dentre os quais se destaca a *Folha*:

ELAS QUEREM TOCAR BOLA

No Brasil, pelo menos oficialmente, o futebol entre mulheres é proibido. Enquanto isso, João Havelange, um brasileiro que preside a FIFA revela sua disposição em de organizar a Copa do Mundo de Futebol Feminino. Assim, abre-se a possibilidade que a moda pegue por aqui. E, para isto, certamente, devem estar torcendo os jogadores da seleção brasileira, que na véspera do recente amistoso contra a Alemanha em Stuttgart, “babaram no colarinho” ao ver belas meninas que se preparavam para uma partida, no campo de treinamento próximo ao hotel onde estavam concentrados.²⁴⁹

O texto revela, não apenas a intenção de Havelange em “expandir” os negócios da FIFA, mas a maneira como seriam tratadas as mulheres-futebolistas que estavam surgindo: como belos corpos voltados para a admiração masculina. Esta abordagem garantiria que o futebol feminino não realizasse seu “potencial subversivo” no que diz respeito ao entendimento de seu espaço como masculino. A linguagem utilizada pela imprensa para referir-se a ele sempre reafirmava os estereótipos de feminilidade e do lugar da mulher na sociedade, assim como reforçava o público do futebol como masculino e heterossexual. Adjetivos como “graça”, “beleza”, “elegância”, “charme” e “delicadeza” eram constantemente utilizados nas reportagens que circulavam no período. Isso não quer dizer, contudo, que socialmente não se rotulasse de lésbicas as mulheres que praticavam o futebol. Em entrevista à *Folha*, o atleta do Corinthians, Casagrande, ao responder se São Paulo era

²⁴⁶ O movimento pela legalização. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 10 jan. 1982, p. 42.

²⁴⁷ Destaques na televisão. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 20 ago. 1981. Ilustrada, p. 06.

²⁴⁸ Mulher: o amor em campo. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 25 jul. 1981, p. 44.

²⁴⁹ Elas querem tocar bola. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 31 ago. 1981. Esporte, p. 02.

uma cidade preconceituosa, utilizou a associação das atletas do futebol com a homossexualidade para exemplificar o preconceito paulistano²⁵⁰.

As mulheres que jogavam futebol, nesse período, preocupavam-se muito em negar a masculinização, justamente como uma maneira de desconstruir esse princípio do futebol feminino como esporte homossexual. Para tanto, muitas vezes afirmavam estereótipos de feminilidade. A imprensa, por sua vez, além de reforçar os padrões de gênero, passou a promover a objetificação e a erotização dos corpos das atletas. A *Placar* trouxe diversas opiniões sobre a possível regulamentação do futebol feminino, que expressavam os discursos que rondavam a questão naquele momento. Até mesmo por ser colunista da revista, o primeiro a falar foi João Saldanha, que qualificava o futebol feminino como “híbrido”: “[...] não tem nem a graça feminina, nem a virilidade masculina que caracteriza o futebol [...]”²⁵¹. Outra figura interpelada sobre o assunto foi, justamente, o então presidente do CND, General César Montagna - quem inclusive tinha uma filha, Noêmia Montagna, que jogava futebol. Ele foi também taxativo: “[...] a qualidade do espetáculo é sempre baixa: elas são duras de cintura [...]”²⁵². Fica a questão se essa era uma característica da equipe em que jogava a filha do General, ou se ele nunca tinha ido assistir a um prélio de Noêmia.

A fala de Montagna chegava a ser contraditória. Quer ele tivesse ido ou não a jogos da filha, o fato é que a “dureza da cintura” era uma crítica socialmente associada aos homens que não sabiam dançar, sendo essa uma habilidade feminina. Para o General, então, a “cintura solta” era característica do futebol, associada, portanto, aos homens e à masculinidade. Ainda seguindo a lógica das dicotomias da época, a dança como atividade socialmente associada às mulheres e à feminilidade, não requeria “cintura solta”, pois essa era característica masculina para a prática do futebol. O presidente do CND não era, no entanto, o único a colocar-se em contradição para os mais atentos. Afinal, com o suposto fim da proibição do futebol feminino que mostrou ter sido mantido com outras palavras, vivia-se um momento de acirramento dos discursos. Nessa toada, a *Folha* publicou em “Boas de bola, com muita arte” um texto que desconstruía aquelas primeiras ideias para justificar a proibição do futebol feminino, que eram baseadas no discurso médico:

Pesquisas recentes sobre as diferenças físicas e atléticas entre homens e mulheres mostram que, em certos aspectos, as mulheres podem ser muito mais resistentes que os homens. Há algumas evidências que a resistência feminina pode ser igual ou talvez superior à dos homens. O corpo feminino é constituído de tal maneira que alguns dos órgãos principais se encontram mais protegidos contra lesões. Os

²⁵⁰ Casagrande quer maior área verde e rios mais limpos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15 nov. 1982, p. 22.

²⁵¹ As mulheres atacam. **Placar**. São Paulo, n. 592, 18 set. 1981, p. 32.

²⁵² *Ibid.*

ovários, por exemplo, ficam dentro da cavidade pélvica, portanto, muito bem protegidos. Também não é correta a idéia de que outros elementos da anatomia feminina tornem as atletas mais vulneráveis. A suspeita de que as graves batidas possam provocar câncer no seio não tem qualquer fundamento. Os seios são menos suscetíveis de serem machucados que os joelhos ou os cotovelos, sejam masculinos, sejam femininos, e o velho conceito de que as mulheres, em certos dias do mês, não estão em pleno vigor físico, não é verdadeiro, pelo menos no que diz respeito às atletas. Recordes mundiais e olímpicos têm sido batidos em todas as fases dos ciclos menstruais.²⁵³

Alguns meses depois, a *Folha* voltava à questão, desta vez com foco no judô feminino, mas deixando escapar uma breve comparação com o futebol:

A exemplo do futebol feminino e outros esportes, as mulheres brasileiras entraram no judô enfrentando preconceitos, como opiniões de que é um esporte violento que pode masculinizá-las.

Uma das opiniões, inclusive, partiu do médico Mário Pini, professor de Medicina da USP, que foi atleta olímpico e integrante das cinco últimas delegações do Brasil em Olimpíadas.

“Acho que a mulher deveria evitar esportes de excessivo contato físico. Nessas condições ela fica muito exposta a traumatismos e seu organismo, queiram ou não, é mais delicado que o do homem. Também a maratona, pelo enorme esforço físico, o pólo aquático, o handebol e o futebol, pelo excessivo contato corporal, são perigosos para a mulher, que tem órgãos genitais muito sensíveis. Um golpe mal dado, por exemplo, que acerte o seio, poderá, anos depois, provocar um câncer de mama.”²⁵⁴

Fica claro, ao comparar as duas reportagens, que uma nega exatamente o que a outra havia outrora afirmado. Mais grave é o fato de que, se na primeira não havia um argumento de autoridade, apenas o termo vago “pesquisas recentes”, na segunda, que se opunha ao engajamento feminino em certas modalidades, estava a afirmação de alguém cuja imagem era construída como grande autoridade na matéria, tanto do ponto de vista intelectual, quanto em termos de experiência de vida. Ou seja, mesmo mais de 40 anos depois do decreto-lei do regime estadonovista, ainda havia médicos repetindo argumentos muito semelhantes (senão os mesmos) sobre as relações entre esporte e corpo feminino, a despeito das mudanças pelas quais a sociedade passava. Além disso, o próprio jornal construía a reportagem de maneira que o leitor se tornasse mais inclinado a opor-se à prática do futebol feminino, concordando com a opinião referendada por uma autoridade no assunto, mais do que as “vagas pesquisas recentes”, que apoiavam a prática do futebol pelas mulheres. Pode ser que o médico em questão nunca tivesse feito qualquer estudo sobre o assunto e fosse de uma área da saúde em nada relacionada com a questão, porém o fato é que sua visão sobre o assunto era qualificada como a de um especialista de alto nível.

A *Folha* não era a única a construir um debate que pode ser visto como tendencioso. Na mesma reportagem da revista *Placar*, em que os opositores do futebol de mulheres eram

²⁵³ Boas de bola, com muita arte. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 04 jul. 1982. Mulher, p. 11.

²⁵⁴ Moças lutam contra preconceito. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 05 set. 1982. Local/ Educação, p.10.

grandes autoridades socialmente reconhecidas como tais, o primeiro sujeito apresentado como seu defensor era Reinaldo, visto como um rebelde do futebol²⁵⁵ e cuja posição era logo rechaçada por um colega de profissão e outros indivíduos do mundo do futebol:

mas essa [de Reinaldo] é uma visão liberal demais para os padrões conservadores do zagueiro do Bangu, Moisés, que decreta:

- Mulher que se preza não fica correndo atrás de bola, tem outros afazeres mais importantes e atraentes.

Rução, chefe da Folgada, torcida organizada do Botafogo, vai além:

- Mulher não nasceu para isso. Fica uma coisa horrível, sem graça. Além disso, já pensou depois do jogo a gente ter que abraçar mocinhas cheias de músculos? Pra mim, mulher tem que ser feminina – não deveria nem jogar voleibol, nem basquete, quanto mais futebol [...] ²⁵⁶

Como se não bastasse a apresentação de um único sujeito do mundo do futebol profissional que era favorável à prática feminina em meio a tantos opositores e, taxado de rebelde e “liberal demais”, a revista somava a este coro atletas do sexo feminino:

Que Rução, em seu visceral culto ao machismo, pense assim, é compreensível. Mais estranho é que se encontre aliados entre mulheres que sempre praticaram esporte. Uma delas é Regina Uchoa, campeã sul-americana pela Seleção Brasileira de voleibol:

- Futebol é esporte pra homem, fica estranho ver as mulheres querendo imitar os nossos craques. Na melhor das hipóteses serão acusadas de homossexuais.

Célia Regina, também da Seleção de vôlei, completa:

- O contato direto corpo-a-corpo torna o futebol um esporte muito violento. E eu não tenho temperamento para levar uma trombada ou uma pernada e ficar calada. Se sou agredida, parto logo para o revide. ²⁵⁷

Da argumentação das próprias mulheres, praticantes de outro esporte socialmente aceito em sua versão feminina – apesar de opiniões como a de Rução que vedava a prática por parte delas de qualquer esporte –, destacavam-se dois aspectos: o primeiro era a estereotipação da mulher futebolista como homossexual. O segundo é bastante curioso. A justificativa de Célia Regina para que a mulher não pudesse jogar futebol era justamente a violência inerente ao jogo e a possibilidade de revide, pelo menos no caso dela. Ou seja, ela desconstruía a ideia sobre o feminino como sinônimo de amorosidade, compreensão e paciência, ao afirmar que criaria tumulto se jogasse futebol. Na visão da voleibolista, então, o homem teria “temperamento” com características de tolerância, controle e racionalização, somadas à sua capacidade e adaptação às formas violentas de esporte, porque mais fortes do

²⁵⁵ COUTO, E. A esquerda contra-ataca: rebeldia e contestação política no futebol brasileiro (1970-1978). **Recorde: revista de história do esporte**. UFRJ: Rio de Janeiro, jun. 2010. v. 3, n. 1. Disponível em: <http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV3N1_2010_12.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

²⁵⁶ As mulheres atacam. **Placar**. São Paulo, n. 592, 18 set. 1981, p. 32.

²⁵⁷ *Ibid.*

que as mulheres, mais passionais e descontroladas, desacostumadas à violência. Se isso não fosse verdade, para a atleta todos os jogos acabariam em pancadaria.

Ao pensarmos o argumento de Célia Regina e do General Montagna a respeito da “dureza de cintura” feminina, fica claro que as características essencializadas como masculinas ou femininas não corresponderiam com a realidade e que eram modificadas conforme o interesse do discurso produzido nas relações de poder, de maneira a perpetuar certos grupos como seus detentores. Desta maneira, vê-se que o futebol não é um esporte cujos requisitos são inerentes ao homem ou a mulher, mas sim ao indivíduo que o pratica, independente da identidade de gênero. Um texto do jornalista José Silveira, publicado na *A Gazeta Esportiva*, contribuiu com a desconstrução desses estereótipos que circulavam na época, a despeito de criar outros para substituí-los:

Sabemos de algumas coisas que as mulheres fazem e os homens não. Ignoramos, porém, as coisas que só os homens fazem. Algumas mulheres sustentam famílias e vão às guerras melhor do que os homens. Uma certa superioridade física, porém, há milênios vem nos iludindo sobre o que se convencionou chamar à nossa classe de sexo forte, injustiçando nossa companheira com a vã e vil qualificação de sexo frágil.

Vou escrevendo estas singelas ideias no momento grave e belo em que as mulheres se preparam para conquistar também um espaço nos estádios onde se joga futebol. Tenho visto, na televisão, algumas partidas femininas e confesso que sob vários aspectos o espetáculo é melhor que o oferecido pelos marmanjos. Há menos pontapés, sendo o jogo das mulheres mais limpo, é por consequência mais técnico e muito mais bonito. A bola corre mais. E como o futebol é, acima de tudo, um jogo de inteligência, e a mulher é inteligentíssima, já podemos prever em cinco ou dez anos as distintas senhoritas jogando em estádios cheios sob o patrocínio da FIFA. João Havelange é o maior incentivador da oficialização. [...]

A mulher é, pois, mais sociável, convive melhor, e daí Victor Hugo haver-se inspirado na maravilhosa aura feminina para proclamar : “o homem é a catedral; a mulher é o altar. Diante da Catedral, nos descobrimos; diante do altar nos ajoelhamos.”

Um futebol divino, quase alado, é o que se espera das mulheres brasileiras. [...] Intuição, habilidade, astúcia e bravura. Eis quatro predominâncias, nitidamente do caráter feminino e que, colocadas a serviço do futebol, poderiam reinventar este jogo em dimensões admiráveis. Quantos Sócrates, Falcões, Maradonas e Pelés andarão perdidos por aí porque se convencionou supor que o futebol é jogo para machos.²⁵⁸

Silveira questionava de maneira franca e aberta o termo “sexo frágil”, muito corrente até então. Em seu lugar, ele elaborava uma imagem de louvação às mulheres, inteligentes e capazes de um futebol “divino”, com “intuição, habilidade, astúcia e bravura”. Quando confrontado ao texto de Célia Regina, percebe-se que os atributos femininos por ele valorizados para a prática do futebol não eram corriqueiros. Pode se dizer que o autor produzia este efeito ao romper com a imagem mais difundida do futebol como esporte que exigia força, capacidade física, corpos robustos e valentes, capazes de tolerar a agressividade

²⁵⁸ O belo futebol das mulheres. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 25 ago. 1982, p. 02.

inerente a ele. Para o jornalista, uma bela partida teria “menos pontapés”, mais técnica, pois este esporte seria “acima de tudo, um jogo de inteligência”. Em termos de inversão, com relação ao que tradicionalmente se entendia como características inerentes a corpos masculinos e femininos, Silveira recolocava a bravura como qualidade do jogo feminino. Assim, mesmo a argumentação que buscava ser favorável às mulheres e ao seu futebol, acabava por utilizar do mecanismo da naturalização do feminino, do masculino e do futebol para criarem outros padrões. Ao romper com a essencialização do futebol como esporte viril, Silveira conseguia adaptar qualidades tidas comumente como femininas à valorização da sua prática.

Nesse artigo, também era possível perceber a importância que teve o fato de alguns jogos, ainda que pontuais, terem sido televisionados, ampliando o público e contribuindo para a quebra de preconceitos no que diz respeito à habilidade das mulheres para o futebol. Ainda sim, esta é uma fala vinda de um espectador masculino, cabendo ouvir o que as próprias mulheres tinham a dizer sobre o assunto.

Neneca, presidente e treinadora do Corinthians do Parque – aquela antiga equipe promovida por Vicente Matheus - concedeu entrevista a *A Gazeta Esportiva*, na qual se percebe seu grande esforço em afirmar a feminilidade das praticantes do futebol:

Existe uma velha máxima: o futebol é jogo pra homem. E daí?

“E daí? Ora, novela é uma coisa de mulher... mas vejo meus amigos, meu namorado, namorados e maridos de amigas, assistindo as novelas. Colados na televisão”. [...]

É um movimento feminista?

“Não. Sou contrária a movimentos feministas. Adoro sair com o meu namorado, faço questão que ele abra a porta do carro, fico feliz quando ele acende meu cigarro. Sou romântica, aprecio ver a lua. Mas adoro o futebol”. [...]

Quantas moças participam deste time?

“São 18 moças. Era Sport Clube Corinthians – feminino, mas tivemos que mudar para Corinthians do Parque. Duas moças são casadas e com filho, as outras namoram e muito. No início alguns namorados tentaram impedir que as moças jogassem, mas hoje eles permitem e tudo bem.”. [...]

E os comentários de que as mulheres que jogam futebol são masculinizadas?

“Tudo que é proibido geralmente gera todos os tipos de comentários. No Corinthians do Parque não há moças masculinizadas. Uma vez desconfiei de uma moça e resolvi afastá-la da equipe. Aqui existem meninas de 15 e 16 anos e levo muito a sério o ambiente. Quero um ambiente saudável.”.²⁵⁹

Diversas questões importantes aparecem nas respostas dadas por Neneca. Na primeira, chama à atenção a maneira com que ela escolheu contra argumentar sobre a máxima “futebol é pra homem”. Ela não desconstruía a ideia de que havia “coisas de homem” e “coisas de

²⁵⁹ Mulher: o amor em campo. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 25 jul. 1981, p. 44.

mulher”, apenas ressaltava que existiam aquelas que gostavam das primeiras, assim como havia homens atraídos pelas segundas. Isso já demonstrava a sua dificuldade em refletir fora da norma binária de gênero. Na segunda pergunta, Neneca negava qualquer possível aproximação de seu trabalho com o movimento feminista, demonstrando certo preconceito sobre o feminismo e as feministas, generalizado na época. Em sua lógica, uma mulher romântica e que gostasse de gentilezas não poderia ser feminista. A terceira pergunta apresentava uma resposta intrigante: o jornalista apenas pedia a quantidade de moças que jogavam ali e a entrevistada, de saída, afirmava quantas eram casadas e tinham filhos, afirmando que *todas* namoravam “e muito”. É evidente que aqui, assim como anteriormente, ela buscava quebrar com aquilo que Casagrande havia denunciado: a associação entre mulheres que praticam o futebol e a homossexualidade. Isso pode ser intuído na última resposta, em que afirmava que afastou uma moça de quem teria “desconfiado”. Não esclarecia que desconfiança era essa, mas no conjunto do texto esta se descortinava: era de que a moça fosse homossexual e, portanto, inviabilizaria a manutenção de um “ambiente saudável”, em especial para as mais jovens. Ainda que todas namorassem. “E muito”.

A necessidade constante da afirmação de feminilidade das mulheres que jogavam futebol, nesse período, remete ao estudo de Judith Butler, *Problemas de Gênero*²⁶⁰. Dentre as reflexões trazidas pela autora nesta célebre obra, ela aponta a existência do problema identitário que se põe ao movimento feminista, ao se tentar definir quem seria o sujeito por ele representado, pois necessariamente a eleição de uma categoria acabaria por deixar de fora outras formas de ser mulher. Neneca segue a mesma lógica: ao dissociar a prática do futebol feminino da homossexualidade e da masculinização dos seus corpos, negava que aquelas que estivessem fora do padrão do que entendia e idealizava como “mulher” participassem das atividades de sua equipe. Uma das principais contribuições de Butler, aliás, foi justamente derrubar a ordem binária homem/mulher, apontando para outras possibilidades de expressão dos corpos. Butler rompe de vez com o pensamento (também binário) corpo/gênero-natureza/cultura, aproximando-se do princípio elaborado por M. Foucault segundo o qual também o sexo é produto da cultura²⁶¹. A obra *Problemas de gênero* data de 1990. Nem poderia Neneca estar a par de tais reflexões. O movimento feminista na década de 1980 não era um todo homogêneo, mas, em geral, pode-se dizer que havia um esforço de algumas mulheres em desnaturalizar os tabus que dividiam o mundo em “coisa de homem/mulher”,

²⁶⁰ BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁶¹ FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

apelando para análises de seus elementos pela cultura. Nesse sentido, as mesmas “feministas” criticadas por Neneca poderiam contribuir para a construção do seu argumento segundo o qual as mulheres poderiam jogar futebol, desconstruindo o princípio “futebol é pra homem”. Entretanto, a técnica e presidente do Corinthians do Parque apresentava uma visão pejorativa sobre as “feministas”, relacionando-as como um movimento único, formado por lésbicas, rebeldes e avessas à “família” e ao romance, o que revelava a preocupação patente de dissociar sua imagem, e de sua equipe, deste movimento. Importante salientar a discrepância dessa narrativa em relação à vista na várzea paulista, quando outras mulheres classificavam o ato de jogar futebol clandestinamente como “feminista”.

A entrevista de Neneca foi a que obteve o maior espaço de divulgação nos jornais estudados, de certo modo tornando-se, para e por essas publicações, a fala exemplar da mulher sobre o futebol. Provavelmente a entrevistada só teve amplo espaço para falar por ocupar esses cargos, além de sua equipe ser dissidente de um clube profissional. Havia, nesses jornais, outras referências femininas com menores destaques, que corroboravam os princípios afirmados por ela. Eram curtas e raras e apareciam em meio à entrevista com o presidente/treinador da equipe da qual faziam parte:

Para a zagueira Eliane Rainha [da Associação Atletica Light], a constituição física da mulher não prejudica a prática do futebol e também não teme o fato de o futebol ser um esporte violento.

- Esse negócio de dizer que futebol é para homem é um tabu, mas que já está sendo superado. No entanto, ainda existe muita discriminação e alguns chegam a dizer o absurdo de que quem pratica o futebol feminino são mulheres masculinizadas – afirma a jogadora.

A ponta-esquerda Laura concorda com a sua companheira:

- A ignorância do homem – destaca Laura – é que faz crer que a mulher não possa jogar futebol. Para mim, isso não é uma brincadeira, mas sim um esporte como outro qualquer.²⁶²

A adesão ou não à prática do futebol pelas mulheres foi alvo, na revista *Placar*, de uma enquête da seção “Fala Leitor”, que circulou entre setembro e outubro de 1981, cujo resultado não apareceu na revista. A cédula tinha duas perguntas:

²⁶² Futebol não é só para homens!. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 23 jan. 1981, p. 09.

FALA, LEITOR!

PLACAR quer que você também participe desta discussão.
Responda às duas perguntas abaixo, destaque o cupom e o enderece
para Rua do Curtume, 635, caixa postal 2372, CEP 01000, São Paulo, SP

Você é a favor do futebol feminino?
☐ SIM ☐ NÃO

**Você chegaria mais cedo ao estádio
só para ver uma preliminar entre dois times de mulheres?**
☐ SIM ☐ NÃO

Nome
 sexo idade

“Você é a favor do futebol feminino?” e “Você chegaria mais cedo ao estádio só para ver uma preliminar entre dois times de mulheres?”. Fala, Leitor!. **Placar**. São Paulo, n. 592, 08 set. 1981, p. 32.

Enquanto essa enquete esteve em aberto, a revista divulgou cartas de mulheres pelas quais apresentavam sua opinião sobre a questão:

Se o esporte foi feito para ambos os sexos, acho que cada um tem o direito de escolher o seu. Eu, por exemplo, gosto de jogar futebol, handebol, adoro fazer Cooper. Apesar de jogar futebol, me considero muito feminina. Quem diz que a mulher que joga futebol é homossexual está super enganado, pois nós somos tão mulheres como as que não o praticam.²⁶³

A afirmação de que a prática do futebol por mulheres era uma atividade esportiva como qualquer outra era constante na opinião das moças, assim como negavam a masculinização e a homossexualidade daquelas que jogavam futebol. Ressalta-se que as suas falas opunham a figura da lésbica à da mulher, como se a primeira, por ter uma sexualidade diferente daquela socialmente esperada, não pertencesse mais à segunda categoria. Somente uma reportagem confirmava a existência de homossexuais no futebol feminino, mas na Alemanha, não no Brasil Ali, uma jogadora alemã afirmava: “No futebol acontece o lesbianismo, mas é bom dizer que não é só no futebol. Nos outros esportes também isso ocorre porque as atletas se encontram muitas vezes sem a participação de homens”²⁶⁴. Para ela, as mulheres que praticavam atividade esportiva dispunham de um lugar de sociabilidade longe dos olhares masculinos e, assim, podiam praticar o lesbianismo, ou seja, a ausência de sujeitos do sexo masculino era o que as levava a engajarem-se em relações entre si e não a prática do futebol. Voltando à entrevista de Neneca, pode se perceber que, em certas equipes brasileiras, as jogadoras que saíssem do padrão de feminilidade vigente, ou que fossem lésbicas, sofriam discriminação, chegando a ser impedidas de tomar parte no esporte por aquele clube. Da mesma maneira, sua afirmação de que resguardava o “ambiente” das suas

²⁶³ Sem título. **Placar**. São Paulo, n. 594, 02 out. 1981, p. 82.

²⁶⁴ Homossexual existe em qualquer esporte. **Placar**. São Paulo, n. 509, 01 fev. 1980, p. 36.

atletas, principalmente porque eram jovens, ao impedir a participação de “desviantes”, convergia com a ideia da atleta alemã ao considerar que longe dos olhares masculinos e, no caso da equipe do Corinthians do Parque, próximo das influências de mulheres lésbicas, as moças poderiam descambar ao exercício de práticas sexuais fora da norma vigente.

A negação da homossexualidade e da masculinização fazia com que, em contrapartida, as mulheres afirmassem constantemente sua feminilidade, reiterando os estereótipos femininos e associando-os ao esporte. A imprensa brasileira, principalmente a esportiva, voltada fundamentalmente para o público masculino, investia nesse mecanismo narrativo, reconstituindo o cenário dos anos 1950, ligado à imagem das vedetes. O maior exemplo desse processo foi um jogo organizado pelo programa de televisão “Planeta dos Homens”, da *Rede Globo*. Da mesma maneira que no passado os certames futebolísticos das vedetes eram promovidos pelos empresários, com a finalidade de lucrar com a exposição das moças e a promoção do evento, essa partida tinha o intuito de promover seu plantel de atrizes e aumentar a publicidade pela venda de suas imagens nas revistas. Pode-se dizer que a diferença fundamental entre essas práticas de 1950 e aquelas desenvolvidas na década de 1980 era que, no último caso, o futebol praticado por mulheres não era mais proibido, sem necessitar de qualquer justificativa beneficente para que ocorresse como havia sido costume no passado. As atletas do *Planeta dos Homens* eram atrizes, dançarinas, modelos e apresentadoras e, provavelmente, enxergavam a partida como mais um trabalho publicitário ou artístico, finalidade semelhante ao futebol praticado pelas vedetes.

A partida organizada pela *Rede Globo* foi noticiada nas revistas *Veja*²⁶⁵ e *Placar*. Na primeira, localizada na seção “gente”, as jogadoras apareciam como se fossem *cheer leaders* estadunidenses, tanto pela vestimenta quanto pela pose para a foto. A preocupação dos editores não era demonstrar a qualidade do trabalho delas ou mesmo o desenvolvimento de sua técnica na prática futebolística, mas sim a exibição de seus corpos como um padrão de beleza a ser buscado pelas mulheres e desejado pelos homens:

²⁶⁵ Sem título. *Veja*. São Paulo, n. 638, 26 nov. 1980, p. 96.

Sem título. **Veja**. São Paulo, n. 638, 26 nov. 1980. Gente, p. 96.

A legenda “com mais candidatos a massagista do que a fila do feijão” reforçava tal intenção e o texto da reportagem apresentava essa conclusão. Iniciava-se com a afirmação de que o time estava “ensaiando” há algum tempo para os jogos. O autor evitava o uso da palavra “treino”, já que isto remeteria à seriedade de uma preparação esportiva, quando para a revista parecia evidente que esse time - e por que não, o futebol praticado por mulheres de forma geral - não era e não deveria ser levado a sério. Essa expressão transmitia a ideia de aperfeiçoamento técnico, o que não ocorria ali. Por sua vez, a palavra “ensaio” remetia à profissão das atletas. Mais do que isso, relacionava-se à dança, uma atividade tida como adequada para elas, ao contrário do futebol. O texto seguia, afirmando a necessidade de cabeleireiros e maquiladores em todos os jogos e a exigência das atletas para que houvesse períodos de descanso. Terminava-se com a afirmação de que o intervalo poderia ser mais longo do que o próprio jogo e de que não haveria necessidade de buscar um massagista, se necessário, já que havia mais candidatos “do que na fila do feijão”.

Apesar da finalidade das jogadoras do “Planeta dos Homens” não ser esportiva, a narrativa da reportagem, ao identificar esta partida como uma demonstração da prática do futebol feminino, reafirmava, nas entrelinhas, a impossibilidade da mulher ser atleta de futebol em alto nível. Isto porque relacionava as características femininas das atrizes e modelos com elementos essenciais e inerentes ao que se identificava como mulher. A lógica implícita na reportagem era a de que se essas mulheres eram os ícones exemplares que deveriam servir de modelo às outras, suas qualidades eram incompatíveis com uma prática futebolística de qualidade. Chamando os treinos de ensaios, colocando a vaidade das atletas acima de seu rendimento técnico e retomando a ideia, tão disseminada no século XIX, da

fragilidade física feminina para a prática esportiva, a reportagem valorizava seus corpos pelo que entendia como feminilidade, exaltando a sua sensualidade (aos olhos do homem).

Assim, o esporte feminino era uma forma de lazer para homens e mulheres: para elas enquanto praticantes e para eles como espectadores e admiradores de seus belos corpos. Os descansos, cabeleireiros e maquiladores seriam necessários para a manutenção desse fator: a assistência masculina aos jogos femininos, não para apreciação de sua técnica esportiva, mas para a admiração de seus corpos, esculpidos para o deleite do sexo oposto. Reforça-se aqui o fato, que pode ter passado despercebido, de que tal partida – que apresentava ares de desfile – foi promovida por um programa televisivo cujo título era *Planeta dos Homens*, ou seja, mais um indício de que o objetivo do jogo era apenas o prazer masculino, baseado no princípio da heteronormatividade, o mesmo que norteava a reportagem da revista *Placar*:

Um time só de estrelas. **Placar**. São Paulo, n. 593, 25 set. 1981, p. 67.

O nome do time, *Soccer Sex Stars*, e o destaque para o uniforme composto por “calções justos e camisetas decotadas” reforçavam a intenção da formação da equipe para fins de promoção da mulher no futebol pelo apelo à sua sexualização. A diferença de quase um ano entre as duas reportagens mostra que o projeto foi mais duradouro do que inicialmente se pretendia, o que indica que a fórmula obteve sucesso de público. O texto da

Placar, em comparação com o da *Veja*, apontava menor preocupação em desqualificar as moças como atletas, tecendo até alguns poucos elogios sobre sua habilidade, apesar desta ser considerada insuficiente, como deixavam claro. Mesmo assim, reforçavam os estereótipos de feminilidade, desqualificando a mulher como futebolista, principalmente na seguinte passagem:

Leiloca, controavante tipo rompedora, só lamenta não ter melhor controle de bola e que o jogo não seja interrompido mais amiúde para que ela possa “secar o suor e retocar a maquilagem”.

Os queixumes de Tamara Taxman não são menos femininos: depois de cada jogo, pobrezinha, ela sente o corpo todo dolorido. Igualmente sensível, Adele Fátima não pode levar uma entrada mais dura que logo se derrete em lágrimas.²⁶⁶

Ambas as reportagens se empenhavam em reafirmar estigmas ligados ao conceito de feminino, mostrando-os como incompatíveis com a prática do futebol em alto nível, restando apenas a prática como um desfile de belos corpos para o deleite do público tradicional dos estádios: os homens heterossexuais. As futebolistas, ao afirmarem-se como mulheres legítimas porque muito femininas, conforme os elementos tradicionalmente entendidos como próprios de seu sexo – corpos menos musculosos, frágeis e delicados - acabavam por dar espaço, conscientemente ou não, para esse tipo de manifestação da mídia. Da mesma forma que a questão levantada por Butler sobre o movimento feminista, cabe perguntar se essas mulheres, ao buscarem negar certos estigmas impostos por aqueles que lhes negavam o acesso aos espaços de poder - no caso os de homossexualidade e masculinização por meio do futebol - não acabavam por afirmar sua identidade de maneira a negar a possibilidade de outras expressões do *ser mulher*.

A regulamentação do futebol feminino ou outras ações sobre as mulheres no esporte em geral não eram prioridade da maioria dos grupos feministas no Brasil da década de 1980. No entanto, houve ações de certos grupos ou pessoas nesse sentido. Irede Cardoso, jornalista e militante feminista, responsável pela seção *Feminismo*, da *Folha de S. Paulo*, entre os anos de 1982 e 1983, publicou dois textos defendendo abertamente a regulamentação do futebol feminino. Foram as únicas publicações dessa natureza identificadas nos quatro periódicos estudados. O primeiro artigo, conforme seu título “Também no esporte, a opressão da mulher”, colocava a sua proibição dentre as diversas opressões sofridas pela mulher no Brasil, destacando a inconstitucionalidade dela:

Outro problema, aparentemente, sem importância, mas não menos grave, diz respeito à proibição que as entidades de futebol brasileiras impõe ao futebol feminino. [...] Os senhores donos das entidades de futebol, tão zelosos nesse aspecto,

²⁶⁶ Um time só de estrelas. **Placar**. São Paulo, n. 593, 25 set. 1981, p. 67.

ignoram provavelmente que nossa Constituição proíbe qualquer discriminação, seja por sexo, cor de pele ou religião. A troco de nada, impõe a proibição, deixando de zelar pela moralidade maior dentro de sua área. Não poderemos deixar nunca de falar sobre essa opressão irracional, que tem pesado sobre a mulher em todas as áreas. Contra ela lutaremos e nos uniremos, para viver numa nação onde haja respeito à vida, ao ser humano chamado mulher, para que não nos envergonhemos de ser brasileiras. O desenvolvimento de um país se mede pela luta contra opressão, contra a ilegalidade, contra a impunidade e pelo desaparecimento de oprimidos.²⁶⁷

No segundo texto, que foi dedicado exclusivamente a essa questão, a jornalista foi mais provocativa e tocou em problemas relativos ao corpo feminino. Suas palavras de ordem apareciam logo em seu título: “Deixem que as mulheres joguem, seus machistas”. Ela afirmava que “Uma das reivindicações das mulheres, na área do esporte, é tornar o futebol profissional possível de ser praticado por elas”. Relatava o esforço da ministra Esther de Figueiredo Ferraz, no Ministério da Educação e Cultura (MEC), para acabar com a proibição “inconstitucional” que “envergonha o país”. Sobre esse processo, Cardoso informava que foi formada “[...] durante cinco meses, uma comissão formada pela Federação Gaúcha de Futebol, composta por médicos-traumatologistas, juristas, árbitros, assessores e preparadores físicos [que] elaborou estudo detalhado sobre o futebol feminino, tendo encaminhado anteprojeto ao CND, visando obter a regulamentação da modalidade”²⁶⁸. Apesar de valorizar a iniciativa desta Federação, Irede Cardoso advertia que se caso tivesse eficácia esta iniciativa, o fim da interdição do futebol seria vista como uma “concessão masculina, adulterando, mais uma vez, a história da luta das mulheres brasileiras. [...]”²⁶⁹.

Os estudos da Federação Gaúcha, citada pela jornalista da *Folha*, visavam solucionar o que se entendia como obstáculos à prática do futebol pelas mulheres, dentre eles o “[...] ciclo menstrual, as deficiências físicas, peso, equipamentos, etc.”, pois, segundo ela, os homens achavam que as mulheres deviam “usar sutiã especial, não chutar com o peito” e defendiam que a partida tivesse “duração inferior ao jogo masculino”²⁷⁰. A jornalista ironizava as conclusões dos estudos da Federação Gaúcha, de maneira a rediscutir a fragilidade feminina ou o descontrole emocional tão comumente disseminado como próprio da natureza feminina. A mulher descrita por Irede Cardoso, pelo contrário, superava a fragilidade, atuava “à revelia” da “sociedade atrasada”, agindo sob seus impulsos e, por isso mesmo, deveria também jogar futebol:

²⁶⁷ Também no esporte, a opressão da mulher. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 out. 1982. Ilustrada, p. 02.

²⁶⁸ *Ibid.*

²⁶⁹ *Ibid.*

²⁷⁰ Deixem que as mulheres joguem, seus machistas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 04 jan. 1983. Primeiro Caderno, p. 26.

Pois é, descobriram que as mulheres não sabem se proteger, quem diria? Mesmo assim, independente do bom senso masculino, elas estão aí, firmes, com a bola toda, fazendo o que gostam, à revelia dessa sociedade atrasada em que vivemos.

A mistificação da menstruação, vira e mexe, vem à tona. Não disseram que a menopausa leva a mulher a praticarem atos de violência? Que a menstruação leva ao assassinato? Isso é verdade mesmo, por mais estranho que possa parecer. Mas estranho mesmo é que os homens brasileiros ainda estranhem tanto as mulheres. Tem razão mais uma vez a Rita Lee. E tem mais, quando o homem estranha a mulher, o sinal não é dos melhores, não. Mais atenção ao problema, não custaria muito. Afinal, sempre nos disseram que o homem é para a mulher e vice-versa. Ou será que só tardiamente descobrimos que não é o que parece?²⁷¹

Os dois textos de sua autoria foram publicados em um intervalo de pouco meses (de outubro a janeiro). Ela nunca antes havia mencionado o tema ou voltou a ele até que a regulamentação fosse aprovada. Isto pode ser visto como um indício de que um fato extraordinário chamou a atenção da jornalista para o tema. Ao referir-se ao ofício proibindo o futebol feminino em estádios oficiais e à sua própria argumentação em torno da inconstitucionalidade da proibição, ela dava pistas do evento que despertou o seu engajamento pelo fim da proibição. Ao mapear as notícias em torno do futebol de mulheres, um evento foi destacado: estava programado, para setembro de 1982, o “1º Festival Mulheres nas Artes”, promovido pela atriz Ruth Escobar. Para ela, a dimensão e importância do acontecimento só teria “equivalente na Semana de 22”²⁷².

A atriz investiu milhões de cruzeiros para a realização do evento que contaria com inúmeras apresentações artísticas femininas de teatro, música, exposições fotográficas, dentre outras, inclusive garantindo a publicidade por meio da Editora *Abril*²⁷³. Além da propaganda oficial, informações sobre o festival circularam em folhetos ligados a movimentos feministas e lésbicos. O primeiro número do boletim *ChanaComChana*, produzido pelo GALF – Grupo de Ação Lésbico-Feminista – destacava o evento e seu encerramento, que se deu por meio de um jogo de futebol feminino entre as seleções paulista e carioca no Estádio do Morumbi, como preliminar de um jogo masculino entre Corinthians e São Paulo²⁷⁴.

²⁷¹ Deixem que as mulheres joguem, seus machistas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 04 jan. 1983. Primeiro Caderno, p. 26.

²⁷² Futebol feminino não, Annie sim. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 25 ago. 1982. Ilustrada, p. 08.

²⁷³ *Ibid.*

²⁷⁴ Mulher de Chuteira. **ChaComChana**, São Paulo, n. 1, dez. 1982, p. 03-05.

ChanaComChana. São Paulo, n. 1, dez. 1982, capa.

Provavelmente, foi através de burburinhos e da circulação de jornais ligados à militância feminista que Irede Cardoso soube do festival, assim como do jogo de encerramento. Mas e da proibição? A reportagem da *Folha*, quando tratou do acontecimento, trouxe o título “Futebol feminino não, Annie sim”:

Nem ao menos começou, e o 1º Festival Mulheres nas Artes já foi vítima do primeiro ato discricionário de um grupo de chauvinistas, no caso os representantes da Confederação Brasileira de Futebol (antiga CBD), que não parecem dispostos a revogar a deliberação 10/79, responsável pela proibição do futebol feminino no Brasil. Desse modo, o festival pode ficar sem a partida marcada para o seu

encerramento, no próximo dia 12, no Morumbi, às 14 horas, antes da preliminar Corinthians x São Paulo.²⁷⁵

Neste trecho ficava claro que o texto da deliberação nº 10/79 que vinha, a princípio, revogar a nº 07/65, foi elaborado de maneira a, na verdade, substituí-la na mesma função no que diz respeito ao futebol feminino. A justificativa mudou, mas a proibição à prática do futebol para mulheres se manteve. A notícia fazia um contraponto com alguns outros destaques do festival que não enfrentavam problemas institucionais para a sua organização. O futebol, no entanto, não foi o único fator para o qual a organização teve de enfrentar resistências. Segundo a *Folha*, Ruth Escobar lamentou “[...] que as autoridades municipais não tenham ‘aprendido o verdadeiro significado desse festival’”. Segundo a atriz, a Prefeitura só cedeu o Centro Cultural São Paulo ‘porque nós ameaçamos invadi-lo’ [...]”²⁷⁶.

Apesar das dificuldades e da ordem expressa da CBF, entre os dias 10 e 12 de setembro, no anúncio das atividades do Festival daquele fim de semana²⁷⁷, estava o jogo entre as seleções de mulheres de São Paulo e Rio de Janeiro. Anteriormente, no dia 8, a revista *Veja*, do grupo *Abril*, contratado para fazer a publicidade, também trouxe um anúncio com destaque para a partida:

²⁷⁵ Futebol feminino não, Annie sim. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 25 ago. 1982. Ilustrada, p. 08.

²⁷⁶ *Ibid.*

²⁷⁷ O Festival teve duração do dia 03 ao dia 12 de 1982.

1º Festival Nacional das Mulheres nas Artes

DE 3 A 12 DE SETEMBRO

Os nomes mais representativos do meio artístico e cultural do País estarão presentes neste grande acontecimento. Participe você também. Faça sua inscrição no Teatro Ruth Escobar - São Paulo.

Plenária de Abertura: "A Mulher e o Processo de Transformações Sociais" Dia 04/09 às 15:00 h Clube Homs - SP	Baile de Encerramento: Dia 11/09 às 23:00 h
Plenária de Encerramento: Dia 11/09 às 15:00 h Clube Homs - SP	Futebol Feminino: Dia 12/09 às 14:00 h Rio de Janeiro X São Paulo (preliminar do jogo no Morumbi)

Promoção
Revista **NOVA**

Realização
RUTH ESCOBAR

Sem título. **Veja**. São Paulo, n. 731, 08 set. 1982, p. 138.

Tudo dava a entender que a disputa aconteceria, como se não houvesse ordem da CBF para impedi-la. E, de fato, ela aconteceu. Mas não sem conflitos. De acordo com Rose do Rio²⁷⁸, capitã da seleção carioca na ocasião, chegou um telegrama do CND determinando o impedimento da partida entre as mulheres. Segundo ela, um grupo de jogadores, entre eles Biro-Biro e Casagrande, liderados por Sócrates, na época um dos líderes do movimento que

²⁷⁸ As informações narradas por Rose do Rio sobre esse evento foram retiradas da entrevista concedida por ela em 04 de setembro de 2011, realizada por "Sorys Gabriela". Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=XPNXyfCkoHk&feature=youtube_gdata_player>. Acesso em: 25 jun. 2014. Em 1987, Rose fundou a Associação de Futebol Feminino do Rio de Janeiro (AFFERJ) que preside até hoje. Em São Paulo, criou a primeira escolinha de futebol feminino da cidade, que ainda funciona no bairro da Aclimação.

ficou conhecido como “Democracia Corinthiana”²⁷⁹, afirmou que não jogariam se as moças não pudessem também fazê-lo. Para engrossar o coro, Ruth Escobar ameaçou com a possibilidade de que as cinco mil mulheres, que estavam ali para assistir ao encerramento do Festival, invadissem o gramado do Morumbi, caso as seleções não entrassem em campo.

Nenhum jornal noticiou a confusão que precedeu a realização da partida. Sobre a recepção do público, a *Folha* trouxe discreta, no canto inferior da capa de seu caderno de esportes, a manchete “Futebol feminino agrada a torcida”. Segundo o texto, os torcedores que foram assistir ao clássico

[...] surpreenderam-se quando viram que a preliminar era uma partida entre as seleções femininas de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas a animação e, principalmente, os bons lances em campo fizeram com que a torcida aderisse rapidamente ao espetáculo e passasse a vibrar com o encontro.²⁸⁰

O jogo ocorreu, mas não sem consequências. A primeira veio em forma de chacota de um dirigente são-paulino. Ao comentar o baixo número de adeptos presentes no Estádio do Morumbi para o jogo contra o Santos, ele disparou

O que posso fazer? É pra falar pro Poy [treinador] fazer o time jogar futebol. Sem boas atuações e bons resultados, não adianta colocar equilibristas no campo antes do jogo, nem uso de saia, nem futebol feminino, nem mulher pelada, porque isto não atrai ninguém. O que chama o público é bom espetáculo de futebol, e nosso time realmente anda mal.²⁸¹

Para ele, futebol feminino não só não poderia ser um “bom espetáculo de futebol”, como também era semelhante ao circo dos equilibristas, ou a exibições pornográficas de garotas nuas. A sua fala dava indícios de que as mulheres que jogavam futebol ainda eram vistas como as vedetes dos anos 1950, objetificadas pela exposição dos corpos que estavam ali com a finalidade de promover entretenimento, não uma atividade esportiva que possuísse caráter competitivo.

Não ficou apenas no plano das palavras, no entanto, as consequências que o SPFC enfrentou por ter permitido um jogo entre mulheres em seu estádio com tal visibilidade da preliminar de um clássico. A CBF não acatou sem reação a derrota sofrida com a realização da disputa proibida:

Num torneio de escassas emoções, público cada vez menor nos estádios e congressos de marketing para trazer de volta o torcedor, a partida preliminar realizada entre moças cariocas e paulistas, antecedendo ao clássico entre São Paulo e Corinthians, no primeiro turno, foi saudada como boa novidade [...].

²⁷⁹ Cf. FLORENZANO, José Paulo. **A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro**. São Paulo: EDUC, 2009.

²⁸⁰ Futebol feminino agrada a torcida. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 13 de setembro de 1982. Esporte, p. 02.

²⁸¹ Desta vez, renda não deu prejuízo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 04 de outubro de 1982. Esporte, p. 01.

Pois o sucesso da promoção parece ter incomodado tanto os dirigentes da Confederação Brasileira de futebol, que uma circular foi expedida às Federações filiadas, não só impedindo que os clubes mantenham departamentos de futebol feminino, como emprestem os estádios para sua prática. E a tentativa de realizar um novo jogo entre mulheres, desta vez entre seleções do Paraná e de São Paulo, como preliminar de São Paulo x Palmeiras, domingo, no Morumbi, está ameaçada. A Federação alega não poder contrariar a ordem expedida pela CBF, que por sua vez se escuda na deliberação 7/65 do CND. E os clubes estão ameaçados com a circular, além das penas já distribuídas (o São Paulo, por ter promovido a partida de 12 de setembro, foi multado em 16 salários mínimos).²⁸².

A multa recebida pelo time do Morumbi causou o efeito devido: afugentou outros clubes de promoverem em seus estádios jogos de futebol feminino. Aquele previsto no texto não aconteceu, demonstrando que a CBF havia conseguido fazer cumprir a sua proposta. Curioso é que esta instituição alegava basear-se numa deliberação que já estava revogada. Certamente foi sentido o golpe aplicado aos avanços do esporte sobre estádios oficiais. No entanto, as atletas não pararam de jogar; pelo contrário, intensificaram seus passes e buscaram orquestrar um contra-ataque.

A própria Rose do Rio afirmava que a partida preliminar realizada naquela tarde no Morumbi foi o marco inicial de sua luta pela regulamentação do futebol feminino no Brasil²⁸³. Foi ela quem se encontrou pessoalmente com um dirigente do Palmeiras para organizar “um show (uma partida) de futebol feminino”²⁸⁴ entre equipes de São Paulo e Curitiba. Na ocasião, a resposta foi “o Palmeiras vai ajudar, já que o futebol feminino é uma realidade”²⁸⁵. No entanto, parece que a possibilidade de ter de pagar uma multa fez com que a direção alviverde mudasse de ideia sobre o assunto.

A capitã de futebol voltava a utilizar uma terminologia que, ao longo das décadas, fez com que as deliberações proibitivas ao futebol praticado por mulheres fossem ludibriadas. O uso do termo *show* era constante em sua fala, buscando fazer com que os jogos acontecessem da mesma forma que na década de 1980:

Nossa intenção é fazer um show, promover o futebol feminino, atrair a torcida para os estádios com um novo tipo de espetáculo que não parece ferir ninguém, exceto uma legislação discriminatória que impede a mulher de desempenhar uma atividade esportiva reservada, ao que parece, ao homem. Ora, toda lei (decreto ou deliberação) que faça clara discriminação de qualquer espécie contraria a Constituição em vigor. E por isso, vamos tentar, através da Justiça, derrubar a deliberação do CND e expandir o futebol feminino.²⁸⁶

²⁸² O protesto do futebol feminino. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 14 out. 1982, p. 29.

²⁸³ Rose do Rio. 04 set. 2011, realizada por “Sorys Gabriela”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=XPNXyfCkoHk&feature=youtube_gdata_player>. Acesso em: 25 jun. 2014.

²⁸⁴ Palmeiras enfrenta um tabu. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 08 out. 1982. Turismo, p. 17.

²⁸⁵ *Ibid.*

²⁸⁶ O protesto do futebol feminino. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 14 out. 1982. Primeiro Caderno, p. 29.

Nesse momento tornavam-se claras as razões de certas críticas, comentários e argumentações feitos por Irede Cardoso em seus textos sobre o futebol feminino, na *Folha*. Como militante feminista, ela deve ter acompanhado de perto esses fatos, principalmente os diretamente relacionados ao Festival “Mulheres nas Artes”. Foi o seu nome que se destacou na documentação analisada nesta pesquisa, mas, provavelmente, ela não foi um caso isolado. O Festival foi bastante divulgado entre as feministas e a tentativa de impedimento de sua festa de encerramento deve ter se tornado bastante conhecida por boa parte daquelas que o integraram. Assim, o futebol feminino não passou a ser uma prioridade na luta feminista a partir daquele momento, mas a atenção foi chamada para a questão, ainda que de forma efêmera, conforme se pode constatar.

Naquele evento, conforme se destacou, também se iniciou a jornada da principal líder do movimento pela regulamentação do futebol feminino, Rose do Rio. Apesar do fato de que todas as vezes que seu nome aparecia nos jornais dos anos de 1982 e 1983, ela fosse apresentada como “capitã da seleção carioca, atriz e cantora”, ela era, de fato, formada em Direito. Isto marcava a sua argumentação sobre a inconstitucionalidade da deliberação e sua tentativa de derrubá-la “através da Justiça”. Além da tradição de ludibriar as deliberações do CND, colocando o futebol feminino como um espetáculo, em sua entrevista, Rose afirmava que as jogadoras eram vistas como “vedetes” e que tal como nos anos 50, as partidas eram vistas como “exibição”²⁸⁷. Assim, além da linguagem jurídica, tratar a partida como “show” também auxiliava no sentido da divulgação, angariando adeptos entre os espectadores que, com este tratamento, compreendiam o seu significado e não viam problema na execução, facilitando que a opinião pública se colocasse a favor de sua realização.

Sobre o episódio do jogo de encerramento do Festival, algo mais chamou a atenção da capitã: o movimento da *Democracia Corinthiana* manteve seu apoio público ao futebol feminino²⁸⁸. Assim, na semana seguinte ao clássico entre Palmeiras e São Paulo, no qual não ocorreu o jogo entre as atletas do São Paulo e Curitiba, Rose foi a um treino do Corinthians e, autorizada pelo técnico, entrou em campo e bateu bola com Sócrates, Biro-Biro, Casagrande e Vladimir. O objetivo, segundo ela, foi

²⁸⁷ Rose do Rio. 04 set. 2011, realizada por “Sorys Gabriela”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=XPNXyfCkoHk&feature=youtube_gdata_player>. Acesso em: 25 jun. 2014.

²⁸⁸ O movimento é diretamente citado por ela em: Rose do Rio. 04 set. 2011, realizada por “Sorys Gabriela”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=XPNXyfCkoHk&feature=youtube_gdata_player>. Acesso em: 25 jun. 2014.

[...] mostrar que o futebol profissional está conosco na luta pela liberação do futebol feminino no Brasil. Já estamos com recurso na Justiça, contra a proibição de promoções de jogos do futebol feminino, e vamos fazer mais um, no Morumbi, dia 31 próximo, entre seleções de São Paulo e Paraná, na preliminar de Corinthians e Palmeiras.²⁸⁹

Apesar de sua luta junto às suas companheiras, esse jogo também não ocorreu. O máximo que conseguiram, naquele ano, foi a declaração do presidente do CND, General César Montagna de que, nem em 1982 ou janeiro de 1983, seria dado o parecer final da instituição sobre o futebol feminino, prometendo, todavia, para o “início” do ano seguinte²⁹⁰.

O ano de 1982 foi, certamente, marcante para o fim da proibição do futebol feminino. Esse comentário de Montagna foi dado depois de um primeiro semestre recheado de promessas de Havelange sobre sua pretensão de realizar o Mundial de futebol de mulheres. Não por acaso, a última delas data, justamente, do início do mês de agosto, ou seja, antes do início da disputa pela realização do jogo no encerramento do Festival no Morumbi. A notícia afirmava que Havelange havia enviado às Confederações filiadas à FIFA ofício solicitando o incentivo a competições de futebol feminino, já que tinha intenção de promover um mundial em alguns anos²⁹¹. Cerca de um mês antes, inclusive, o dirigente havia indicado uma *deadline* para o evento: ele ocorreria até 1986. Além disso, ainda declarou: “[...] o futebol jogado por mulheres já é bastante desenvolvido em vários países e acho que o Mundial será um êxito, pois ninguém vai gastar nada, já que as despesas serão cobertas através de publicidade [...]”²⁹². Essa mesma notícia destacava, ainda, que tais anúncios haviam sido feitos após reunião de Havelange com o então presidente do CND, General César Montagna.

Ficaria claro, nos meses seguintes, que no Brasil o ofício de Havelange não havia sido levado em consideração pelas autoridades futebolísticas nacionais, pelo menos naquele momento. Havia comentários que isso se dava por conta de atritos políticos entre o presidente da FIFA e o da CBF, Giulite Coutinho. Montagna, por sua vez, pronunciou-se de maneira pontual sobre o assunto, provavelmente porque circulava a informação de que sua filha jogava futebol no *Week-End Country* Clube no Rio de Janeiro²⁹³. Assim, as disputas internas de poder eram apenas mais um ingrediente na disputa em torno do futebol feminino. Além disso,

²⁸⁹ Corinthians tenta melhorar a imagem. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 20 out. 1982. Primeiro Caderno, p. 29.

²⁹⁰ Futebol entra em férias no dia 13. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18 nov. 1982. Primeiro Caderno, p. 36.

²⁹¹ Havelange defende o futebol feminino. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 04 ago. 1982. Primeiro Caderno, p. 23.

²⁹² A vez das mulheres. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 30 jul. 1982. Turismo, p. 16. Sobre o modelo publicitário e financeiro estabelecido pela FIFA na época Cf. GIGLIO, Sérgio Settani. **COI x FIFA: a história política do futebol nos jogos olímpicos**. Tese de doutorado. Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

²⁹³ As mulheres atacam. **Placar**. São Paulo, n. 592, 18 set. 1981, p. 30; A vez das mulheres. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 30 jul. 1982. Turismo, p. 16; Montagna garante que CND aprova. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 10 jan. 1982, p. 42.

o fato de Havelange afirmar que ninguém precisava gastar com a Copa do Mundo de futebol feminino pode ter trazido grandes oposições, já que não era novidade que muitos envolvidos com a publicidade em torno do futebol desconfiavam do êxito deste modelo que, afirmavam, não teria um público suficiente que motivasse campanhas publicitárias para dar conta das despesas da realização da Copa. Esse pode ser outro fator que levou o primeiro Mundial feminino reconhecido pela FIFA a ser organizado apenas em 1991, bem depois da previsão dada por Havelange, inicialmente.

Se havia grandes obstáculos às jogadoras para entrar nos estádios profissionais, por um lado, e disputas internas e entre as instituições, por outro, havia ainda um terceiro movimento em paralelo a esses dois: o futebol amador praticado por elas. Não tão paralelo assim, pois este princípio, por definição, diria que as linhas nunca se cruzam ou se tocam, e, no caso, esses processos se encontraram e se alimentavam. O boletim *ChanaComChana*, de dezembro de 1982, cuja capa já foi aqui apresentada, é um bom exemplo disso. O GALF publicava informações sobre o “Festival da Mulher”, o jogo de encerramento, mas também apresentava uma entrevista com duas atletas do Café FC que pediram para serem mantidas no anonimato, provavelmente temendo represálias homofóbicas. O time foi idealizado pela sócia da boate Moustache²⁹⁴ e reunia as moças que frequentavam o lugar. O nome da equipe foi escolhido em homenagem ao seu apelido. O Café FC formou a base da seleção paulista que disputou o jogo no Morumbi contra a equipe de Rose do Rio. Pode-se estranhar que uma equipe que não vinha tendo grande destaque no cenário amador, pelo menos no noticiário da *A Gazeta Esportiva*, fosse a escolhida para formar o time paulista. As próprias jogadoras explicavam na entrevista que “[...] a liga de futebol feminino, não oficializada pela Federação, não nos cedeu as melhores jogadoras paulistas porque estava ocorrendo, na época, um campeonato de futebol de campo e todas estavam disputando.”²⁹⁵.

A Lifufesp (Liga de Futebol Feminino de São Paulo) à qual se refere a atleta, foi fundada em maio de 1982 e reunia dirigentes de 16 times da Capital e do Grande ABC²⁹⁶. O presidente Vanderlei P. S. Coelho – formado em direito e treinador da equipe da ADPM – justificava a existência da Liga pela ausência de “um órgão oficial para dar apoio”, acenando para a possibilidade de sua extinção,²⁹⁷. Ele dizia também que, além da promoção de jogos e campeonatos, já havia sido elaborado um estatuto que tentaria registrar em cartório, depois na

²⁹⁴ Moustache era uma das casas noturnas frequentada por mulheres lésbicas de mais popularidade nos anos 80.

²⁹⁵ Mulher de Chuteira. **ChanaComChana**. São Paulo, n. 1, dez. 1982, p. 03-05.

²⁹⁶ Mulheres só esperam o sinal verde da FIFA. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 ago. 1982. Local/Educação/Interior, p. 13.

²⁹⁷ Boas de bola, com muita arte. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 04 jul. 1982. Mulher, p. 11.

FPF e no Conselho Regional de Desportos²⁹⁸. Para Coelho, demonstrar às autoridades a existência de uma organização regional para a modalidade seria um incentivo para a regulamentação do esporte.

Sobre o jogo entre paulistas e cariocas e o veto promovido pela CBF, o presidente parecia vê-los com bons olhos:

Iam trazer um time do Rio para enfrentar um de São Paulo. Só que o daqui, que pertence a nossa liga, tem seu uniforme, mas ia jogar usando outro, de clube profissional. Seria exatamente jogada comercial, com empresário ganhando dinheiro na promoção. É isto que não aceito. O futebol feminino sério não pode ter intermediários, atravessadores, faturando às custas dele.²⁹⁹

Para ele, o empresariado deveria manter-se afastado do futebol feminino, justamente por conta da transformação que se faria do jogo em espetáculo de belas mulheres, destinado ao público mais ordinário nos estádios: os homens heterossexuais. Dizia o presidente da Lifufesp:

Sem exploração comercial e sem protecionismo. Nada de colocar em campo apenas garotas bonitas e boas de corpo, mas ruins de bola, só para atrair homens assanhados a campo e dar audiência na televisão. Isto é palhaçada que denigre o futebol feminino.³⁰⁰

Percebe-se aqui que Coelho possuía um posicionamento diferente daquele apresentado por Rose do Rio, no que diz respeito à utilização da imagem sobre o futebol praticado por mulheres. Ao passo que Rose do Rio instrumentalizava esse imaginário com a finalidade de angariar apoio da mídia e da opinião pública para a regulamentação do futebol feminino, Vanderlei, na liderança da Lifufesp, discordava da ideia de espetáculo em torno do futebol feminino e buscava construir novos significados sobre essa prática e sobre corpos femininos no espaço futebolístico. O posicionamento de presidente esportivo em relação à criação de uma nova concepção parecia justificar o posicionamento da Liga de não liberar as atletas para participarem da partida.

Cabe ressaltar que, para além das críticas do presidente da Lifufesp em relação à exposição das jogadoras como “boas de corpo”, havia uma questão política em torno da participação delas na Liga do Festival. Caso o fizessem, estas mulheres se ligariam a uma organização feminina, feminista e contestadora da legalidade das organizações esportivas. O projeto de legalização do futebol para elas, na visão de Coelho, pretendia encaminhamentos que respeitassem as autoridades e hierarquias esportivas instituídas, no intuito de demonstrar como o crescimento da prática e da organização do esporte demonstravam a falta de sentido

²⁹⁸ Mulheres só esperam o sinal verde da FIFA. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 ago. 1982. Local/Educação/Interior, p. 13.

²⁹⁹ *Ibid.*

³⁰⁰ *Ibid.*

em sua proibição. No limite, pode-se dizer que de sua argumentação se depreende que, no início, quando o futebol feminino engatinhava, essa proibição poderia ter tido sentido. Isto diferia de algumas vozes feministas, como a de Ireda Cardoso e de Rose do Rio, que contestavam a proibição como uma “inconstitucionalidade”, fruto da opressão machista e nunca justificável.

Assim, coube ao Café FC disputar contra a seleção carioca. O interesse televisivo mencionado por Vanderlei, de fato, se confirmava na entrevista do *Chanacomchana*, na qual as atletas afirmaram que o jogo havia sido transmitido em rede nacional no “Globo Espetacular, Fantástico”. Elas apontavam para o fato de que a divulgação televisiva havia permitido que o Brasil todo soubesse que elas entraram em campo, permitindo que se ampliasse para além do eixo Rio-São Paulo a sua visibilidade³⁰¹.

Por mais que a impressão das jogadoras entrevistadas fosse essa, certamente a prática amadora do futebol feminino existia muito além do eixo Rio-São Paulo. Os documentos apresentados até aqui já apontam para prática no Rio Grande do Sul³⁰² e Paraná³⁰³. Além desses, ainda foram identificadas equipes no Espírito Santo³⁰⁴ e Mato Grosso do Sul³⁰⁵, e mesmo equipes fora do centro-sul, como em Pernambuco e Sergipe, com destaque para Recife, onde jogavam o Coração de Leão, ligado ao Sport, e o Coisinha do Pai³⁰⁶.

O futebol feminino no Recife cresceu de tal maneira que o *Jornal do Commercio* local criou uma coluna semanal para divulgar a modalidade³⁰⁷. O Coisinha do Pai foi além. Sua presidente, Maria do Carmo Nóbrega (Carminha), organizou o “I Congresso de Futebol Feminino de Pernambuco”, cujo objetivo era “[...] solidificar o futebol feminino e acabar com a mania de nós, mulheres, sermos vistas apenas como objeto visual no esporte de campo [...]”³⁰⁸. O Congresso se deu no auditório de 180 lugares, do Banco do Estado de Pernambuco, mas as notícias que seguiram, apontavam o seu fracasso, destacando a pouca audiência e as ausências entre os palestrantes³⁰⁹. Apesar disso, um dos objetivos centrais do Congresso parece ter sido realizado: “[...] a tentativa de encontrar fundamentos para num documento dirigido ao CND exigir a legalização do futebol feminino no Brasil [...]”³¹⁰. Esse documento,

³⁰¹ Mulher de Chuteira. **ChanaComChana**. São Paulo, dezembro de 1982. P. 3-5.

³⁰² Cf. Capítulo 02: O futebol proibido, p. 64.

³⁰³ Cf. Capítulo 02: O futebol proibido, p. 75.

³⁰⁴ Montagna garante que CND aprova. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 10 jan. 1982, p. 42.

³⁰⁵ Todos querem ver. **Placar**. São Paulo, n. 474, 25 mai. 1979, p. 36.

³⁰⁶ No Recife, a luta do futebol feminino. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 14 set. 1980, p. 50.

³⁰⁷ *Ibid.*

³⁰⁸ No Recife, a luta do futebol feminino. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 14 set. 1980, p. 50.

³⁰⁹ Fracasso o Congresso de Mulheres. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 18 dez. 1980, p. 28.

³¹⁰ Em discussão, o futebol de mulheres. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 14 dez. 1980, p. 52.

bem como outros elaborados por outras instituições, contribuíram para pressionar o CND a regulamentar o futebol feminino, permitindo sua profissionalização e atuação nos clubes.

As equipes do Recife também se destacaram por outras razões. Além do Coisinha do Pai treinar na Base Aérea local, uma instalação militar, no período anterior a 1979 utilizava-se de brechas burocráticas para que as mulheres jogassem futebol, construindo naquele momento experiências análogas de certa profissionalização. Os exemplos mais claros são os das moças do Água Viva, que recebiam um valor para custear o transporte para os treinos e jogos que mascaravam o recebimento de salários. No Sport, uma situação ainda mais curiosa: a principal jogadora da equipe foi contratada como auxiliar de escritório do clube para poder jogar pelo Coração de Leão, sua equipe feminina, que não carregava o nome do clube justamente para ludibriar as autoridades do futebol e manter-se sob a aparência de uma equipe recreativa³¹¹. Osmar de Souza Júnior mostra que nos anos 2010 ainda havia mulheres que se entendiam como profissionais de futebol em troca de bolsas de estudos e cestas básicas³¹², apresentando uma noção de profissionalismo muito semelhante àquela de quando o futebol feminino ainda era proibido nos clubes.

Não foi só a forma de embair o Estado que mudou após a deliberação 10/79. Nesse período, observam-se diversas mudanças na várzea paulistana no que diz respeito ao futebol feminino, a começar pela sua institucionalização na fundação da Lifufesp. A equipe da ADPM que, por vezes, recorria ao discurso (e prática) de jogos beneficentes para poder jogar, passou a participar mais intensamente de certames dentro e fora da capital. A equipe passou a ser convidada para disputar partidas pelo interior e litoral de São Paulo³¹³. O time da polícia militar continuou a ser um destaque juntamente com o Cafum. Este, por sua vez, passou a ir ainda mais longe e chegou a ser convidado para jogar no interior do Rio Grande do Sul³¹⁴. O Cafum também foi convidado a participar de um jogo em Belo Horizonte, organizado pelas torcidas organizadas de Cruzeiro e Atlético Mineiro e que seria a disputa preliminar do clássico envolvendo as equipes. Os clubes concordaram e, então, foi enviado um pedido de autorização ao CND e demais entidades esportivas. A partida iria auxiliar na promoção da reivindicação para a regulamentação do futebol feminino. Ao que tudo indica, o jogo não foi

³¹¹ No Recife, a luta do futebol feminino. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 14 set. 1980, p. 50.

³¹² SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira De. **Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade**. Doutorado em Educação Física – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

³¹³ Atividades da AD Polícia Militar. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 27 mar. 1982, p. 18.

³¹⁴ Notícias do Cafum FC. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 29 jul. 1980, p. 20.

autorizado, já que tal evento não apareceu no noticiário do Cafum, na *Gazeta Esportiva*, no qual a equipe divulgava suas principais atividades³¹⁵.

O Cafum e a ADPM permaneceram se destacando, enquanto outras novas equipes surgiram. O Cruzeiro do Jardim Maringá não só criou um time como também passou a ceder seu campo para diversos jogos, festivais e torneios³¹⁶. O Café FC e o Corinthians do Parque, cujas histórias já foram relatadas, também surgiram no noticiário da *Gazeta Esportiva* nesse período. O segundo, por ter sido outrora promovido por um clube de futebol masculino profissional, o Corinthians, chamou muito a atenção, tendo aparecido, pelo menos uma vez, em todos os periódicos pesquisados. A revista *Placar*, inclusive, respondeu à carta de uma leitora que requeria informações sobre times femininos em São Paulo, indicando que o único clube que o promovia era o Corinthians, orientando-a a enviar carta para o Clube aos cuidados de Silvia Regina Gonçalves, a treinadora³¹⁷. Essa senhora também atendia pelo apelido de Neneca³¹⁸, a mesma que protagonizou a entrevista ao jornal *A Gazeta Esportiva*, em julho de 1981. A recomendação da revista *Placar* à sua leitora reforçava a afirmação do papel de destaque que o Corinthians do Parque tinha na imprensa, pondo de lado muitas outras indicações de equipes e tornando o time alvinegro a única opção para a autora da carta. Indiretamente, apontava para a marginalização do futebol amador. Afinal, muito antes dessa equipe ser formada com o apoio de Vicente Matheus, inúmeras outras já tinham vida longa na várzea, inclusive com muito mais destaque em termos de resultados no esporte amador.

Ainda sobre o futebol de várzea, o número de times que traziam nomes de fábrica ou de empresas e que, portanto, provavelmente tinham origem ou ligação com esses espaços, cresceu nesse período, com equipes como o EC Vigor³¹⁹, Lacta Clube³²⁰ e Bradesco FC³²¹. Nem todas elas tiveram existência perene e participavam de torneios. Algumas apareceram pouco nos jornais, ao passo que outras – às quais se dava mais destaque – estavam presentes em quase todos os eventos da modalidade. O Lacta Clube, por exemplo, colecionava goleadas nessa época e chegou à final de um torneio contra o Cafum, que acumulava vitórias na várzea,

Não só na capital o futebol feminino cresceu nesse período. Também em regiões da Grande São Paulo, litoral e interior algumas equipes surgiram e outras se consolidaram. Mais

³¹⁵ Futebol feminino, mais jogos. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 01 out. 1981, p. 26.

³¹⁶ Cruzeiro do J. Maringá em festa. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 17 jan. 1981, p. 17.

³¹⁷ Futebol feminino é com o timão. *Placar*. São Paulo, n. 670, 25 mar. 1983, p. 44.

³¹⁸ O movimento pela legalização. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 10 jan. 1982, p. 42.

³¹⁹ Noticiário geral do EC Vigor. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 24 fev. 1981, p. 10.

³²⁰ Cafum FC informa. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 18 dez. 1980, p. 23.

³²¹ Atividades da AD Polícia Militar. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 23 ago. 1980.

de uma vez apareceram com destaque na *A Gazeta Esportiva* times da região de Taquaritinga³²², Pindamonhangaba³²³ e Bragança Paulista³²⁴. No litoral sobressaiu-se o Estrela do Mar. As notícias mostravam uma certa imprecisão de informações, ora apresentando outro clube como sendo de São Sebastião³²⁵, ora como de Caraguatatuba³²⁶. Também é possível que fossem dois clubes com o mesmo nome e origens diferentes, como se vê, por vezes, no futebol brasileiro. Fato é que a equipe – ou as equipes – promoveu o futebol feminino no litoral paulista, organizando certames no qual tomaram parte diversos times da capital e do interior³²⁷. Já na Grande São Paulo o destaque coube à municipalidade de São Caetano do Sul, cuja prefeitura promoveu torneios femininos de futebol que contaram com a participação dos grupos de mais destaque da capital. Também em São Paulo houve um caso em que o poder público acabou por promover o futebol feminino, como parte de festividades: quando o Parque da Zona Leste foi inaugurado, a abertura das festividades deu-se com a presença do então Governador Paulo Maluf e o Prefeito Reynaldo de Barros, dentre outras autoridades³²⁸. A partida opôs as equipes do Transvira Ltda e a “Seleção do Parque”³²⁹. Não foram encontradas mais informações sobre esta última, apenas que ela se transformou numa equipe com o auxílio do treinador Lopes e do diretor José Nogueira Luz. É possível sabê-lo, pois há anúncios da “seleção do Parque” informando que a mesma havia sido formada há pouco e convidando outras para jogar³³⁰. Já a equipe do Transvira era um time “que tem uma diretoria formada por um homem só”, Sr. Ramiro, auxiliado apenas por seu filho. Seu nome verdadeiro era Lourival Barbosa e, além de presidente do clube, era também da empresa da área de transportes, conforme indicava a presença do “Ltda” no nome, gerida por pai e filho³³¹.

A Transvira e o Lacta Clube, apesar de terem participado da fundação da Lifufesp, participaram apenas do primeiro campeonato organizado por ela. Não fica muito claro o motivo de sua exclusão, o que causou revolta na Transvira a ponto de a equipe publicar sua

³²² Taquaritinga tem Futebol feminino. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 16 set. 1980, p. 22.

³²³ Goleada do Estrela do Mar. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 09 ago. 1980, p. 21.

³²⁴ Futebol feminino de Bragança vence. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 16 set. 1980, p. 22.

³²⁵ Estrela do Mar brilhou. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 25 jul. 1980, p. 19.

³²⁶ Estrela do Mar (Caraguatatuba) presente no festival do Nacional. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 22 fev. 1980, p. 19.

³²⁷ Futebol feminino em Caraguatatuba. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 22 jan. 1980, p. 22.

³²⁸ Parque da Zona Leste. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 14 mar. 1982, p. 31; Sem título. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 12 mar. 1983. Primeiro Caderno, p. 24; Sem título. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 13 mar. 1983. Ilustrada, p. 03; Sem título. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 14 mar. 1983. Economia, p. 04.

³²⁹ Torneio esportivo Parque da Zona Leste. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 12 mar. 1982, p. 10.

³³⁰ Convites para jogar. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 12 mar. 1982, p. 10.

³³¹ III Campeonato Nacional de futebol de salão de transportes rodoviários de carga. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 28 fev. 1983, p. 25.

insatisfação na *Gazeta*³³². Ao que tudo indica, o presidente Vanderlei Coelho excluiu os times da fábrica/empresa por considerar que favoreciam empresários, conforme a mesma justificativa presente em seu discurso na ocasião do “Festival Mulheres nas Artes”³³³.

De qualquer maneira, o crescimento e a institucionalização do futebol feminino varzeano, com a criação da Lifufesp, somava mais um elemento ao quadro de pressões sofridas pelo CND e a CBF para a sua regulamentação. O destaque para esta prática na várzea foi além da *A Gazeta*, chegando à *Folha*, jornal que pouco publicava sobre o universo do futebol amador. Foi noticiado o início de um torneio de futebol feminino no campo da ADPM, organizado pela Lifufesp e que “convidou o presidente Giulite Coutinho, da CBF, para paraninfar o torneio”³³⁴. Não há informações sobre o aceite ao convite ou a efetivação da sua presença, levando a crer que ele provavelmente não o fez ou nem mesmo respondeu ao aceno. Entretanto, a divulgação da iniciativa era um modo de pressionar o presidente da CBF.

Em âmbito nacional, a equipe que foi mais longe no período estudado, certamente foi o Radar, do Rio de Janeiro, que raríssimas vezes apareceu no noticiário da imprensa paulista abordada por esta pesquisa; o que era de se esperar, por se tratar predominantemente dos acontecimentos paulistas que, por vezes, cultivavam certa rivalidade com o Rio de Janeiro. Nas únicas vezes que essa equipe foi assunto foi pelo fato de estar na Espanha para realizar partidas na semana que precedeu a Copa de 1982³³⁵. Esse acontecimento oferece noção da dimensão atingida pelo Radar nessa época, apesar de suas raras aparições na imprensa paulista³³⁶. As exhibições em terras espanholas foram arranjadas pelo presidente da equipe, Eurico Lira, e custeadas pelo patrocinador, Unibanco Seguradora³³⁷. A fala da capitã também contribuiu para compreender os significados do status conquistado pela equipe: “Quando começamos, há um ano e meio, tínhamos a intenção apenas de diversão. Hoje, treinamos no maior estádio do mundo para jogarmos na Espanha, cenário de uma Copa”³³⁸.

³³² Transvira venceu em Ibiúna. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 12 fev. 1983, p. 08.

³³³ Mulheres só esperam o sinal verde da FIFA. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 ago. 1982. Local/Educação/Interior, p. 13.

³³⁴ Futebol feminino disputa torneio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 25 jul. 1982. Primeiro Caderno, p. 31. Também há registro do convite na notícia: Início de futebol feminino marcado para amanhã. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 24 jul. 1982, p. 05.

³³⁵ Radar mostra aos espanhóis futebol de praia das mulheres. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 04 jul. 1982, p. 22; As meninas do radar goleiam e entusiasmam os espanhóis. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 06 jul. 1982, p. 24.

³³⁶ Sobre o Radar ver ALMEIDA, Caroline Soares De. **Boas de Bola: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

³³⁷ Radar mostra aos espanhóis futebol de praia das mulheres. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 04 jul. 1982, p. 22.

³³⁸ *Ibid.*

Certamente o fato de um time de futebol feminino ter participado de exhibições no local onde a FIFA organizava a Copa também contribuiu para que o CND, a CBF e, no caso, a FIFA tomassem atitudes no sentido de incorporá-lo à sua oficialidade. Naquele momento, era fato consumado e reconhecido que este esporte acontecia e crescia independente da vontade de tais organizações e, em certos casos, possuía até instituições próprias para organizá-lo. Apesar do discurso amplamente divulgado por Havelange a favor das mulheres jogarem futebol que, em geral, eram parte das notícias que informavam sobre uma de suas reeleições, nenhuma ação concreta havia sido tomada pela entidade nesse sentido. No entanto, o então presidente da FIFA agia, tentando demonstrar que ele não permitiria que nenhum ludopédio ficasse fora do controle da entidade gerida por ele: anunciou que a FIFA passaria a controlar o futebol de salão. À primeira vista, este fato não parecia ter relação com o futebol feminino, porém revelava o procedimento padrão que a entidade tomaria em relação aos jogos que ainda não faziam parte da oficialidade e do controle da entidade. Havelange fez um acordo com o então presidente da Federação Internacional de Futebol de Salão, também brasileiro, dando a ele um cargo na FIFA, em troca da extinção dessa organização e da passagem do controle da modalidade à FIFA. Na mesma notícia, Havelange apontava o próximo passo a ser dado por sua gestão: circulava a informação de que a FIFA havia autorizado um torneio internacional de futebol feminino em Formosa³³⁹. A escolha do local para sediar tal evento não foi por acaso. Apesar de raras as menções às práticas de futebol feminino naquela região, quando apareciam elas demonstravam sua grande popularidade: em Taipé, por exemplo, um jogo de futebol feminino levava cerca de 45 mil pessoas ao estádio³⁴⁰.

Havelange deu diversas declarações sobre suas pretensões de incorporação do futebol feminino como modalidade oficial da FIFA. Também é possível perceber, ainda que de maneira sutil, que as relações entre CND, CBF e FIFA nem sempre eram as mais harmoniosas possíveis. Como parte do jogo político, foi praticado um longo “empurra-empurra” no que diz respeito à responsabilidade pela regulamentação do referido esporte. Em maio de 1982, *A Gazeta Esportiva* estampou no rodapé de sua capa: “Liberado o futebol feminino”³⁴¹. No interior do jornal, no entanto, divulgou que um jornalista que vinha escrevendo sobre futebol feminino, Flávio Iazzetti, havia recebido uma carta do General César Montagna para responder à sua questão: “mulher pode ou não jogar?”. Na missiva, o presidente do CND esclarecia que a deliberação nº07/65 havia sido revogada e substituída pela de nº10/79, a qual

³³⁹ Futebol de Salão será controlado pela FIFA. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 08 out. 1981, p. 30.

³⁴⁰ Feminino. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 30 jul. 1982, p. 21.

³⁴¹ Liberado futebol feminino. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 28 mai. 1982, capa.

anexava à carta. Assim, o texto do jornal seguia afirmando que a proibição do futebol de mulheres estaria

praticamente revogada [...] bastando apenas que [...] à FIFA seja solicitada expressamente definir o futebol praticado por mulheres como legal, em face das normas e regulamentos da entidade futebolística mundial.

Havendo essa manifestação da FIFA que se acredita será favorável, pois agora está autorizado e reconhecido o campeonato europeu de futebol feminino patrocinado pela UEFA, então o futebol para mulheres estará plenamente liberado no território nacional. Bastará apenas que a CBF, no âmbito nacional, e as federações, no âmbito regional, adotem as providências cabíveis para determinar como é que os clubes podem filiar-se em caráter oficial, enquanto que a prática desordenada, num tipo de futebol feminino varzeano, ficaria a mercê dos interesses dos praticantes.³⁴²

Parecia, então, aos olhos da *Gazeta*, que o processo estava praticamente resolvido e que seria rápido e fácil. Vale destacar que essa notícia foi publicada anteriormente ao “Festival de Mulheres nas Artes” e todos os eventos que o sucederam. Como se viu, não era tão simples assim. Em agosto daquele ano, o mesmo jornalista interpelado pela carta, voltava a escrever sob o título “a liberação do futebol feminino”. Ali, mencionava o ofício recebido da presidência do CND, afirmando que

Ficou claro, então, e bem concretamente que a proibição que era formal, no Brasil, da prática das mulheres, estava levantada e que a coisa só dependia de detalhes que uma vez esclarecidos no campo internacional, significaria a abertura prática do futebol feminino entre nós.

[...] o assunto ficou colocado na dependência da FIFA, que é a controladora do futebol no mundo. Se a FIFA adotasse o futebol feminino em seu seio, com a promoção de competições internacionais ou a oficialização de competições do gênero, a proibição no Brasil estaria automaticamente levantada.

Que a proibição entre nós acabaria ficou claro quando se viu a FIFA aprovando competições mundiais de futebol feminino [...] e com a oficialização do campeonato europeu de futebol feminino patrocinado pela UEFA, além de anunciar uma próxima realização do campeonato mundial sob seus auspícios.

Diante de tudo isso, o assunto da prática do futebol feminino por mulheres entre nós foi sendo esclarecido e resolvido. [...]

Agora o noticiário mais recente dá conta de como o CND está encarando o assunto, com o Conselheiro Osório encarregado de regularizar a matéria. Sinal que o futebol feminino logo estará totalmente oficializado [...].³⁴³

Iazetti parecia não se dar conta da contradição ao afirmar, num parágrafo, que bastava a FIFA reconhecer competições internacionais para que a proibição caísse automaticamente, e que a despeito disso já ter acontecido, era necessário ainda aguardar os trâmites da CBF e das federações regionais. Parece que ele não desejava receber outras cartas do CND. O fato era que a FIFA vinha reconhecendo competições internacionais e que, enquanto isso, no Brasil proibiam-se os jogos femininos, preliminares aos clássicos masculinos. A FIFA não divulgou

³⁴² Revogada a proibição. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 28 mai. 1982, p. 08.

³⁴³ A liberação do futebol feminino. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 01 ago. 1982, p. 02.

nenhuma nota oficial reconhecendo o futebol de mulheres, mas passou a tomar, gradativamente, atitudes nesse sentido. Este fato acabou deixando “o problema”³⁴⁴ para o CND e a CBF. Um dia antes da publicação de Flávio Iazzetti, foi noticiado na *Folha*³⁴⁵ e no *Estado* uma visita que Havelange fez a Montagna. Nela, o presidente do CND garantiu ao da FIFA que bastava “[...] a CBF solicitar a regulamentação [do futebol feminino] para o CND colocar o assunto em pauta de sua sessão plenária [...]”³⁴⁶.

A FIFA e o CND se posicionavam favoráveis à regulamentação do futebol feminino; porém, nenhuma das entidades arriscava dar o primeiro passo, deixando para a CBF fazê-lo. Entretanto, esta não emitiu nenhuma palavra sobre o assunto. A FIFA, em setembro, prometeu para novembro uma discussão, com seu comitê, acerca do tema. Notícias sobre este processo só apareceram no fim do ano, quando o CND afirmou que a matéria não sairia em janeiro³⁴⁷. Então, em 1983, este órgão prometia para março a regulamentação³⁴⁸ e a CBF revelava o nome dos encarregados por elaborar tal documento, atendendo à sua solicitação³⁴⁹ e indicando que a instituição encontrava-se pressionada, a ponto de inverter a lógica institucional que determinava que a Confederação era o órgão que deveria encaminhar tais pedidos ao Conselho. Já em março de 1983, a matéria ficou pronta e foi debatida na CBF, antes de passar à outra entidade. Um dos participantes informou à *Folha* que a reunião durou mais de cinco horas, mas não comunicou ao jornal sobre suas conclusões; apenas disse que o CND ainda não havia aprovado a regulamentação.

Finalmente, em reunião em 25 de março de 1983 o CND³⁵⁰ aprovou o texto que estabelecia as regras para o futebol feminino no Brasil³⁵¹. A *Folha* noticiou a novidade alguns dias depois, publicando a definição sobre o peso da bola, a duração das partidas e a proibição da troca de camisas. No dia 29 de março, no entanto, *Folha*, *Estado*³⁵² e *Gazeta* publicaram uma entrevista de Montagna, na qual ele esclarecia certas minúcias com o objetivo, segundo ele, de evitar qualquer “confusão” com um fato importante: o profissionalismo para as mulheres não estava regulamentado:

³⁴⁴ O General César Montagna refere-se assim ao futebol feminino e sua regulamentação em: CND libera o futebol feminino no Brasil. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 29 mar. 1983, p. 07.

³⁴⁵ A vez das mulheres. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 30 jul. 1982. Turismo, p. 16.

³⁴⁶ Feminino. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 30 jul. 1982, p. 21.

³⁴⁷ Futebol entra em férias no dia 13. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18 nov. 1982. Primeiro Caderno, p. 36.

³⁴⁸ CND promete regulamentar futebol feminino em março. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 13 fev. 1983, p. 25.

³⁴⁹ Comissão analisará FGTS. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 27 fev. 1983, p. 43.

³⁵⁰ Brasil, Conselho Nacional de Desportos. **Normas Básicas sobre Desportos**. Deliberações, 1983 (01 a 15). Rio de Janeiro, 1983.

³⁵¹ O Diário Oficial da União publicou o texto em 11 de abril de 1983.

³⁵² Medrado volta; publicidade regulamentada. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 29 mar. 1983, p. 21.

No momento há vários empecilhos a profissionalização do futebol feminino, primeiro porque isso acarretaria o surgimento de novos clubes e acho que a existência de 414 times de futebol profissional atualmente no Brasil já é um absurdo. Depois, seria preciso mexer com toda a legislação trabalhista e com a lei que regulamenta o futebol profissional. Há, ainda, uma posição contrária por parte do Ministério do Trabalho.³⁵³

Segundo a reportagem, para o General Montagna, o futebol feminino deveria “[...] seguir os caminhos do masculino, desenvolvendo-se gradativamente até atingir um grau necessário de amadurecimento para se profissionalizar [...]”³⁵⁴. Esta fala do presidente do CND faz lembrar as diferenças dos discursos entre as argumentações de Rose do Rio, Irede Cardoso (e outras feministas) e o presidente da Lifufesp, Vanderlei Coelho. A ideia de que a proibição do futebol de mulheres teria fim como parte do processo de crescimento e organização deste esporte convergia com a afirmação de Montagna de que este deveria se desenvolver para a profissionalização. Esta concepção dissimulava toda a motivação machista que a proibição continha em si, justificando a marginalização das mulheres da prática do futebol por razões estritamente relacionadas ao desempenho esportivo e ignorando ou desqualificando a trajetória por elas até então desempenhada. Nesse sentido, ocorreu o que Irede Cardoso temia: o fim da proibição e a regulamentação do futebol feminino eram divulgados como uma concessão masculina ao “imaturo” desempenho das mulheres, escamoteando o exercício, os esforços e as investidas das próprias para que este esporte se tornasse um campo também ocupado e de ação feminina.

³⁵³ A mesma citação da fala de Montagna está em: CND libera o futebol feminino no Brasil. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 29 mar. 1983, p. 07; Mulheres, novo problema. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 29 mar. 1983. Primeiro Caderno, p. 26.

³⁵⁴ CND libera o futebol feminino no Brasil. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 29 mar. 1983, p. 07.

Considerações Finais

Ao concluir esta pesquisa, o primeiro aspecto que salta aos olhos é que a proibição do futebol feminino, apesar de ter durado tanto tempo (1941-1983), não era totalmente rígida e definitiva. Isto é, ao longo daquele período, a visibilidade dos jogos na imprensa e as justificativas para a sua interdição se modificaram, assim como os critérios sobre para quais futebolis e para quais mulheres se deveria fazer “vista grossa” à sua aplicação. Essas transformações tinham como pano de fundo as mudanças nas visões hegemônicas sobre o que se considerava o ideal do *ser mulher*, muitas das quais frutos do movimento feminista e relacionadas ao contexto político vivido pelo país. Outro fator que agiu abrandando ou tornando a efetivação da proibição mais firme relacionava-se ao posicionamento da FIFA com relação ao futebol praticado por mulheres. Esta, por sua vez, cautelosamente avaliava o que se passava com a modalidade na Europa. Nada pode ser analisado - inclusive a queda da proibição e a regulamentação da modalidade - sem destacar o fato de que as mulheres nunca abandonaram totalmente a prática do futebol, a despeito dos períodos e das situações em que a pressão pela interdição tenha sido mais sentida.

Assim como não existe apenas uma forma de constituir-se como mulher, tampouco se pode identificar como único o futebol feminino e, pode-se dizer, especialmente nesse período de proibição, quando as formas de resistência a ela eram múltiplas. Algumas jogadoras, conscientemente, viam na prática do futebol uma forma de luta; outras, possivelmente, sequer sabiam da existência de uma proibição. No entanto, não era esse o único elemento que diferenciava as práticas e os significados do futebol para elas. Existiam as que o praticavam como atividade de lazer, com um fim em si mesmo (em geral, as mulheres da várzea); outras - por exemplo, as vedetes - viam-no como fonte de renda, ainda que não-esportiva; e, ainda, havia aquelas que viam o jogo como forma de promoção social - exemplar eram os casos das senhoras da alta sociedade em jogos beneficentes.

Também as formas de resistência masculina à sua prática esportiva, enfrentadas por elas, variou bastante. As mulheres das camadas abastadas, que se engajavam em jogos beneficentes, provavelmente não encaravam grandes resistências, por seu caráter de caridade, dentro da moral tradicional, ao passo em que as vedetes tinham de lidar com os estigmas de sua profissão como prostitutas. Em geral, as partidas protagonizadas por elas eram recheadas de elogios estapafúrdios aos seus corpos, fazendo deles objetos desprovidos de identidade.

Por sua vez, as jogadoras do futebol amador enfrentavam, muitas vezes, críticas de familiares e de seus pares amorosos, já que a atividade que praticavam era voluntária e considerada desviante de sua condição. Além disso, lidavam com estereótipos que as enquadravam como vedetes, no sentido mais pejorativo do termo, tendo seus corpos objetificados ao bel prazer do homem heterossexual, ou, em outro extremo, também de maneira depreciativa, identificadas como mulheres masculinizadas e homossexuais. Nesse sentido, o que era comum aos discursos veiculados sobre a prática do futebol pelas mulheres era a sua desqualificação como pessoa ou de sua atividade como esportiva.

Há de se considerar, também, que a caracterização da prática deste esporte como mero entretenimento, festividade ou caridade - apesar de seu caráter desclassificador enquanto modalidade esportiva - foi a maneira mais recorrente e generalizada, durante todo o período da sua proibição, que as mulheres utilizaram como tática para ludibriar possíveis intervenções governamentais contra a realização das partidas e certames.

Apesar das mudanças que o significado da condição feminina sofreu e das lutas pela sua ressignificação ter sido constante, a imprensa apresentou-se como porta-voz dos discursos hegemônicos, requalificando o imaginário sobre a mulher a fim de manter o seu papel social tal como submissa, subalterna, dependente e, de alguma maneira, inferior ao homem. Mesmo com o surgimento da ideia de *femme fatale*, na década de 1970, quando a mulher deixava de ser vítima de sua natureza para utilizá-la no intuito de envolver o homem, esta lógica binária e hierárquica se manteve. Naquele momento, o processo de erotização do corpo feminino recriou um velho paradigma, segundo o qual a figura feminina era associada à natureza e a categoria masculina à cultura. A primeira passava a ser vista como objeto de desfrute do segundo. Assim, qualquer que fosse a mudança no olhar que a cultura exercesse sobre o corpo feminino, o poder machista instituído - e os discursos a ele veiculados - qualificava a prática do futebol feminino de maneira a atribuir a ela certa inferioridade, ora de maneira escancarada, ora de maneira sutil e dissimulada.

O futebol, por ser o esporte nacional e ocupar grande espaço de poder na sociedade brasileira, era um *locus* negado às mulheres, o que conferia à sua dinâmica grande potencial subversivo, pois poderia produzir o questionamento sobre as essencializações construídas sobre o corpo feminino e a suposta masculinidade inerente ao esporte. A ideia da incompatibilidade de gênero com o esporte - devido ao imaginário social de beleza, fragilidade, maternidade e delicadeza - e da modalidade como violenta - exigindo força e resistência física, dentre outros elementos considerados “masculinos”, funcionava como o eixo argumentativo dos que se opunham à sua prática pelas mulheres.

Ao desqualificar o futebol feminino, mantinha-se o *status quo*, no que diz respeito às normas de gênero e à leitura social do esporte masculino como modalidade viril. No entanto, como se viu nas publicações da imprensa paulista, essas tentativas sociais de enquadramento de condutas foram mais suscetíveis a desconstruções do que a esta essencialização. Apesar dos discursos presentes nos periódicos, assim como na sociedade, em geral, estarem impregnados pela norma heterossexual, no intuito de negar o espaço para que se pensasse a possibilidade de outras expressões da sexualidade humana (a não ser como um estigma degradante ao indivíduo e como uma forma de afirmar sua inferioridade), pode-se notar que a prática feminina de futebol revelava uma sutil e cotidiana resistência de mulheres aos estigmas e às proibições.

Ao longo de mais de 40 anos de proibição do futebol feminino, em raros momentos a virilidade do futebol foi posta em xeque. Eventualmente, certos discursos sobre o que seria “naturalmente feminino” e o que seria a “essência do futebol” se revelavam contraditórios, mas isso não implicou em um franca e aberta desconstrução desta essencialização do futebol, nem na destruição dos estereótipos de feminilidade, sem a sua imediata substituição por novos enquadramentos. Esta necessidade, porém, de contínuos discursos no sentido de enquadrar e silenciar as jogadoras, pode ser reveladora de que havia constantes práticas de resistência por parte delas, principalmente na esfera cotidiana dos jogos de várzea.

Pode-se dizer que o esforço desta pesquisa na busca pelas vozes e práticas femininas - ou sobre elas - trouxe à cena redimensionamentos destas construções de ideais do *ser mulher*, da sua relação com o futebol e da modalidade em si. Contudo, esses casos eram raros diante do espaço da imprensa ocupado, em geral, por porta-vozes masculinos, muitas vezes preocupados em legitimar certo olhar em torno do futebol ou da condição de mulher socialmente aceita. As notícias e opiniões apresentadas pela imprensa aqui analisada reafirmavam discursos machistas, por exemplo, quando insistiam em desconstruir a ideia de que mulheres, por jogarem futebol, eram homossexuais e, por isso, masculinizadas ou masculinas, ou quando ainda elas mesmas repetiam que se mantinham femininas a despeito da virilidade exigida e intrínseca à modalidade. Nesse sentido, a análise das publicações da imprensa paulista procurou tratar o futebol como espaço de disputa e de poder, rompendo com a ideia construída de forma binária e naturalizada socialmente sobre as relações entre os sexos e o futebol. Sequer é possível apontar qualquer característica como naturalmente masculina ou feminina, além do que as construções sociais e culturais determinam formas de subjetivação dos corpos de homens e mulheres, para as quais a história deve estar sempre atenta.

Bibliografia

- ALMEIDA, C. S. DE. **Boas de Bola: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980**. Mestrado em Antropologia Social—Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- AUGUSTO DOS SANTOS, R. O Plano de educação higiênica de Belisário Penna: 1900-1930. **Dynamis**, v. 32, n. 1, p. 45–68, jan. 2012.
- _____. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Tese (Doutorado em História Social)—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. C. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.
- CORBIN, A. O encontro dos corpos. In: CORBIN, A.; VIGARELLO, G.; COURTINE, J.-J. (Eds.). **História do Corpo: da revolução à grande guerra**. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 2, p. 181–266.
- DAMO, A. S. **Do dom à profissão: formação de futebolistas no Brasil e na França**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.
- DEVIDE, F. P. **Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.
- ENGEL, M. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, M. D. (Ed.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 322–361.
- FILHO, L. C. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus Editora, 2006.
- FLORENZANO, J. P. **A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro**. São Paulo: EDUC, 2009.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FRANZINI, F. **As raízes do país do futebol: estudo sobre a relação entre o futebol e a nacionalidade brasileira (1919-1950)**. Dissertação (Mestrado em História Social)—São Paulo: Departamento de História-FFLCH-Universidade de São Paulo, 2000.
- GIGLIO, S.S. **COI x FIFA: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos**. Tese (doutorado em ciências) – São Paulo: Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, 2013.
- GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 2, p. 143–151, jun. 2005.

_____. Imagens da mulher no esporte. In: PRIORE, M. D.; MELO, V. A. DE (Orgs.). **História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 269–292.

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Edusp/Perspectiva, 1971.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. **História da Folha de S. Paulo: 1921-1981**. São Paulo: Impres, 1980.

MOURA, E. J. L. DE. **As relações entre lazer, futebol e gênero**. Dissertação (Mestrado em Educação Física)—Campinas: Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

RAGO, M. trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 578–606.

RUBIO, K. (Org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

RUBIO, K.; SIMÕES, A. C. De espectadoras a protagonistas - A conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Movimento (ESEF/UFRGS)**, v. 5, n. 11, p. 50–56, 19 out. 2007.

SCHNEIDER, A. J. On the definition of “woman” in the sport context. In: TÄNNSJÖ, T.; TAMBURRINI, C. M. (Orgs.). **Values in Sport: Elitism, Nationalism, Gender Equality, and the Scientific Manufacture of Winners**. New York: Taylor & Francis, 2000.

SILVA, D. M. Da. No Brasil, jogador de futebol nasce feito. In: SILVA, D. M. M. da; GIGLIO, S. S. (Eds.). **O Brasil e as Copas do Mundo: Futebol, História e Política**. São Paulo: Zagodoni, 2014, p. 28–36.

SILVA, D. M. M. Da. **A Associação Atlética Anhanguera e o futebol de várzea na cidade de São Paulo (1928-1950)**. Dissertação (Mestrado em História Social)—São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, G. C. E. A luta pela Copa: obstáculos na institucionalização do futebol feminino. In: GIGLIO, S. S.; SILVA, D. M. DA (Orgs.). **O Brasil e as Copas do Mundo: Futebol, História e Política**. São Paulo: Zagodoni, 2014, p. 121–132.

TOLEDO, L. H. **Lógicas do futebol. Dimensões simbólicas de um esporte nacional**. Tese (Doutorado em Antropologia)—São Paulo: Departamento de Antropologia-FFLCH-Universidade de São Paulo, 2000.

TRALCI FILHO, M. A.; ARAUJO, S. E. C. DE. As possíveis relações entre os feminismos e as práticas esportivas. In: RUBIO, K. (Ed.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 17–42.

Fontes

Legislação

Decreto-lei 3.199 de 14 de abril de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13199.htm>. Acesso em: 26 jun. 2014.

No acervo da Biblioteca do Comitê Olímpico Brasileiro, Rio de Janeiro:

Brasil, Conselho Nacional de Desportos. **Normas Básicas sobre Desportos.** Portarias ministeriais 813/79, 877/79, 929/80 e 138/80. Rio de Janeiro, 1981. Brasil, Conselho Nacional de Desportos. **Normas Básicas sobre Desportos.** Deliberações, 1983 (01 a 15). Rio de Janeiro, 1983.

Brasil, Conselho Nacional de Desportos. **Normas Básicas sobre Desportos.** Portarias ministeriais 813/79, 877/79, 929/80 e 138/80. Deliberações 1976 a 1979. Rio de Janeiro, 1981.

Brasil, Conselho Nacional de Desportos. **Normas Básicas sobre Desportos.** Resoluções 1985 (2 a 19) – 1986 (01 a 26), Portarias 531/548, Recomendações 1986 (01,02 e 03). Palestra Edições esportivas, Rio de Janeiro, 1986.

Brasil, Conselho Nacional de Desportos. **Normas Básicas sobre Desportos.** Deliberações, 1983 (01 a 15). Rio de Janeiro, 1983.

Periódicos

O Estado de São Paulo (1941-1983). Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

Folha de S. Paulo (1941-1979). Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

Placar (1970-1983). Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=L5CwOs59tV8C&num=6&as_pt=MAGAZINES&source=gbs_all_issues_r&cad=1&atm_aiy=1970#all_issues_anchor>. Acesso em: 29 jul. 2013.

A Gazeta Esportiva (1965-1983). Arquivo Público do Estado de São Paulo (1976-1979) e Biblioteca Mário de Andrade (1965-1978; 1980-1983).

Chanacomchana. Boletins cedidos gentilmente pela Prof. Dr. Patrícia Lessa, do departamento de Educação da Universidade Estadual de Maringá.

A Gazeta Esportiva Ilustrada (set. 1953- fev. 1967). Acervo pessoal.

Veja (ed. 731 de 08 set. 1982; ed. 638 de 26 nov. 1980). Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

Jornal do Brasil (29 jan. 1976). Disponível em: <<http://www.jb.com.br/paginas/news-archive/>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

Entrevista

Rose do Rio. 04 set. 2011, realizada por “Sorys Gabriela”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=XPNXyfCkoHk&feature=youtube_gdata_player>. Acesso em: 25 jun. 2014.

ANEXO A: Tabela de equipes de futebol amador (1965-1983)*

Nome	Localização	Região	Duração	Outras Informações
[Garotas do] XI Garotos	Piqueri	Zona Oeste (Capital-SP)	1979	
A Esportiva			1980	
Águias de Nova Gerte			1980	
Aliança de Santo André	Santo André	Grande ABC	1980	
Amigos da Vila Santa Rita	Vila Santa Rita	Zona Norte (Capital-SP)	1981	Antiga equipe da Associação Desportiva da Polícia Militar.
Anhanguera da Penha	Penha	Zona Leste (Capital-SP)	1976-77	
Antoninhas Futebol Clube	Fazenda Santo Antonio. Araras	Interior de SP	1979	
Araçatuba Futebol Clube	Caraguatatuba	Litoral de SP	1980	
Aristocrata Clube	Estrada do Bororé, 4800, Rio Bonito – Santo Amaro	Zona Sul (Capital-SP)	1977	Clube de Campo
As Águias F. C.			1971-72	
Associação Atlética Corinthians do Bom Retiro	Rua Sólon - Bom Retiro.	Zona Central (Capital-SP)	1976	Conhecido como o “Terror da Várzea”. Jogadoras: Lúcia, Walkiria, Vanda, Lena, Rodinéia, Bidon, Eliane, Dulcinéia, Nadir, Célia, Vera Lúcia, Lourdes, Cida.
Associação Atlética Paraibunaense	Paraibuna	Interior de SP	1979	
Associação Atlética Paulista Futebol Clube	Freguesia do Ó	Zona Central (Capital-SP)	1976-80	Jogadoras: Iara, Susi, Rose, Miriam, Cida, Laila, Nazareth, Cacá, Dione, Angelita, Neide, Edenita, Nazaré, Noeli, Jacira, Brasília.
Associação Comercial do Itaim Paulista	Itaim Paulista	Zona Leste (Capital-SP)	1979	

* O levantamento das equipes e as informações referentes foram retiradas da pesquisa do acervo da **A Gazeta Esportiva**.

Nome	Localização	Região	Duração	Outras Informações
Associação Desportiva Polícia Militar	Tatuapé	Zona Leste (Capital-SP)	1976-81	Jogadoras: Nadir, Eliani, Dulcinéia, Fátima, Lourdes, Lena, Bidon, Vera Lúcia, Roseane, Lucia, Walkiria, Vanda, Tetéia, Helena, Volucia, Célia, Solaine (Tuta), Tetéia, Magali, Lucinha, Sueli, Nadir, Marilú, Matilde, Moreira, Suelaine, Nena, Edinete, Yuelaine, Deise, Sandra, Mara, Elisabeth, Betinha, Edinete, Maria José Franco (atriz), Carolina, Walkiria., Biro-Biro, Fafá, Leninha, Erica, Cidão, Tuta, Edinete, Caçapava, Canhota. Técnico Bossa (Juba). Presidido pelo tenente coronel Ramakrishna Ferreira da Silva. A partir de 1981, técnico Wanderlei. Futebol de campo e salão.
Astro Futebol Clube	Avaré	Interior de SP	1978-79	
Auri-Verde	Bauru	Interior de SP	1976-77	
Bandeirantes Futebol Clube	Araras	Interior de SP	1979	
Benfica			1981	
Benfica Futebol Clube			1971	Reunião das equipes do V. Maria e As Águias Futebol Clube.
Bom-bril			1976	
Bradesco Futebol Clube			1980	
Cachoeira Futebol Clube	Cachoeira de Minas	MG	1978	
Café Futebol Clube	Consolação	Zona Central (Capital-SP)	1981	

Nome	Localização	Região	Duração	Outras Informações
Cafum Futebol Clube	Carandiru	Zona Norte (Capital-SP)	1976-81	Jogadoras: Sueli, Edna, Gabi, Jô, Teia, Tuti, DiJu, Cida, Dalglaci, Nanci, Joana, Vânia, Kalamares, Regina, Sônia, Jaciara, Esther, Lanise, Alaide, Tuti, Fátima, Carioca, Ditinha, Jussara, Aparecida, Miriam, Perereca, Vilma, Gabu, Jô, Dione, Izes, Arminda, Magali, Bonitinha, Betinha, Nora Ney, Baby, Fafá, Arminda, Maria Heloisa, Ana Paula, Ivani, Valéria. Técnico Eduardinho. Sede social: Rua Ezequiel Freire, 326 – Santana. Em setembro de 1979 contabilizou 70 partidas invicta, dentre elas, somente 04 empates. Futebol de campo e salão. Em 1980, o Cafum foi mencionado como bi-campeão paulista.
Campina Futebol Clube	Campina do Monte Alegre	Interior de SP	1978-81	
Casas Bahia			1980	
Clube de Campo Associação Atlética Guapira	Jardim Guapira	Zona Norte (Capital-SP)	1980	
CER Gisela	São Caetano do Sul	Grande ABC	1980-81	
Cerâmica São Caetano	São Caetano do Sul	Grande ABC	1980	
Clarão da Lua Futebol Clube	Porto Alegre	Capital-RS	1980	
Clube Aramação	Santo André	Grande ABG	1981	Jogadoras entre 08 e 16 anos.
Clube Atlético Indiano	Santo Amaro	Zona Sul (Capital-SP)	1970	Clube de Campo às margens da Represa de Guarapiranga.
Clube Atlético Paulistão de Engenheiro Goulart	Engenheiro Goulart	Zona Leste (Capital-SP)	1978	

Nome	Localização	Região	Duração	Outras Informações
Clube Atlético Vasco da Gama	Vila Matilde	Zona Leste (Capital-SP)	1977	Jogadoras: Neti, Maria, Neuza, Berta, Luci, Inez, Eliza, Zélia, Fernanda, Tânia, Renata.
Clube Ginástico Paulista			1976-77	
Clube M. Esportivo Santa Izabel	Santa Izabel	Interior SP	1979	
Comercial Futebol Clube			1979	
Corinthians do Parque		Zona Leste (Capital-SP)	1979-81	Jogadoras: Kika, Rose, Clemilda, Cristina, Livia, Marli, Márcia, Patrícia, Pimenta, Regina, Tichi, Joaquina. Técnica Neneca. Antigo Sport Clube Corinthians Paulista.
COTESP			1979	
CREUVA	Vila Prosperidade – São Caetano do Sul	Grande ABC	1980	
Cruzeiro Futebol Clube	Jardim Maringá – Vila Matilde.	Zona Leste (Capital-SP)	1981	Jogadoras: Rose, Márcia, Marlene, Magaly, Meire, Terezinha, Rose, Conceição, Floriana, Mara, Bethi, Ivonete e Sandra. Técnico: Zélio.
Esporte Clube Vigor			1981	Jogadoras: Renata, Clelia, Ana Lucia, Viviane, Adriana, Maria Tereza, Demaris, Maria Marcia, Ana Claudia e Sonia Aparecida. Apenas futebol de salão e mirim.
Esporte Clube Vila Suíça	Vila Suíça		1981	
Emaus		Litoral de SP	1980	
Empório das Tintas Futebol S.			1979	
Esporte Clube Cajamar	Cidade de Cajamar	Interior de SP	1980	
Esporte Clube de Tambaú	Tambaú	Interior de SP	1979	
Esporte Clube Urca da Cidade A. E. Carvalho	Cidade de A. E. Carvalho	Zona Leste (Capital-SP)	1976-77	Jogadoras: Marlene, Estela, Célia, Marisa, Cleusa, Maria, Marta, Sônia e Márcia.

Nome	Localização	Região	Duração	Outras Informações
Estrela Azul Futebol Clube	Santa Rita do Sapucaí	MG	1978-79	
Estrela do Mar	Caraguatatuba	Litoral de SP	1980	
Estrela do Mar do Litoral	São Sebastião	Litoral de SP	1980	Jogadoras: Elisete, Fátima, Meire, Terezinha, Bel, Lucila, Sueli, Janete, Norma, Luar, Marien, Nanci, Betinha, Cida, Luceli, Beti, Jane, Liner, Betinha, Lucilia, Cida, Lia, Ignês, Nanci, Terezinha, Nice, Lizeti,.. Técnico Cesar, supervisão Jeanete.
Estrela do Pari Futebol Clube	Estádio na rua da Piscina, 108, bairro do Pari.	Zona Norte (Capital-SP)	1976-77	Reunia o público do Pari, Canindé e adjacências. Próximo ao estádio da Associação Portuguesa de Desportos.
Estrela do Sul de Vila de Santa Catarina	Vila de Santa Catarina-Jabaquara	Zona Sul (Capital-SP)	1977	
Estrela Futebol Clube	Cidade de Morro Agudo	Interior de SP	1980	
Expedicionárias			1981	
Expedicionários de Franco da Rocha	Franco da Rocha	Interior de SP	1976-80	Jogadoras: Neide, Regina, India, Sandrinha, Deise, Traunil, Alcione, Olga (Elizfla), Gal (Izabel), Piementinha, Rose, Calamaris, Cida, Raquel, Livia, Douglas, Claumir, Cristina, Roberta.
Explosão			1981	
Expresso Transvira			1981	
Fartura	Fartura	MG	1979	
Feras Futebol Clube do Condomínio Arujazinho	Condomínio Arujazinho		1979	Diretora Selma.
Flamengo	Vila Maria		1972	
Flamengo Futebol Clube de Vila Buarque	Vila Buarque		1980	

Nome	Localização	Região	Duração	Outras Informações
Flor da Espanha Futebol Clube do Carandiru	Rua Miguel Menten, 1701. Carandiru		1976-79	
Flor das Paineiras do Carandiru	Carandiru	Zona Norte (Capital-SP)	1976	
Força Feminina Corinthiana da Cidade de Araras Futebol Clube (FOFECAS F. C.)	Araras	Interior de SP	1979	
Frenéticas Futebol Clube			1978	
Fundação Futebol Clube			1980-81	
Garotas de Jaboticabal	Jaboticabal	Interior de SP	1979	
Garotas de Ouro	Ribeirão Preto	Interior de SP	1979	
Garotas de Prata	Cidade de Serrana	Interior de SP	1979	Jogo contra o Cafum Futebol Clube realizado no estádio municipal de Serrano.
Garotas do Ericsson Clube		MG	1979	
Garotas do Litoral		Litoral de SP	1980	
Garotas Pérola Futebol Clube de Taquaritinga	Taquaritinga	Interior de SP	1979	
Gatinhas de Orlândia Rádio Clube	Orlândia		1980	
General Motors			1980	
GR Filtrona	Santo Amaro	Grande ABC	1980	
Grêmio Esportivo Vila Industrial de Mogi das Cruzes	Vila Industrial de Mogi das Cruzes	Interior de SP	1979	
Grêmio Sapewal			1980	

Nome	Localização	Região	Duração	Outras Informações
Grupo de Auto Escolas		Zona Norte (Capital-SP)	1981	Jogadoras: Terezinha, Sônia Santos, Sônia Freitas, Lourdes, Eunice, Cibele, Maria Lisboa, Dulce, Célia, Jaqueline, Ana, Hiroe, Marlene, Sandra Sampaio, Sandra Fernandes, Eliane, Lourdes Moresti, Roseli, Glória, Marinilza, Tânia, Raquel, Sueli, Marlene Xavier e Regina.
Grupo-Ama	Pindamonhagaba	Interior de SP	1980	
Jardim Maristela de Ribeirão Pires	Ribeirão Pires	Interior de SP	1980	
Lacta Clube			1979-81	
Matarazzo			1980	
Mavilis Futebol Clube		RJ	1977	
Mocidade Paulista de Santo Amaro	Santo Amaro	Grande ABC	1980	
Mocidade Paulista Futebol Clube			1980	
Olaria de Ribeirão Pires	Ribeirão Pires	Interior de SP	1981	
Olimpíadas do Brás	Brás	Zona Central (Capital-SP)	1976-77	
Olímpicos	Arthur Alvim	Zona Leste (Capital-SP)	1976	
Palmeirinha Futebol Clube da Cidade Ademar	Final da rua Miguel Menten. Cidade Ademar	Zona Sul (Capital-SP)	1978-79	
Panteras de Vila Maria	Vila Maria	Zona Norte (Capital-SP)	1981	
Panteras Futebol Clube	Morro Agudo	Interior SP	1979	
Panteras Futebol Clube da Guanabara	Guanabara	RJ	1978	
Panterinhas do Centro		Zona Central (Capital-SP)	1977-81	Responsável Diju. Futebol de salão.
Paulista do Centro		Zona Central (Capital-SP)	1976-81	
Paulistinha do Centro		Zona Central (Capital-SP)	1980	
Pingo de Ouro Futebol Clube		RJ	1980	
Pirelli			1980	

Nome	Localização	Região	Duração	Outras Informações
Portuguesa do Sacomã	Sacomã	Zona Sul (Capital-SP)	1977	
Portuguesa Futebol Clube da Vila das Belezas	Vila das Belezas	Zona Sul (Capital-SP)	1979	
Portuguesinha da Casa Verde	Casa Verde	Zona Norte (Capital-SP)	1979	
Quimbrasil-Serrana			1980	
Quitanda Araçatuba Futebol Clube	Caraguatatuba	Litoral de São Paulo	1980	
Sabrico Esportivo Clube			1976-77	
Santa Cruz Futebol Clube	Tatuí	Interior de SP	1979	
Santa Maria	Santa Maria	RS	1980	
Santa Rita do Sapucaí Futebol Clube	Cidade de Santa Rita do Sapucaí	MG	1979	
Santos Futebol Clube	Guaianazes	Zona Leste (Capital-SP)	1977	
Sport Clube Corinthians Paulista		Zona Leste (Capital-SP)	1979	Passou a chamar-se Corinthians do Parque.
Seleção Angatubense	Angatuba	Interior de SP	1978-81	
Seleção de Bragança Paulista	Bragança Paulista	Interior de SP	1980	
Seleção de Pirangi	Pirangi	Interior de SP	1980	Jogadoras: Marinalva, Roseli, Bel, Maria, Márcia, Sofia, Izildinha, Carla, Cristina, Lena e Tânia. Presidente: Joaquim de Cossis.
Seleção de Taquaritinga	Taquaritinga	Interior de SP	1980	Jogadoras: Sônia, Lena, Bel, Regina, Márcia, Roseli, Maria, Estela, Lia, Izildinha, Marinalva e outras.
Sociedade Amigos Haroldo Veloso	Guarulhos	Grande São Paulo	1978	Jogava no campo da av. Elisabeth Rubiano, 500, no Tatuapé.
Sociedade de Amigos Jardim Santa Rita	Jardim Santa Rita-Osasco	Grande São Paulo	1980	
Sociedade Esportiva Cidade Ademar	Cidade Ademar	Zona Sul (Capital-SP)	1976-78	Jogadoras: Vania, Silvana, Vera, Sueli, Geni, Rose, Leni, Margareth, Regina, Roseli Maria, Rosana, Silvia, Leaci, India, Lurdes, Maria Helena, Wilma, Didi, Marina, Sonia, Baianinha.
Sociedade Esportiva Olaria	São Caetano do Sul	Grande ABC	1980-81	

Nome	Localização	Região	Duração	Outras Informações
Swat Futebol Clube	Rio de Janeiro	Capital-RJ	1978	
Tamoyo			1980	
Táxi	Osasco	Grande São Paulo	1980	
Tiradentes Futebol Clube	Cachoeirinha	MG	1981	
União Arujaense Futebol Clube	Arujá	Grande São Paulo	1979	
União Carandiru	Carandiru	Zona Norte (Capital-SP)	1976-77	Jogadoras: Miriam, Jacira, Rosana, Sandra, Rosângela, Laura, Virginia, Lucina, Sueli, Marisa, Sandra, Sônia, Rita.
União de Mauá	Mauá	Grande São Paulo	1980	
União Esportiva Jardim dos Lagos	Jardim Miriam	Zona Sul (Capital-SP)	1978	
União esportiva União Esportiva Jardim do Lago	Santo Amaro	Zona Sul (Capital-SP)	1978-79	
Vasco da Gama	Jardim Joamar	Zona Norte (Capital-SP)	1980	
Vera Cruz de Vila Prudente	Vila Prudente	Zona Leste (Capital-SP)	1977	
Vibrante	Vila Mazzei	Zona Norte (Capital-SP)	1976	
Vitória Futebol Clube	Itaim Paulista	Zona Leste (Capital-SP)	1980	
Volkswagen	Jaú	Interior de SP	1977	
Volkswagen Clube	São Bernardo	Grande ABC	1976-77	Jogadoras: Ivone, Mitcho, Gusela, Mirian, Rosana, Shirlei, Lucia, Breda, Sônia, Soninha, Ivani e Gusela.
Volkswagen Clube	Santo Amaro	Zona Sul (Capital-SP)	1977	
XV de Novembro de Caraguatatuba	Caraguatatuba	Litoral de SP	1980	

ANEXO B: Imagens das equipes e atletas do futebol amador (1965-1983)

Equipe da Associação Atlética Corinthians do Bom Retiro (1976)¹

Equipe do Sociedade Esportiva Cidade Ademar (1977)²

¹ “Terror da várzea” ainda invicto. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 06 out. 1976.

² Copa de futebol feminino. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 05 jul. 1977.

Equipe do Cafum Futebol Clube (1978)³

Vânia (à esquerda)⁴ e Esther, quarta zagueira, “uma das mais perfeitas do futebol feminino de São Paulo”⁵: ambas jogadoras do Cafum Futebol Clube (1979)

³ Resenha do Cafum FC (futebol feminino). **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 07 abr. 1978, p. 22.

⁴ Cafum FC (Carandiru) informa. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 31 ago. 1979, p. 24.

⁵ Cafum do Carandiru em manchete. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 12 dez. 1979, p. 27.

Irmãs Garcia: jogadoras do Cafum Futebol Clube. Filhas de Walter Garcia, Carneiro, e Terezinha de Souza Garcia, respectivamente, presidente e vice-presidenta do Clube. A garota mais baixa é Roselaine Garcia, vulgo Perereca, aos 12 anos era uma das estrelas do futebol amador da época (1980)⁶.

Equipe da Associação Desportiva Polícia Militar (1978)⁷

⁶ Cafum do Carandiru vence. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 08 ago. 1980, p. 19.

⁷ Torneiro “Galo de Ouro” da zona leste. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 11 nov. 1978, p. 19.

Equipe Onze Garotos (1979)⁸

Seleção de Taquaritinga (1980)⁹

Equipe da Associação dos Motoristas de Táxi (1980)¹⁰

⁸ XI garotos do Piqueri em foco. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 19 mai. 1979, p. 17.

⁹ Taquaritinga tem futebol feminino. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 16 set. 1980, p. 22.

Seleção de Pirangi (1980)¹¹

Equipe do Corinthians do Parque (1981)¹²

¹⁰ Táxi especial venceu. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 18 set. 1980, p. 22.

¹¹ Seleção feminina de futebol vai fazer festa em Pirangi. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 26 dez. 1980, p. 22.

¹² Mulher: o amor em campo. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 25 jul. 1981, p. 44.

“A capitã Kika ao lado de Neneca, quando recebia de Pecco o troféu pela vitória”
(1981)¹³

¹³ Corinthians, destaque no futebol feminino. **A Gazeta Esportiva**. São Paulo, 10 nov. 1981, p. 09.